

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALANY BARBOSA NASCIMENTO

TRABALHO ASSOCIADO E SOLIDÁRIO:
sentidos, limites e possibilidades de mulheres empreendedoras no contexto
do trabalho artesanal.

SÃO LUÍS – MA

2021

ALANY BARBOSA NASCIMENTO

TRABALHO ASSOCIADO E SOLIDÁRIO:
sentidos, limites e possibilidades de mulheres
empreendedoras no contexto do trabalho artesanal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais-PPGCSoc, da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo F. Keller

SÃO LUÍS – MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Nascimento, Alany Barbosa.

TRABALHO ASSOCIADO E SOLIDÁRIO : sentidos, limites e possibilidades de mulheres empreendedoras no contexto do trabalho artesanal / Alany Barbosa Nascimento. - 2021.
154 p.

Orientador(a): Paulo Fernandes Keller.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Artesanato. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Trabalho associado. I. Keller, Paulo Fernandes. II. Título.

ALANY BARBOSA NASCIMENTO

TRABALHO ASSOCIADO E SOLIDÁRIO: sentidos, limites e possibilidades de mulheres empreendedoras no contexto do trabalho artesanal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCSoc, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo F. Keller

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Fernandes Keller (UFMA-PPGCSoc/CCH)
(Orientador)

Prof. Dr. Marcelo D. Sampaio Carneiro (UFMA-PPGCSoc/CCH)

Prof. Dra. Raquel Gomes Noronha (UFMA-PPG EM DESIGN/CCET)

Às artesãs de São José de Ribamar e São Luís-MA.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa que me permitiu realizar o curso de mestrado na Universidade Federal do Maranhão.

À todas e todos que constroem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFMA, em especial todas as professoras e professores, pelo trabalho e profissionalismo que tanto contribuem para nossa formação.

Ao meu professor e orientador Paulo Keller, pela atenção, paciência, confiança. Por todas as instruções, partilhas de leituras, conversas e conhecimentos que tanto contribuíram para a construção dessa dissertação. Aos professores que aceitaram participar da minha banca de qualificação e defesa, pela contribuição.

As mulheres artesãs que deram vida e voz a essa pesquisa. Gratidão a Associação de Artesãos de São José de Ribamar e a Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio, pela confiança e generosidade durante a pesquisa de campo, por compartilharem suas experiências de trabalho e vida cotidiana. A Jordânia Pessoa, secretária adjunta da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária, por prontamente me ajudar e por todos os caminhos indicados.

Aos colegas de turma de mestrado, pelas discussões, aprendizados e solidariedade: Bruno Maia, Carol, Deborah, Emanuele, Lícia, Monica, Lorena, Poliana.

Aos amigos e amigas da universidade, por sempre me incentivarem e estarem ao meu lado durante todo o desenvolvimento desses estudos de pós-graduação. Em especial a minha querida Leyliane Bezerra (por todo incentivo afetuoso e contribuições valiosas, por acreditar em mim antes mesmo que eu o fizesse), Arthur Boggea – Jotta (pela presteza, boas conversas e apoio incansável), Jacilene Costa (pelo companheirismo e presença em todos os momentos, sempre), a Gracy Kelia (pelas conversas sociológicas, sugestões e carinho).

A todos os seres e pessoas que contribuíram comigo durante esse processo de estudos, que torceram por mim. Em especial ao meu amigo Carlos Addson, por ter sempre o riso fácil e o abraço que acalma com afeto. Ao André Coelho, Flora Lua e Adélia, por todo apoio, por toda a arte, ternura e amor. Ao Eli, por todas as conversas e pela camaradagem e alegria presentes. A Nina, pessoa linda, e ao Cabral, por me cederam espaço e silêncio para pensar. A prima Juliene e ao Rainere, por sempre estarem comigo.

Aos amigos e amigas do sítio de Loreto, sobretudo nesses tempos pandêmicos, Ju, Vanessa, Deusa, Herbia, Lora, Aldemir e Atailson. Gratidão pela amizade e apoio de sempre.

A minha querida mãe, Terezinha Barbosa, pelo amor com que me alfabetizou e sempre conduziu meus passos no caminho dos estudos. Ao meu pai, Luiz dos Santos, pelo apoio silencioso. As minhas irmãs, Aline Barbosa e Alice Barbosa, por serem mulheres que me inspiram todos os dias. Gratidão!

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as relações sociais de produção na atividade artesanal que emergem no contexto de metamorfoses do mundo do trabalho contemporâneo, buscando compreender a construção do significado dessa produção na vida cotidiana das artesãs. O estudo aqui proposto tem como foco o processo de construção social de espaços de trabalho artesanal coletivo e associado na dinâmica da vida urbana, organizado por mulheres que vivem em situação de precarização na região metropolitana de São Luís/MA. Com base em estudo de caso de artesãs associadas, da observação direta de atividades e da realização de entrevistas na Associação de Artesãos de São José de Ribamar e da Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio em São Luís. Nos indagamos se a tomada de posição das artesãs nestes espaços associados de trabalho possibilitaria experiências de autonomia e de reconhecimento de vínculos sociais e econômicos.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho, Trabalho Associado, Artesanato, Gênero.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the social relations of production in artisanal activity that emerge in the context of metamorphoses in the world of contemporary work, seeking to understand the construction of the meaning of this production in the daily lives of artisans. The study proposed here focuses on the process of social construction of collective and associated artisanal work spaces in the dynamics of urban life, organized by women living in precarious situations in the metropolitan region of São Luís / MA. Based on a case study of associate artisans, direct observation of activities and interviews at the São José de Ribamar Artisans Association and the Rio Grande Mother's Protection Association of Santo Antônio in São Luís. position of artisans in these associated work spaces would enable experiences of autonomy and recognition of social and economic ties.

KEY WORDS: Work, Associated Work, Crafts, Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Exemplo de carteira do artesão.....	67
TABELA 1 – Dados dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Maranhão.....	84
TABELA 2 – Responsabilidades das tarefas domésticas.....	87
TABELA 3 – Renda das mulheres nos Empreendimentos Econômicos Solidários no Maranhão.....	87
TABELA 4 – Destino dos produtos nos empreendimentos no Maranhão.....	88
TABELA 5 – Espaços de comercialização nos empreendimentos no Maranhão.....	88
FIGURA 2 – Catálogo SEBRAE TOP 100 de artesanato 3ª edição, com produtos da AASJR.....	100
FIGURA 3 - Montagem de imagens de divulgações de ações e projetos desenvolvidos na AASJR.....	102
QUADRO 1 - Cadeia produtiva do artesanato em cerâmica da AASJR.....	103
FIGURA 4 - Artesãs reunidas da/na AASJR.....	104
FIGURA 5 – Fachada da sede e placa de identificação da Associação do Rio Grande.....	112
FIGURA 6 – Artesã tecendo trança sobre molde/forma de madeira.....	113
FIGURA 7 – Catálogo SEBRAE TOP 100 de artesanato 3ª edição, com produtos da associação do Rio Grande.....	114
FIGURA 8 – Artesãs na fachada da sede da Associação do Rio Grande.....	115
QUADRO 2 – Corantes vegetais mais utilizados pela Associação do Rio Grande.....	116
QUADRO 3 – Resumo de Técnicas utilizadas e Produtos confeccionados pelas artesãs do Rio Grande.....	117
QUADRO 4 – Resumo das ideias centrais sobre artesanato e trabalho associado das artesãs da AASJR e do Rio Grande.....	137

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AARTUF	Associação de Artesãos Unidos Pela Fibra
AASJR	Associação de Artesãos de São José de Ribamar
ABEXA	Associação Brasileira de Exportação de Artesanato
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ARTESOL	Artesanato Solidário
BNB	Banco do Nordeste
BR	Rodovia Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPRAMA	Centro de Produção do Artesanato Maranhense
COMARTE	Comitê Maranhense do Artesanato
CRAB	Centro de Referência do Artesanato Brasileiro
CRESOL	Centro de Referência Estadual em Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento o Artesanato Maranhense
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Questionando ou Queer, Intersexuais
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI	Microempreendedor Individual
MINC	Ministério da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
PAM	Programa de Artesanato do Maranhão

PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PPGCSoc	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
PRONATECT	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura
SECTI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de o Desenvolvimento Social
SELA	Sistema Econômico Latino Americano
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETRES	Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SINDUSCON	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil
SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura	
UNICEUMA	Centro Universitário do Maranhão
VALE	Vale S/A

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
01 OS SENTIDOS DO TRABALHO NA CONTEMPORÂNEIDADE E AS REPERCURSSÕES NO TRABALHO ARTESANAL: cenários e metamorfoses	23
1.1 Sentidos do trabalho: metamorfoses e novas configurações das relações econômicas	24
1.2 Dimensões de gênero e interseccionalidades no mercado de trabalho	34
1.3 As mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a divisão sexual do trabalho	41
1.4 Práticas, Profissão e Ofício: considerações sobre as formas de organização do trabalhador artesão.....	47
02 O TRABALHO EM ARTESANATO E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	52
2.1 Dimensões socioculturais do artesanato: breve histórico das formas de organização do trabalho em artesanato.....	53
2.2 Artesanato no Brasil: considerações sobre a organização das relações de produção na atividade artesanal brasileira	58
2.3 Iniciativas de incentivo ao artesanato: programas e instituições de incentivo.....	65
2.3.1 Iniciativas de incentivo ao artesanato no Maranhão.....	70
03 ARTESANATO NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: Economia Solidária um campo em construção	74
3.1 Relações de produção e ação coletiva: identidade e engajamentos.....	79
3.2 O artesanato nos Empreendimentos Econômicos Solidários no Maranhão.....	82
04 ARTESANATO E A PRODUÇÃO DE VÍNCULOS SOCIOCULTURAIS: o trabalho associado de mulheres artesãs maranhenses	91
4.1 Associação de Artesãos de São José de Ribamar (AASJR): histórico, organização e as representações sociais do trabalho artesanal.....	96
4.1.2 O trabalho artesanal com a cerâmica.....	104
4.2 Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio: histórico, organização e representações sociais do trabalho artesanal associado.....	109
4.2.1 O trabalho com a fibra de buriti (Mauritia Flexuosa).....	115
4.3 Trajetórias de socialização das artesãs: retratos e processos identitários das mulheres artesãs.....	121
4.4 Trabalho artesanal associado: sentidos, limites e possibilidades.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	153

INTRODUÇÃO

Parte-se nesta dissertação da análise do processo de organização do trabalho em artesanato e da construção da identidade profissional do artesão¹, perpassando pela análise da intersecção com as relações de gênero. O contexto da pesquisa remete a problemáticas consideradas na Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica, bem como em outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais, pois tais reflexões são de fundamental importância para a construção de conhecimentos sociológicos em torno do universo das articulações das relações sociais que constituem as diversas situações vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as), especificamente de associações de artesãos, a partir da ideia de interseccionalidade presente no “mundo” do trabalho.

A temática proposta pretendeu-se continuação da pesquisa iniciada e desenvolvida durante a graduação em Ciências Sociais, com base em um estudo de caso da Associação de Artesãos Unidos pela Fibra (AARTUF), localizada na cidade de São Luís- MA, que buscou identificar o papel dessas mulheres no processo de geração de alternativas à instabilidade financeira e ao desemprego, através da articulação de rotinas entre o trabalho doméstico e extra doméstico, à procura de reescreverem suas trajetórias a fim de não sucumbirem a invisibilidade e exclusão. O interesse em pesquisar sobre as condições de trabalho das artesãs, inicialmente, surgiu durante uma experiência no *II Seminário de Educação Popular e Economia Solidária: territórios e territorialidades na construção da Educação em Economia Solidária*, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2016, após contato com relatos de algumas mulheres da AARTUF apresentados no GT3: *Os lugares, vivências e experiências das mulheres na Economia Solidária*.

A investigação empírica e teórica em volta a problemática exposta decorre da curiosidade intelectual sobre as metamorfoses observadas no “mundo” do trabalho contemporâneo, com seus sujeitos, formas de gestão, de produção e organização, num recorte específico: a formas contemporâneas de organização do trabalho realizadas por artesãs na região metropolitana de São Luís do Maranhão, no Brasil. Assim, com base na pesquisa que fora executada, sentiu-se necessidade de dar continuidade a investigação sobre o processo laboral e a construção da identidade no trabalho em artesanato, a fim de

¹ Quando se referir ao termo artesão, entenda-se que se trata tanto das mulheres e homens que trabalham na atividade artesanal.

compreender os processos de construção de trabalho com artesanato, no contexto do associativismo, tomando como universo de pesquisa grupos de associações com um histórico consolidado de trabalho e que estejam ligados aos princípios da Economia Solidária. O mapeamento desses grupos foi possível através de visitas realizadas ao Centro de Referência em Economia Solidária (CRESOL), localizado na cidade de São Luís/MA.

Nesse sentido, o presente estudo pretende investigar e compreender o contexto social de formação dos espaços coletivos de trabalho e organização dessas artesãs e as formas identitárias (social e laboral) desenvolvidas. Emergem, inicialmente, algumas questões: quais as alternativas encontradas por elas, em especial aquelas vindas de trajetórias de precariedade e desemprego, diante das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho formal? O trabalho em artesanato é informal e/ou precário, em algum nível, em suas condições de realização prática? No tocante à divisão sexual no trabalho com o artesanato, como ela se dá? Como elas se apresentam como artesãs e profissionais frente à sociedade? Quais os significados do trabalho realizado por elas? Como a força externa influencia nas formas de produção, circulação e consumo do artesanato? Como se desenvolve o processo de trabalho e organização de artesãs a partir de práticas coletivas/associativas pautadas (ou não) nos princípios da Economia Solidária?

A partir desses questionamentos, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as experiências de dois grupos de artesãos situados na região metropolitana de São Luís², especificamente nos municípios de São José de Ribamar e São Luís. Cidades balneárias conhecidas por suas belezas naturais e patrimônios culturais imateriais que atraem turistas de todos os cantos do planeta e que, atualmente, têm o desenvolvimento do artesanato de forma integrada ao turismo.

Neste sentido, chegamos a Associação de Artesãos de São José de Ribamar (AASJR) que tem como atividade artesanal o barro, e o grupo de artesãs da Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio, que utiliza como matéria prima de seus trabalhos as fibras vegetais, especificamente a fibra de buriti. Os dois grupos fazem parte do CRESOL, e as matérias primas utilizadas por eles são bastante representativas

² A região metropolitana de São Luís é composta da comunidade socioeconômica que abrange a área territorial de nove municípios (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Rosário, Bacabeira, Santa Rita e Icatu), conforme determinou o art. 1º da Lei Estadual Complementar 161/2013 (Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/64049901/doema-executivo-12-12-2013-pg-1>>, Acesso: janeiro 2020).

da cultura do povo local, sendo o trabalho com o barro e com as fibras vegetais referência de representatividade do artesanato na região metropolitana, ocupam o 4º e 5º lugar das atividades artesanais mais significativas em todo o Maranhão, de acordo com pesquisa realizada sobre a “distribuição espacial da atividade artesanal”, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC/2009 do IBGE (IPEA/MDCI, 2012).

O interesse, então, pautou-se em compreender sociologicamente as relações de produção da atividade artesanal, emergidas no contexto do mundo do trabalho contemporâneo, e caracterizar o significado dessa produção na vida cotidiana de quem a realiza: os artesãos. Assim, os objetivos específicos que orientaram este trabalho são: mapear quais os sentidos que as artesãs dão aos trabalhos que desempenham, conhecer o que motiva as trabalhadoras na organização do trabalho associado e solidário, observar se ocorrem e como são as relações de interseccionalidade no trabalho com o artesanato na contemporaneidade.

O estudo aqui proposto buscou contribuir qualitativamente para as discussões atinentes à inserção das mulheres nas relações de produção da atividade artesanal na sua diversidade, perceber como se inserem no mercado de trabalho através do associativismo, tendo como foco verificar empiricamente se o processo de construção de espaços de trabalho coletivo associado na dinâmica da vida urbana, organizado por mulheres, em especial daquelas que vivem em situação de precarização, moradoras de bairros periféricos da cidade, e se a tomada de posição nestes espaços, possibilitaria experiências de autonomia e reconhecimento do trabalho destas, abrangendo questões diretamente relacionadas as relações sociais de gênero.

Em termos gerais, a dissertação parte da contextualização das relações e transformações no mundo do trabalho contemporâneo e as repercussões no trabalho artesanal, sobre as formas de organização do trabalhador artesão e de formas identitárias com esse trabalho, através de diferentes perspectivas teóricas. É importante destacar que a produção artesanal, fenômeno sociocultural e econômico que envolve “arte e técnica”, constitui-se, na atualidade, como uma forma “de sobrevivência para o enfrentamento das consequências das transformações no trabalho em âmbito geral, as quais vêm promovendo desemprego e precarização nas relações de trabalho” (KELLER, 2011, p.31).

Neste sentido, “o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias” contribuindo para elevar a confiança “do indivíduo em seu valor social” (GIDDENS, 2005, p. 306).

Sendo assim, é relevante a realização de uma dissertação de mestrado que busque compreender quais seriam os limites e possibilidades do trabalho artesanal associado na criação de outros espaços e vínculos sociais, a partir da identificação dos elementos característicos dessas atividades (reciprocidade, cooperação, autogestão) e do conteúdo simbólico das relações cotidianas estabelecidas entre as artesãs.

Assim, a análise, que está inserida na linha de pesquisa “Relações de produção e a ação coletiva: questão agrária, trabalho e ambiente” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc), revela a importância de novas discussões que colaborem na produção científica tanto no campo de investigação sobre o artesanato e as formas de identidades que se relacionam a essa atividade laboral a nível nacional, regional e local, como nas análises sobre as relações entre gênero e trabalho, que oferecem ferramentas analíticas relevantes para refletir criticamente sobre a própria definição de trabalho, sejam as visões vinculadas somente aos mercados (ao âmbito “produtivo”), ou ampliando a visão de trabalho para incluir outros processos, passem ou não pelos mercados, quanto para outras áreas de conhecimento (POLANYI, 2012). Relações de produção e reprodução vivenciadas cotidianamente, que estão estruturadas por práticas, normas e simbologias culturalmente construídas que possuem, ainda, uma base material acentuada por meio do trabalho e da divisão sexual do trabalho.

Nessa perspectiva, para refletir em torno dessas questões, revisou-se a literatura referente às categorias trabalho (MARX, 1975; ANTUNES, 2002), categoria gênero (SCOTT, 1990; BUTLER, 2001, HIRATA, 2014), artesanato (BORGES, 2011, LIMA, 2011) e trabalho associado e solidário (SINGER, 2002, LIMA, 2004).

Em relação à categoria trabalho, o referencial adotado possibilita contextualizar historicamente as contradições e a dialética das estruturas sociais, demonstrando as transformações no mundo do trabalho nas esferas subjetivas e materiais da vida social, com o propósito de compreender as condições e formas de produção do mundo do trabalho contemporâneo e da vida econômica. Em relação à categoria gênero, a literatura utilizada é relevante por colaborar com discussões sobre as relações de poder estabelecidas socialmente, nos discursos construídos politicamente e historicamente, que classificam e hierarquizam os sujeitos de acordo com as atribuições dos papéis sociais normatizados culturalmente. É, portanto, uma categoria útil de análise por contribuir no processo de significação das relações de poder (SCOTT, 1990), manifestadas também na esfera material da vida social por intermédio da divisão sexual do trabalho.

Diante das transformações e reconfigurações do “mundo” do trabalho, com o aumento da precarização e instabilidade, a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999) busca formas de sobrevivência e resistência sociocultural. O artesanato se configura, nesse contexto, como uma possibilidade de atividade laboral e geração de renda, ainda que marcada pela informalidade. E o trabalho cooperativado/associado, caracterizado por iniciativas e experiências de auto-organização e gestão democrática da produção, sejam como forma de resistência ao desemprego ou como política pública, também é uma alternativa nas práticas e experiências marcadamente organizadas e mantidas por mulheres (LAVILLE, 2009; MOTHE, 2009).

Desse modo, ressalta-se que o processo de construção empírica e teórica em torno da problemática exposta (entender a inserção das mulheres artesãs no contexto de “crise” no mundo do trabalho, como se organizam no ambiente sócio cultural em que estão inseridas, destacando o trabalho como categoria estruturante para articulação de conceitos desta pesquisa) apresenta, por um lado, desafios aos cientistas sociais em seus ofícios investigativos, no que tange a interpretação do mundo social em constante transformação, mas, por outro lado, reforça a possível compreensão de tais fenômenos sociais contemporâneos, por meio de um conjunto de procedimentos, métodos e teorias que auxiliam nesse processo de construção do conhecimento.

Nesse aspecto, na construção do objeto de investigação, condições e instrumentos para o exercício desta pesquisa, empregou-se uma abordagem qualitativa. Na abordagem qualitativa, na qual o pesquisador sistematiza dados com propósito de observar os fenômenos a partir dos significados e sentidos das ações sociais de experiências relatadas pelos sujeitos estudados, que se dá na coleta de dados em um contexto situacional e histórico específico, realizaram-se entrevistas presenciais com artesãs, facilitadas pelo uso de gravador, a partir de um roteiro semiestruturado com questões centrais para processo de coleta de dados. Este procedimento é importante para a compreensão e sistematização das informações coletadas, pois, como afirma Mirian Goldenberg (2004, p.49):

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.

Para tal é preciso que, no exercício da pesquisa, o investigador reflita e questione sobre a natureza epistêmica dos seus atos cognitivos, que reflita sobre a prática do olhar e do ouvir, em “olhar de dentro” as vivências do outro. Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p.19), para observar cientificamente é preciso treinar teoricamente o olhar e instrumentalizar as teorias. Assim, há possibilidade de construção de um esboço de ideias, extraídas de leituras teóricas sobre o objeto, e não somente as prenoções sobre as pesquisas e os pesquisados.

Nesse contexto, afastar-se das prenoções é importante, pois configura-se como um trabalho de “enigmatização de tudo aquilo que parece evidente”, através do engajamento simultâneo “num processo de objetivação e de questionamento crítico” (PAUGAM, 2015, p.17-18), o que nos permite pensar a abordagem dos fenômenos, as questões inseridas nos discursos e ações dos grupos sociais, problematizando o que se observa e contribuindo para recortar essa realidade social. Os cientistas estão envolvidos por valores e ideias que antecedem a pesquisa e condicionam a escolha do objeto a ser investigado, a partir da perspectiva de seu tempo e espaço. É necessário, portanto, realizar a prática da abstração e evitar os obstáculos epistemológicos, as experiências dadas como naturais e imediatas (BACHELARD, 1996).

Portanto, é necessário adotar estratégias para evitar os obstáculos no campo, através do constante exercício de distanciamento, estranhamento, desambientação e relativização que, segundo Gilberto Velho (1980), são mecanismos necessários para que a análise do pesquisador não se comprometa por seus preconceitos, principalmente ao “observar o familiar”, aquilo que cotidianamente encontra-se como estereotipado. Neste sentido, “tornar enigmático o que parece normal” é um modo de problematizar criticamente a realidade social, não apenas especulando ou descrevendo os fenômenos sociais (LEMIEUX, 2015, p.35).

Nessa visão, todo saber científico deve ser reconstruído, não tomar os fenômenos como óbvios, mas aguçar a curiosidade de saber em que contexto social tais fenômenos se apresentam. É preciso preocupa-se em articular as condições nas quais os indivíduos existem, suas formas de agir e perceber, dentro e fora dos grupos sociais. Nesse sentido, é necessário objetivar a objetividade, que significa problematizar as estruturas que se “naturalizam”, como se existissem por si só e que acarretam no não questionamento e congelamento das formas de conhecimento, pois tal naturalização não considera as conjunturas sociais e históricas de lutas e de concorrências. Por outro lado, é preciso objetivar a subjetividade, que está diretamente relacionada com as formas de conceber o

mundo social, com as formas de visão e divisão, de classificação, que encontram-se cristalizadas de modo naturalizado nos corpos e mentes dos indivíduos (BOURDIEU, 2009).

Assim, a partir da utilização de diferentes perspectivas teóricas, que oferecem um arcabouço para a investigação empírica e reflexão, e privilegiando o trabalho de campo enquanto método de investigação qualitativa, pode-se buscar analisar as experiências de mulheres no contexto sociocultural em que estão inseridas a fim de compreender quais os sentidos e motivações de seus trabalhos cotidianos e de suas práticas como artesãs associadas, através das diversas relações face a face, coletivas, e na situação biográfica dessas artesãs por meio também da análise dos sentidos das trajetórias das mesmas e das identificações que assumem com o trabalho que exercem.

Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro artesãs de duas associações (Associação de Artesãos de São José de Ribamar (AASJR) e a Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio), e observação durante as atividades cotidianas de produção e comercialização, no primeiro e segundo semestre de 2019. Foram feitas aproximadamente três visitas a cada grupo, em horários predeterminados pelos membros. Foram coletados dados a respeito do modo de organização e das especificidades de cada grupo. Também realizou-se entrevistas e conversas informais com agentes do poder público ligados à iniciativas de fomento e programas relacionados ao artesanato no Maranhão. As fontes orais apreendidas durante o processo de pesquisa permitiram construir interpretações qualitativas da vida e dos processos sociais investigados.

Algumas dificuldades metodológicas foram encontradas durante a pesquisa de campo, em relação ao contato inicial com as associações de artesãos. Inicialmente, foram contatados cinco grupos, apenas dois responderam, pois os outros alegaram não ter disponibilidade devido a demanda de trabalho e engajamento com outras atividades. O processo de entrevistas presenciais também foi conturbado, tendo que ser adiadas datas por imprevistos nas agendas dos grupos. Em 2020 o contato presencial com as associações foi prejudicado devido ao contexto de pandemia e isolamento social que fomos submetidos, não sendo possível visitas e entrevistas presenciais, pois as atividades nos grupos foram paralisadas e algumas integrantes foram para o interior do Estado. Contudo, apesar das dificuldades, pode-se observar, no campo, as subjetividades de cada artesã entrevistada, as diversidades e visões sobre as relações de trabalho e os vínculos socioculturais que elas mantêm entre si e na comunidade. Ao longo da pesquisa, as

respostas foram agrupadas em categorias possíveis de análises. Também foram utilizados dados quantitativos sobre as categorias aqui trabalhadas, a partir de documentos oficiais e pesquisas de instituições e agentes envolvidos com as relações de produção na atividade artesanal.

Assim, além desta introdução e considerações finais, esta dissertação estrutura-se em três capítulos. Parte-se, no primeiro capítulo, da contextualização histórica de alguns sentidos atribuídos a categoria trabalho, destacando-se algumas das transformações no mercado de trabalho na contemporaneidade brasileira. São abordadas análises sobre quanto as relações de trabalho estruturam as relações cotidianas, contemplando as relações sociais de gênero no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho e interseccionalidades. E também se introduz conceitos sobre a categoria artesanato e as formas de labor artesanal, a consolidação da profissão e do ofício de artesão no contexto econômico e social de transformações contemporâneas. Nesse capítulo se estabelece e discute os conceitos de categorias que norteiam a pesquisa, tais como: trabalho, gênero, divisão sexual do trabalho, artesanato.

O segundo capítulo aborda sobre conceitos e contextualização histórica do trabalho artesanal, formas de organização, as iniciativas de incentivo e fomento do artesanato no Brasil e no Maranhão, a partir da ideia de identidade sociocultural, construção de formas identitárias e construção de valores. Em sequência, o terceiro capítulo, detém-se mais especificamente sobre as narrativas das artesãs das associações, sobre a produção de vínculos sociais através do trabalho com o artesanato de modo coletivo, e a análise das dinâmicas internas de cada grupo, as características dos tipos de artesanato trabalhados por elas, o barro e a fibra vegetal. Em seguida, faz-se uma breve narrativa sobre as trajetórias nas quais se inserem e como criam suas identidades profissionais a partir do processo de organização e dinâmica interna dos grupos aos quais pertencem. Assim, com base nos conceitos apresentados no primeiro e segundo capítulos, são privilegiadas discussões sobre como os atributos de gênero condicionam o processo de divisão sexual do trabalho, a ocupação dos espaços públicos e privados, imputando relações hierárquicas, como, por exemplo, através da invisibilidade do trabalho não remunerado, dupla jornada, inserção desigual no mercado de trabalho, informalidade e trajetórias de precarização, sobretudo das mulheres negras/pardas e pobres. Esse capítulo também busca analisar e identificar quais seriam os limites e possibilidades do trabalho associado na criação de outros espaços e vínculos sociais estabelecidos entre as artesãs.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, com análise dos pontos principais apresentados ao longo dos capítulos e reflexões acerca das experiências relatadas pelos sujeitos estudados na pesquisa de campo, o que não encerra por definitivo o trabalho, uma vez que as possibilidades para estudos futuros sobre a temática discutida são diversificadas.

01 OS SENTIDOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E AS REPERCURSSÕES NO TRABALHO ARTESANAL: cenários e metamorfoses.

A articulação entre diversos processos e ações do mundo social é mediada pela ação transformadora do homem sobre a natureza, por meio da interação, criação, produção e formas de linguagens entre os atores sociais, apreendidos nos processos de socialização em meio a dialética da relação indivíduo e sociedade, orientados pelo arranjo social local e vivenciadas coletivamente. Nesse contexto, o trabalho é um elemento importante no processo de transformação da condição humana ao longo do tempo, uma esfera estruturante para (re)produção e organização da vida social, através da qual os seres humanos sustentam seus arranjos sociais, materiais e simbólicos.

O trabalho se configura, neste aspecto, como elemento importante e condição de sobrevivência humana, pois, através da ação transformadora é que se concretizam os processos materiais e simbólicos que integram e fortalecem a vida em sociedade e que permitem observar o dinamismo e historicidade das sociedades humanas. E, neste sentido, a organização social através do trabalho permite a reprodução social, representando um processo histórico dotado de sentidos e diversidades.

É importante pensar a constituição dialética do trabalho, no sentido de que os atores sociais o constroem e são, ao mesmo tempo, construídos pela organização social do mesmo. Quando o ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil” (MARX, 1975, p.149), ocorre o processo de modificação da própria vida, diferencia-se dos outros animais, pois o que distingue “o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” obtendo-se no final do processo “um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente” (MARX, 1975, p.149-150). O trabalho, nesta perspectiva teórica, configura-se como um distintivo especificamente da capacidade de imaginação humana.

Neste sentido, o artesanato enquanto trabalho surge das necessidades dos sujeitos em garantir a sobrevivência individual ou coletiva, produzindo objetos com as próprias mãos para uso utilitário e prático, como alimentação, proteção e formas de expressão da tradição cultural de um tempo. Nos processos de transformações do mundo do trabalho contemporâneo, o artesanato, uma habilidade intrínseca ao pensar e fazer do artesão, é

uma alternativa de sobrevivência e revela que a maneira como o artesão “ganha seu sustento determina e impregna todo o seu modo de vida” (MILLS, 2009, p.59).

Assim, o “mundo” do trabalho, como fruto da construção humana, constituído de fenômenos heterogêneos e suscetíveis às interferências de diversos atores, modifica-se através da dinâmica das sociedades e do modelo de produção vigente, trazendo impactos na vida dos trabalhadores, na organização social do universo laboral, e nos sentidos que se dá ao próprio trabalho na vida cotidiana.

Este primeiro capítulo propõe resgatar algumas reflexões sociológicas sobre as relações de trabalho contemporâneas, salientando as condições sociais de gênero no mercado de trabalho e as alternativas encontradas por trabalhadores e trabalhadoras que se encontram na informalidade, com recorte ao artesanato enquanto trabalho, a consolidação da profissão e do ofício de artesão e ao trabalho associado.

1.1 Sentidos do trabalho: metamorfoses e novas configurações das relações econômicas.

O trabalho é uma atividade que visa satisfazer necessidades e garantir a sobrevivência e reprodução da organização social, é, nesse sentido, um elemento orientador de diversas relações da vida humana, conferindo identidade e pertencimento aos indivíduos. No processo de produção dos mais diversos bens e serviços necessários à sobrevivência, as sociedades se organizam de modo diverso, através da soma da força de trabalho humano e apropriação da natureza e dos meios materiais, estabelecendo diversas ordens de relações de produção ao longo dos tempos.

Os sentidos do trabalho variam de acordo com as fases históricas dos modelos econômicos, que historicamente transformam-se conforme as dinâmicas de produção, destacando-se o capitalismo na história das sociedades ocidentais e as diversas fases do mesmo (mercantil, manufatureiro, industrial, financeiro, informacional etc.). Historicamente a palavra trabalho deriva do latim vulgar *tripalium*, que referia-se a um instrumento de tortura sustentado por três estacas, “essa definição supõe que um trabalho seja sempre uma obrigação (para ganhar a vida), uma subordinação (a um empregador, a um cliente, etc.) e uma fonte de sofrimentos (físicos e mentais)” (DUBAR, 2012, p.353). Assim, o trabalho pode ser pensado como “a execução de tarefas que requerem o emprego de esforço mental e físico, cujo objetivo é a produção de mercadorias que satisfaçam as necessidades humanas” (GIDDENS, 2005, p. 306), configurando-se como base dos

sistemas econômicos que são “instituições que cuidam da produção e da distribuição de mercadorias e serviços” (idem).

Segundo Gorz (2003), o que se chama de “trabalho” é “uma invenção da modernidade” e existiriam diferentes formas de classificar as relações de trabalho nas sociedades, tanto capitalista contemporânea (em que o trabalho formal ocorre na esfera pública) e na “idade antiga” (cujas relações de trabalho voltavam-se, no geral, à esfera privada). O trabalho como necessidade do corpo e sobrevivência, nas sociedades pré-modernas, tinha como princípio a exclusão, pois as pessoas que o faziam eram consideradas inferiores (servos, escravos, mulheres) na hierarquia social, o local de prestígio destinava-se ao homem livre, que controlava e dominava suas necessidades vitais, mantendo um espírito elevado e ocupando-se da política. Segundo André Gorz:

A ideia contemporânea de trabalho só surge, efetivamente, com o capitalismo manufatureiro. Até então, isto é, até o século XVIII, o termo “trabalho” designava a labuta de servos e dos trabalhadores por jornada, produtores dos bens de consumo ou dos serviços necessários a sobrevivência (...). A produção material não era, portanto, em seu conjunto, regida pela racionalidade econômica (GORZ, 2003, p.24).

Assim, as ideias do trabalho provenientes de modos de vida atrelados à tradições e sobrevivência, são rompidas ao longo da história ocidental, através do desenvolvimento da racionalização ideológica e cultural dos processos de produção, cujo “trabalho” deixa de ser uma “habilidade intuitiva”, ligado a ancestralidade e as necessidades naturais, para tornar-se na modernidade uma relação de forças monetária e instrumental entre indivíduos e classes, desumanizando aqueles que o realizam, pois, segundo Gorz (2003, p. 21):

A característica mais importante desse trabalho – aquele que “temos”, “procuramos”, “oferecemos” - é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos a esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho socialmente remunerado e determinado (...) é, de longe, o fator mais importante de socialização. Por isso a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma “sociedade de trabalhadores”, distintas de todas as demais que a precederam.

Contudo, é preciso considerar as outras funções que coexistem com as funções econômicas³, as relações interativas entre o trabalho, a economia e a sociedade, analisando-as historicamente através de instrumentos transcontextuais (HOLTON, 1992, p. 30), não apenas por meio do modelo economicista da economia de mercado, da ideia de escassez reforçada na economia liberal que se utiliza de agendas políticas voltadas ao tema, ao problema dos “meios” escassos para satisfazer as necessidades sociais, sem considerar a aplicabilidade histórica, cultural e política desses conceitos. Neste aspecto, como enfatiza Smelser e Swedberg (2005), as relações sociais de trabalho influenciam e constroem as relações econômicas, por isso a necessidade de um olhar sociológico para construção dos fenômenos econômicos no aspecto cultural e cognitivo.

Para Polanyi (2012) existem, na sociedade contemporânea, economias empíricas nas quais os “preços” não são formados no mercado, através da interação entre o homem e a natureza, satisfazendo necessidades materiais/fisiológicas, salientando que a economia é um processo instituído ao sugerir a ideia de movimento dos elementos materiais, bens, e também das “mãos” (agentes públicos, órgãos, pessoas, empresas), da produção através de transações e disposições. Todas as atividades que compõem esse processo podem ser vistas como elementos econômicos (de origem tecnológica, ecológica ou social). Pois, há uma distinção entre mercado concreto e mercado como abstração, que bens e serviços são permutados e produzidos por outros mecanismos além do mercado, através da reciprocidade e redistribuição, por exemplo.

Neste sentido, revela-se a necessidade de indicar “as condições sociais de que brotariam as motivações dos indivíduos” que sustentam “a interdependência dos movimentos e sua recorrência, das quais dependem a unidade e estabilidade do processo” (2012, p.301). Assim:

A economia humana se enraíza em instituições econômicas e não econômicas e se entrelaça com elas. A inclusão do não econômico é vital, pois a religião e o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias ou a disponibilidade dos próprios instrumentos e máquinas que aliviam o fardo do trabalho. O estudo do lugar mutável da economia na sociedade, por conseguinte, não é outro senão o estudo da maneira pela qual o processo econômico será instituído em diferentes épocas e lugares (POLANYI, 2012, p.302).

³ Tendo em vista que não há uma definição universal do que seja a Economia, uma das abordagens baseia-se nas concepções funcionais da economia, relacionada aos meios e fins, cujos fenômenos econômicos exercem uma função específica diferenciada dos fenômenos “não econômicos”, pois possuem objetivos e meios para satisfazer as necessidades (fins) materiais (terra, trabalho e capital) e/ou simbólicas (sucesso, riqueza, poder) que variam histórica e culturalmente.

Dentre as análises sociológicas e antropológicas que discutem as relações sociais dentro da economia, a fim de propor alternativas teórico-metodológicas para caracterizar os fenômenos econômicos para além da descrição economicista, destaca-se a noção de enraizamento trabalhada por Polanyi, que salienta a necessidade de analisar os fenômenos e funções econômicas historicamente, desenvolvendo instrumentais de análises transcontextuais. O autor apresenta categorias conceituais para pensar os sentidos do econômico, composto do sentido substantivo e formal. O sentido substantivo refere-se à relação de dependência entre o ser humano e a natureza, intercâmbio que promove os meios necessários para satisfação de necessidades. Já o sentido formal refere-se a lógica das escolhas de recursos, “relação meios/fins” no sentido de economizar, associada a escolha “que se faz entre os diferentes usos dos recursos, induzida por uma insuficiência desses mesmos recursos”, limitada pela ideia de escassez. O conceito contemporâneo de econômico, segundo Polanyi, é formado pela fusão desses conceitos de subsistência e escassez, pautados no modelo da economia de mercado, gerando uma espécie de “falácia economicista”. A fusão entre tais conceitos se torna um obstáculo metodológico para as Ciências Sociais, que analisam “uma enorme variedade de outras instituições que não os mercados” (2012, p.294-5). É a lógica da ação-escolha racional, relação dos meios com os fins, baseada na insuficiência de recursos, ou que seja induzida moralmente (entre o certo ou errado) ou operacionalmente induzida (considerando vantagens e desvantagens do caminho a seguir), que molda a economia formal de mercado.

Polanyi (2012) argumenta que as economias pré-capitalistas estão enraizadas na tradição e na religião dos grupos sociais, mas com o advento da economia capitalista (de mercado autorregulado), a dimensão econômica passa a enraizar-se nas relações sociais de mercado. Através de uma contextualização histórica explica como se deu essa mudança ao longo dos séculos nas sociedades ocidentais, enfatizando o papel de intervenção do Estado. O autor destaca diferentes tipos de integração da atividade dos sistemas econômicos (reciprocidade, redistribuição, agregados familiares e mercados), pois “uma definição genética ou universal de economia não pode ser sustentada com base num modelo de mercado, historicamente distinguível” (HOLTON, 1992, p. 33).

Na era moderna, quando o trabalho torna-se objeto de estudo e impulsionador do tema da “questão social”⁴, o sistema econômico passa a basear-se na produção

⁴ “A questão social só passou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não anteriormente, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, tinham conseguido se

industrial, cujo investimento tecnológico é uma ferramenta para garantir a produtividade, em que maquinários dispensam o trabalho manufatureiro, predominando, mais tarde, cargos profissionais e gerenciais. Segundo Giddens (2005, p.309), pode-se destacar que:

Com o progresso da produção industrial moderna, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu completamente, sendo substituída por habilidades que fazem parte de processos de produção de maior escala (...). Os avanços na tecnologia industrial, como o uso de maquinários que funcionam a eletricidade ou a carvão, contribuíram para a separação entre trabalho e casa. As fábricas de propriedade dos empresários tornaram-se o foco do desenvolvimento industrial: maquinários e equipamentos concentram-se dentro destas, e a produção em massa de mercadorias começou a ofuscar a habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base. As pessoas que procurassem empregos em fábricas eram treinadas para se especializarem em uma tarefa, recebendo um ordenado por esse trabalho. O desempenho do empregado era supervisionado pelos gerentes, os quais se preocupavam em implementar técnicas para ampliar a produtividade e a disciplina dos trabalhadores. (GIDDENS, 2005, p.309).

Assim, na era moderna, processos interdependentes ocorreram e explicam parte dos conflitos ocorridos a partir do século XVIII, como a racionalização econômica, ligado a uma lógica contábil, a incorporação de novas técnicas e abordagens sociais e políticas, desenvolvimento do Estado (forças armadas, aparelho burocrático e administrativo), cuja razão, experimentação e observação eram fundamentais. Além do processo de subjetivação dos indivíduos nesse período histórico, caracterizado pelo individualismo e a impessoalização que se tornam uma prática moral, pois não havia mais a sujeição à uma força divina e as instituições sociais exerciam funções diferenciadas, através da separação entre a esfera pública e privada da vida social, ainda que de modo interdependente. As sociabilidades na vida moderna passam a ter como característica a indiferença, tendo em vista que a racionalização se sobrepõe a subjetivação, em nível psicológico, afetivo, e na produção econômica, no sentido de que “do ponto de vista da felicidade pessoal, essa racionalização expressa quão irracional é a conduta que faz o homem existir em função de seus negócios, e não o inverso” (WEBER, 2004).

Havia uma ideia de liberdade (alcançável a todos e todas, inclusive indivíduos e grupos de estratos inferiores dentro de uma determinada hierarquia social, como os trabalhadores), fraternidade, urbanização, progresso. As sociabilidades e os processos de classificação social foram nivelados por parâmetros mais instrumentais do que os outrora considerados pelas tradições e religiões. As inclinações subjetivas não tinham relevância

libertar dos grilhões de pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna” (Arendt, 1981, p.22).

frente a racionalidade instrumental da sociedade industrial, “nas relações racionais, trabalha-se com o homem como um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente” (SIMMEL, 1973, p.13). Um critério de classificação social passou a ser entre os aptos e não aptos para o trabalho, através da venda da força do trabalho e sujeição as demandas da reprodução do capital, nesse processo o trabalho passa a configurar-se como uma ação desumanizadora, pautado no capital, no dinheiro e na propriedade privada (GORZ, 2003).

O tempo de trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro; o trabalho, suas ferramentas, seus produtos, adquiriram uma realidade separada do trabalhador e diziam agora respeito a decisões estranhas a ele. (...) o trabalho concreto só pode ser transformado em trabalho abstrato ao engendrar, no lugar do operário-produtor, o trabalhador-consumidor: isto é, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; o indivíduo para o qual a finalidade do trabalho é ganhar o suficiente para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto (GORZ, 2003, p.30).

Logo, o processo de racionalização econômica, construído socialmente, promoveu uma revolução nos modos de vida e nas relações sociais das atividades produtivas, com o caráter mercadológico, pois “deixava de fazer parte da vida para tornar-se o meio de ganhar a vida” (GORZ, p. 30). Como afirma Ricardo Antunes (2002, p.09) o que deveria ser “fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham”, refletidos no objeto de trabalho, no ato de produção e no consumo já alienados, cujo trabalhador “frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 09).

Para lidar com tais fenômenos, é importante considerar os aspectos físicos/materiais da realidade e o papel dos interesses (materiais, ideais, simbólicos) presentes nas relações e interações sociais, construídos socialmente, considerando que:

É nesse sentido que se pode falar em sociabilidade capitalista, por exemplo, que tem como linha de força central, mas não única, a distribuição desigual dos recursos materiais, simbólicos e de poder, e a apropriação privada da produção social e de seus recursos, o que requer um tipo específico de legitimação das posições ocupadas e atualizadas pelos agentes, legitimação que é aspecto estruturante das expectativas recíprocas de dominantes e subalternos, e de cada categoria entre si. A sociabilidade, enquanto esses encontros como atualização daquelas expectativas, supõe diferença e alteridade, já que compromete a subjetividade dos agentes, e por estar irremediavelmente vazada pelas linhas de força do ordenamento social, atualizando-as e questionando seus horizontes, é constituída por relações de poder. A sociabilidade, pois, é uma prática agonística, que coloca em questão, constantemente, o lugar (enquanto espaço

social identitário) de cada qual, indivíduo ou grupo, na ordem social (CARDOSO, 2019, p.37).

Neste aspecto, a partir deste paradigma instaurado pela sociedade moderna, a esfera do trabalho passou a ser definidora das relações sociais na esfera privada e pública. Assim, observa-se que a relação entre capital e trabalho estabeleceu conflitos, que a sociedade ocidental vive e acompanha, com mais força a partir do século XX, mas que emergem a partir das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho no Ocidente desde o início do século XVIII. Nesse processo o trabalhador, privado de seus instrumentos de trabalho e do controle da totalidade do processo de produção, passa a se especializar em uma tarefa determinada e controlada por um gerente ou empregador e vender sua força de trabalho. Nesse contexto, nas relações modernas de produção, passou a existir, portanto, um processo de diferenciação e estratificação que se estrutura em relações de classes antagônicas: aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que detêm os meios de produção.

Desse modo, mudanças ocorreram em diversas esferas da vida social, incluindo os novos cenários do sistema econômico das sociedades modernas, que passa ter como características a complexificação da divisão do trabalho, que trouxe a capacidade de aumento da produção e comercialização de produtos, que estabelece novas formas de divisões de atividades e funções nas relações de trabalho e socioeconômicas. A divisão social do trabalho mais complexa relaciona-se à forma como os indivíduos e grupos produzem e reproduzem, ao longo do tempo, a vida social, atribuindo aos mesmos funções e status perante a sociedade. Para Marx (1975), a divisão social do trabalho é característica presente no modelo de produção capitalista moderna e tem como peculiaridade transformar o trabalho concreto em trabalho abstrato, resultando em uma alienação sobre os trabalhadores, que perderiam o valor criativo e o controle sobre o trabalho, gerando um caráter instrumental e resumido a um modo de ganhar a vida.

Com o desenvolvimento do sistema produtivo industrial, a divisão do trabalho foi intensificada, tendo apoio em princípios técnico-científicos e diretrizes que visavam organizar o espaço produtivo. Ainda no século XVIII, Adam Smith anunciava as vantagens de uma divisão através da especialização e cooperação mútua dos empregados nas fábricas, já Frederick Taylor, no final do século XIX, abordou a importância do “gerenciamento científico” a fim de aumentar a produtividade e eficiência dos trabalhadores através da organização detalhada e monitorada de tarefas e dos processos industriais. Também Henry Ford, no início do século XX, projetou um sistema de

produção em grande escala atrelado à expansão dos mercados por meio da produção contínua (ANTUNES, 2002).

Assim, no século XX, essas mudanças introduzidas influenciaram a produção de sistemas chamados taylorismo e fordismo, marcantes até a década de 1970, que impactaram a forma de organizar as técnicas de produção industriais, aumentando a mecanização, a produtividade e a lucratividade. Os empregos passaram a ser determinados por uma gerência e pelas máquinas e os empregados “monitorados continuamente através de vários sistemas de vigilância” (GIDDENS, 2005, p. 313).

Consequente, as diversas metamorfoses nas formas de organização do trabalho resultam da junção de diversos fatores: desenvolvimento tecnológico, globalização da economia e o ideal neoliberal nos países ocidentais. Essas transformações revolucionaram tanto por possibilitarem a instantaneidade da interligação de informações, a remoção das barreiras territoriais e a crescente expansão do capital financeiro mundial, como pelas repercussões e consequências imediatas que trouxeram: desemprego, privatizações, diminuição dos serviços públicos. Portanto, não se configurando como um fenômeno meramente econômico, mas de caráter político, tecnológico e cultural (GIDDENS, 2007, p.21).

Esse processo, caracterizado pela globalização econômica e financeira, que, segundo Helena Hirata (2011, p.14), desenvolve-se no “contexto de circulação acelerada do capital financeiro em âmbito mundial”, desenvolvido por setores ligados a informática e a processos computadorizados, a tecnologia da informação, sobretudo por países emergentes (China, Coréia, Brasil, Índia) a partir da década de 1990, possibilitou o desenvolvimento de novas formas de trabalho e setores de empregos “atípicos” (telemarketing, call centers, care), por vezes temporários, de meio turno, com baixos salários e redução os direitos trabalhistas (HIRATA, 2011, p.14). Ou seja:

Surgiram várias correntes distintas dentro do mundo do trabalho, as quais parecem se afastar nitidamente das práticas fordistas. Entre elas estão a ideia da produção flexível, a descentralização do trabalho em grupos formados por equipes não-hierárquicas, o abandono das habilidades especializadas, o treinamento para habilidades gerais e o treinamento contínuo, além da introdução de padrões de trabalho mais flexível (GIDDENS, 2005, p.313).

Essa nova configuração do trabalho trouxe impactos na produtividade industrial, no Japão e nos demais países capitalistas, a nível global. E também agravou instabilidades e inseguranças materiais e simbólicas da classe trabalhadora⁵ (ANTUNES, 1999, p. 210).

Outro agravamento nessas metamorfoses no mundo do trabalho contemporâneo, dessa forma “flexibilizada de acumulação capitalista”, refere-se aos altos índices de desemprego e as consequências deste fenômeno para a classe que vive do trabalho, pois, como afirma Ricardo Antunes (2005, p. 28), “a destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha”. Desse modo, tais metamorfoses deram nitidez às novas formas de classificação social, às diferenças entre os aptos e não aptos ao mercado de trabalho, marcadas pela diferença entre raças, classes, sexos, nacionalidades, fortalecendo uma crise, como afirma Hirata (2011, p.13), “crise dos mercados financeiros, crise bancária, crise econômica e crise social”:

Essa crise social aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal observados desde o início dos anos noventa, como as privatizações, a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos. Ela tem, assim, raízes em processos iniciados desde meados dos anos mil novecentos e oitenta e marcados por um novo contexto mundial de globalização e de financeirização da economia. Assim, não podemos considerar a crise econômica e o seu impacto sem tratar da questão do desenvolvimento do processo de globalização, na medida em que essa crise se desenvolveu no contexto de circulação acelerada do capital financeiro em âmbito mundial (HIRATA, 2011, p.13-14).

As consequências dessa crise no mundo do trabalho foram inúmeras: redução do proletariado fabril, desaparecimento de profissões, o surgimento dos “terceirizados”, assalariados médios e prestadores de serviços, exclusão da mão de obra dos jovens e dos idosos, trabalho infantil, desigualdade salarial entre gêneros, trabalho do “terceiro setor”, expansão do trabalho a domicílio, conflitos relacionados aos trabalhadores imigrantes e refugiados (ANTUNES, 2005, p. 28-31). Tais “mudanças ocorreram no mercado de trabalho para criar as dificuldades que hoje conhecemos”, como afirma Luc Boltanski e Chiapello (2009) ao tratar da organização interna do trabalho no contexto capitalista e da

⁵ A classe trabalhadora, ou a “classe que vive do trabalho”, segundo Ricardo Antunes (1999), inclui os trabalhadores produtivos e improdutivos, “a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho” (p.103), os que participam diretamente do processo de valorização do capital e os indiretamente subordinados ao capital, que vivem na economia informal, sem carteira assinada, trabalhando por conta própria, os desempregados (p.102-103).

organização produtiva das empresas, sobretudo a partir dos anos 1980, caracterizada pela flexibilização e precarização:

Que possibilitou transferir para os assalariados e também subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado. Ela se decompõe em flexibilidade interna, baseada na transformação profunda do trabalho e das técnicas utilizadas (polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia etc.), e flexibilidade externa, que supõe uma chamada organização do trabalho em rede, na qual empresas enxutas encontram os recursos de que carecem por meio de abundante subcontratação e de uma mão de obra maleável em termos de emprego (empregos precários, temporários, trabalho autônomo) de horários ou de jornada de trabalho (tempo parcial, horários variáveis) (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.240).

Os autores, Boltanski e Chiapello (2009), afirmam que o sistema capitalista, caracterizado pela exigência de acumulação ilimitada pelos meios formalmente pacíficos, é um sistema “absurdo”, pois os trabalhadores estão subordinados a esse processo insaciável e abstrato no qual perdem o resultado de seus trabalhos. Assim, o que mantém essa engrenagem em funcionamento seria uma ideologia dos benefícios individuais (salário) e a ideia do bem comum (tendo como referência o liberalismo econômico, a crença no progresso e no desenvolvimento).

Nesse sentido, as diversas metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo intensificaram as desigualdades sociais, em que o trabalho passa a ser subordinado pela estrutura hierárquica do capital, submetendo a organização das relações sociais à forma de mercado. Para alguns autores esse processo é considerado irreversível, afirmando-se inclusive a desconstrução da sociedade do trabalho, por conta das metamorfoses ocorridas nas sociedades industriais que desenvolveram uma “não-classe de não-trabalhadores” (desempregados – jovens, idosos, doentes etc.) (GORZ ,2003), levando essas pessoas a atividades que não envolvam o “trabalho” na esfera do emprego remunerado.

Contudo, se por um lado essa “crise” afeta as formas de criar e produzir as relações humanas, que perpassam pelas formas diversas da esfera do trabalho, por outro lado, encontra-se nessa mesma “crise” a necessidade de reafirmação da importância do trabalho nas formas de produzir e viver da sociedade impregnadas de sentidos e vínculos sociais. Podemos perceber como as relações de trabalho são importantes na dinâmica da vida das pessoas, de acordo com a fala da artesã Maria Antônia, 70 anos, do grupo da Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio, que destaca a importância do trabalho para a manutenção da vida e das relações entre as pessoas:

A gente trabalha desde cedo. Ajudando os pais e a criar nossos irmão... a maioria de nós foi assim. E com o artesanato a gente foi vivendo e conhecendo, aprendendo. Por necessidade, pra sobreviver. Eu desde criança faço artesanato, aprendi com minha mãe, a gente fazia pra ajudar nas coisa de casa, da pesca. Faz parte da minha vida. Sem trabalho a gente não vive. Todo dia a gente precisa comer, a gente tem que se virar, porque nem sempre é fácil, sem emprego fixo, a gente tem que se virar. E através do artesanato eu fiz a minha vida, conheci gente e vários lugar. Esse trabalho é a minha vida hoje (Artesã Maria Antônia, 12/11/2020).

Desse modo, é importante discutir a historicidade, considerando os aspectos referentes a interseccionalidades, dessas relações de trabalho, especificamente com o artesanato, e como se organizam e configuram na sociedade contemporânea, sob a forma capitalista, no Brasil e no Maranhão.

1.2 Dimensões de gênero e interseccionalidades no mercado de trabalho.

Na sociedade capitalista contemporânea, as desigualdades sociais são intensificadas seletivamente, ou seja, estão ligadas a fatores relacionados à condição de segmentos da população (mulheres, jovens, idosos, migrantes, negros, lgbtq+⁶) que estão mais propensos a situação de instabilidade social (ligados a tensões provocadas pela posição que ocupam na estrutura social, historicamente construída) que são, por isso, também excluídos e/ou marginalizados. Tais desigualdades são produzidas nos comportamentos e nos processos de sociabilidades, materializam-se em dificuldades de acesso a bens e serviços, a direitos básicos, a oportunidades.

Nesse sentido, cabe destacar a produção social de sistemas de diferenças hierárquicas, articulando as dimensões de gênero e interseccionalidades presentes nesse contexto. Segundo Helena Hirata (2014), o termo interseccionalidade remonta a sua origem ao movimento negro feminista do final dos anos 1970, que utilizava o verbete para incluir as opressões de raça às de gênero, criticando o feminismo branco heteronormativo da classe média. Foi utilizado pela primeira vez em 1989, para “designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe”, por pesquisadoras inglesas, norte americanas, canadenses e alemãs.

⁶ Sigla que abrevia as orientações sexuais e identidades de gênero que divergem da heterossexual/cisgênero, e representa uma comunidade e movimento social.

O desenvolvimento das pesquisas feministas na França, o contato com as ideias vindas do outro lado do Atlântico, as interpelações das feministas negras em países onde a opressão racial foi objeto de análise bem antes da França, como é o caso do Brasil, certamente contribuíram para uma sensibilização crescente quanto às relações de poder ligadas à dimensão racial e às práticas racistas. (...) O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (HIRATA, 2014, p. 63).

Na década de 1970, outras pesquisadoras também partiram da conceituação de interseccionalidade, mas no viés do sexo e classe. O importante, segundo Hirata (2014), é que não se hierarquize opressões, e, nesse sentido, é preciso pensar não em termos de categorias fixas, mas de relações sociais dinâmicas historicizadas em contextos de dimensões materiais de dominação. A autora chama de “interseccionalidade de geometria variável” as imbricações de relações de gênero, raça e classe, que também podem incluir outras relações sociais como a sexualidade, idade, religião, nação etc. (HIRATA, 2014, p.60). Hirata acrescenta que este é um conceito que serve como instrumento de luta política, um projeto de conhecimento que trata sobre as múltiplas opressões e formas de dominação, para que não sejam mais reproduzidas:

As pesquisas atuais no campo da sociologia do trabalho e do gênero, tanto na França quanto no Brasil, têm demonstrado o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão (HIRATA, 2014, p.69).

É preciso compreender como esses princípios separatistas de hierarquização são produzidos nas sociedades e como reverberam no mundo do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat (2007), as opressões relacionadas às diferenças sexuais têm como base a ideologia inata de “destino humano” que contribui para a construção de papéis sociais que constroem estruturas hierarquizantes, relacionadas ao olhar andocêntrico, segundo as referências culturais e discursos que padronizam e estabelecem “verdades”. Segundo Foucault (2008, P.14) a “vontade de verdade” é sustentada por um sistema de instituições que impõe a separação entre o discurso do falso e o discurso do verdadeiro, assim, “o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se”. É afinal, uma fixação de papéis para os sujeitos que falam.

Neste sentido, é importante enfatizar os significados culturais dados às diferentes definições do que é masculino ou feminino, às formas de saber e as relações de dominação, que geram relações hierárquicas. O domínio referente a categoria gênero, considerando a construção do indivíduo moderno, contribui no processo reflexivo sobre o universo das articulações das relações sociais que constituem as diversas situações vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) no mundo de trabalho contemporâneo. Torna-se central adicionar a perspectiva da interseccionalidade, constituída por relações de desigualdade de gênero, racial, étnica e geracional que se entrelaçam à dimensão de classe. Tal perspectiva, oriunda do *Black Feminism* dos anos 1970, ajuda a analisar e compreender as condições das relações de desigualdades, ligados ao:

Enclausuramento e à hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009 apud Hirata, 2014, p. 62).

Estas relações são oriundas dos processos históricos da formação da sociedade capitalista, reproduzidas pelas transformações organizacionais e tecnológicas da economia. Neste aspecto, é importante frisar que os estudos de gênero ao longo das últimas décadas vinculam o conceito de divisão sexual do trabalho para descrever o trabalho remunerado exercido no mercado e o não remunerado relacionado à esfera da reprodução da vida. A progressiva participação feminina no mercado de trabalho é uma realidade presente em diversas sociedades, porém incompleta, visto que processou-se sobre o aspecto da precariedade e desigualdade. Observa-se que as mulheres são predominantemente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, remunerado ou não remunerado, ocupações que são socialmente desvalorizadas, revelando a continuidade de relações de poder estabelecidas socialmente entre homens e mulheres, um processo hierárquico permeado também pelas condições de raça, geração e classe no mercado de trabalho. Neste aspecto, cabe ressaltar e problematizar categorias cristalizadas, sobre gênero, sexo, corpos e binarismos pautados na ordem heteronormativa vigente.

Isto posto, destacamos que a construção do gênero como categoria de análise surge através de militâncias feministas em prol da delimitação conceitual de suas lutas, por meio teorias que pudessem contar a história das mulheres, em meio a “uma evolução

dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários” (SCOTT, 1990, p.19), buscando os sentidos dessas lutas e não apenas as causas. Tal transição paradigmática, oriunda de transformações sociais, abriu espaço a outras racionalidades ultrapassando o campo acadêmico e discutindo relações de poder, dominação, colonização do saber e das vozes coletivas emergentes e subalternizadas, considerando o subalterno sempre como “aquele que não pode falar, pois se fala já não o é” (SPIVAK, 2010), da condição de silenciamento (das “minorias”, mulheres, imigrantes, homossexuais, marginalizados etc.), contribuindo assim para desconstrução do sujeito homogêneo.

A história dos sentidos das lutas das mulheres oportunizou a construção de um novo campo de estudos, visibilizando fatos históricos e culturais permeados por relações de poder e dominação em diversas esferas da vida social. Segundo Gohn (2007, p.46):

A luta das mulheres para constituírem-se como sujeitos históricos data de vários séculos (...), mas foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade, de um coletivo. O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases. A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos - voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis e dos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. (...). A última fase as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade.

Os conceitos sobre a categoria gênero, até os anos 1960, caracterizavam-se em discursos apoiados na biologia e na psicologia, que diferenciavam as pessoas pela estrutura dos corpos. O discurso das categorias sexo e gênero estavam ligados à lógica entre sexo/biologia e gênero/cultura, e as feministas da época lutavam por igualdade entre os sexos, conhecidas como 1ª onda feminista. Já as feministas da 2ª onda criticavam esse binarismo, reconhecendo as diferenças existentes entre os sexos e a necessidade de igualdade de direitos entre os gêneros. Porém, seria necessário desqualificar essa identidade centrada no “corpo” universal e dar outros significados as diferenças contidas nesses discursos, pois uma identidade em “um eu coerente adquirido (culturalmente) ou inato (biológico) é uma ficção reguladora” (HARAWAY, 2004, p. 220). Dessa maneira, os corpos materializados como femininos ou masculinos, como modelos fixos de “ser homem” e “ser mulher”, precisam ser desconstruído para abranger as múltiplas possibilidades de vivências, o pluralismo dos sujeitos, sujeitos múltiplos.

Nesse sentido, Judith Butler (2001) questiona que as identidades de gênero são sempre construções performativas, nas quais o gênero constrói-se através da reprodução

de gestos e atos corporificados socialmente pelos sujeitos, de acordo com o contexto sócio histórico e cultural no qual inserem-se. Nesse sentido, as diferenças sexuais que são atribuídas aos corpos por meio dos discursos e normas que produzem os estereótipos, as desigualdades e as diferenças. A performatividade deve ser percebida nas relações sociais:

Não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (...). As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual, a serviço da consolidação o imperativo heterossexual. Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio sexo seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela regra regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica o corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2001, p.154).

Nesse contexto, os processos históricos que legitimam essas diferenciações continuam permeados pelas dinâmicas de poder, poder reiterativo do discurso, das normas regulatórias que estabelecem às diferenças sexuais dos corpos, moldadas na oposição entre homem e mulher, masculinidade e feminilidade. Os discursos construídos ao longo do tempo, e reiterados nos processos de socialização, atribuem características e papéis específicos para cada indivíduo, de acordo com o sexo aparente, e os significados dessas atribuições devem ser considerados, pois geram diferenciações dos sujeitos de modo hierárquico, inclusive nas relações de trabalho.

Tais estruturas históricas das práticas diferenciadoras da vida social, reproduzidas também a partir da decorrência de uma heterossexualidade compulsória marcada pelo falocentrismo, podem ser compreendidas “como regimes de poder/discurso com maneiras frequentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso do gênero” (BUTLER, 2003, p.10), que padronizam comportamentos esperados e aceitos socialmente.

Pensar os usos descritivos de gênero, presentes no cotidiano social, é um exercício que nos remete a refletir para além dos binarismos, presente na relação homem/mulher hierárquicas e desiguais, mas também nas relações de poder organizadas em torno das

percepções das diferenças sexuais hierarquizadas, considerando o corpo também um construto sócio cultural e histórico.

Para Joan Scott (1990, p.21), o gênero se define como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. É uma forma primeira de significar as relações de poder”, tendo em vista que as relações sociais entre os sujeitos, estabelecidas nas dinâmicas dos espaços de sociabilidade, ocorrem historicamente e são desenvolvidas por sistemas de representações, de regras, normas e práticas apreendidas culturalmente que implicam em representações simbólicas e conceitos normativos que interpretam, por um lado, os sentidos dessas simbologias e reprimem, ao mesmo tempo, outras possibilidades. Logo, pode-se considerar que:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (...). A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (...). Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (SILVA, 2012, p.17).

O binarismo em torno do sexo, neste aspecto, é uma representação construída e escrita a partir de conceitos normativos que determinam como recursos simbólicos e materiais podem ser desenvolvidos, controlados ou acessados, fazem parte, portanto, das diversas construções históricas e culturais ligadas a essas práticas diferenciadoras entre os sexos. Assim:

Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação (...). O gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si (SCOTT, 1990, p.23).

Portanto, o “gênero legitima e constrói as relações sociais” e, simultaneamente, estas também constroem os sentidos atribuídos ao gênero. Joan Scott (1990) ilustra o pensamento através de exemplos de como são percebidas as atribuições e representações da masculinidade e feminilidade (nas histórias bíblicas, nos reinados monarcas, nas relações de casamento e parentesco em diversas sociedades e períodos históricos distintos), demonstrando como hierarquias sociais e desigualdades historicamente produzidas, são constituídas também pela naturalização das diferenças sexuais (SCOTT, 1990, p.27). O gênero é desenvolvido a partir da conexão entre diversos aspectos e elementos da vida em sociedade, como a cultura, a política e a identidade subjetiva,

interligados entre si no meio social através das interações entre os indivíduos e sociedades. E, assim, estabelecem-se diferenças entre os corpos sexuados, mas o que deve ser observado são os significados e discursos construídos sobre (e a partir do contexto) dessas diferenças hierarquizantes.

Assim, observa-se, com base no resgate histórico feito por Joan Scott (1990), como as relações naturalizadas entre masculino e feminino, estruturam, legitimam e fixam relações de poder político que, reciprocamente, também constroem relações de gênero ao longo da história. Portanto:

O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos” (GOHN, 2007, p. 50).

Cabe destacar aqui a importância da “memória” nos processos de construção das identidades e identificações, pautados nas relações de gênero, moldados pela cultura. A memória, que neste aspecto é seletiva, herdada e construída, exerce papel importante nesse processo por ser também um modo específico para entender qual a lógica de construção seletiva utilizada pelos sujeitos. Portanto, como destaca Pollak (1992, p. 204), a memória, aqui, deve ser compreendida como “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, de continuidade e coerência de indivíduos ou grupos. Logo:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Neste aspecto, a “cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (SILVA, 2012, p.18-9), as identidades de gênero são, neste sentido, mutáveis. Percebe-se, então, que os discursos que constroem, legitimam, naturalizam e normatizam essas identidades, são referência das experiências de gênero.

Foucault (2008, p.19) mostra que os discursos construídos e reproduzidos socialmente não são neutros, estão permeados de “perigos e poder”, e que há uma

construção histórica de mecanismos e procedimentos, internos e externos, que controlam os mesmos. A legitimação de alguns discursos em detrimento de outros é institucionalizada através de uma “vontade de verdade” disseminada pelas instituições sociais, pelos diversos saberes legitimados socialmente, o “saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico”, exercendo coercitividade sobre os demais discursos presentes na sociedade, direcionando as práticas e “verdades”:

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é construída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles ao qual se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos (FOCAULT, 2008, p. 38-39).

Nessa perspectiva, são as instituições e instâncias sociais e culturais, por meio do controle do poder do discurso, que estabelecem as regras e normas que os sujeitos devem seguir. Portanto, o gênero, segundo essa perspectiva, é constituído através da reprodução dessas normas e práticas estabelecidas, de discursos históricos e político, apreendidas na socialização e interação social. Assim, as relações de gênero e os espaços de socialização entre os sujeitos, inseridos em relações de poder que determinam as práticas cotidianas nas diferentes esferas da vida, inclusive material, são perceptíveis nas relações de trabalho também.

1.3 As mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a divisão sexual do trabalho.

No contexto de transformações do mundo de trabalho, destaca-se o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e informal, sobretudo a partir da década de 1970, que resultou não apenas da “necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais” (BRUSCHINE, 2000, p.16), relacionadas às novas configurações familiares (“mães solteiras”, “mães chefes de

família”), transformações demográficas como o menor índice de natalidade, menor quantidade de filhos, e maior longevidade, além da possibilidade de acesso e expansão do nível de escolaridade, por exemplo.

Durante a reestruturação produtiva e organizacional que acontece desde o final da década de 1980 e se aprofunda nos anos 90, quando se transforma a organização da produção industrial e posteriormente do setor de serviços, foram eliminados muitos empregos assalariados com carteira assinada. Estes postos de trabalho eliminados eram predominantemente industriais e ocupados em sua maioria por homens. O impacto dessa mudança no mercado de trabalho fez-se sentir nas famílias através do desemprego dos componentes masculinos, tanto aqueles indicados pela posição na família como chefes, como os filhos masculinos adultos. As mulheres ocupadas, que já se inseriam predominantemente no setor de serviços e, também, em grande parte através de vínculos precários, foram menos impactadas pela eliminação desses postos de trabalho. Estas também tiveram outras possibilidades de inserção pela terceirização de parte das atividades antes desenvolvidas pela indústria, além de outras inserções com características de precariedade, como o trabalho doméstico remunerado (MONTALI, 2017, p.55).

A partir disso, alguns segmentos de mulheres conseguiram articular melhor seus papéis entre o trabalho doméstico e o remunerado (extra-doméstico), tendo maior participação na vida econômica da família, inserção no mercado de trabalho⁷ e a crescente possibilidade de profissionalização e ascensão de carreiras, o que contribuiu para redefinir algumas relações de gênero na vida familiar. Salientando que a força de trabalho “feminina” “sofre constrangimentos distintos em sua inserção no mercado de trabalho associada aos papéis familiares que desempenha” (MONTALI, 2017, p.48), identificados pela posição na família (mulheres cônjuges, chefes de domicílios, ou filhas) estabelecendo diversificados perfis de mulheres que participam do mercado de trabalho ou que estão fora dele.

Contudo, embora algumas parcelas da população de mulheres tenham tido maior participação no mercado de trabalho formal, esse acesso veio acompanhado de desigualdades, pois, segundo Helena Hirata (2011, p.15), “a precarização do trabalho tem consequências diferenciadas para homens e mulheres”, e também entre as “mulheres”, como consequência da naturalização da invisibilidade do “trabalho feminino”. A divisão

⁷ Cabe destacar que essa inserção, sobretudo no início do século XXI, foi fortalecida também por políticas públicas de combate às desigualdades sociais e de gênero, programas e políticas públicas voltadas a transferência de renda, que contribuíram para redução dessas desigualdades, sobretudo as mulheres e mães, como o Bolsa Família (2003), o Programa Brasil sem Miséria (2011) que inclui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; Programa Crescer, Assistência técnica – ATER, Programa Água para Todos; Programa Aquisição de Alimentos e Programa Luz para Todos (ONU MULHERES, 2016).

sexual do trabalho, neste aspecto, estabelece processos de desigualdades, que tem como “características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599). A divisão sexual do trabalho, neste aspecto:

Tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599).

Ao longo dos anos, houve um “movimento de mascaramento” em relação as atividades domésticas, atribuídas as mulheres, não serem vistas como “trabalho”, falando-se apenas em “termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599). É importante problematizar as atribuições e significados da esfera do trabalho doméstico, que mantêm as distâncias entre grupos de gêneros, pois embora a condição “feminina” tenha melhorado, no aspecto da possibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho, observa-se a permanência da atribuição do trabalho doméstico somente às mulheres (conciliação de tarefas) e o acúmulo das desigualdades sociais, sobretudo quando se trata da diversidade de mulheres que compõem a sociedade (mulheres negras, brancas, trans, pobres, ricas, com ensino superior ou analfabetas, jovens, idosas, do campo ou da cidade, deficientes, entre outras).

Estes fatores devem ser considerados, pois interferem e condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo, as relações de trabalho e maternidade, quando tradicionalmente se agrega o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos às mulheres, sem que haja provisão de serviço público que a uma dimensão coletiva dos cuidados da família, que pode influenciar a entrada e participação das mulheres no mercado de trabalho, pois a presença de filhos crianças e atribuição do cuidado às mulheres apenas, é fator inibidor da força de trabalho da mulher no âmbito extra doméstico. Fato que pode ser observado na fala da artesã a seguir:

Nós tinha uma escola aqui, que beneficiava crianças da nossa comunidade e de outras, pras mãe que não tinha espaço pra colocar os seus filhos... procuravam pra colocar os seus filho. Era uma escola que pegava criança de dois anos a

seis ano de idade. Era importante pra gente poder trabalhar (Artesã Maria Antônia, 09/09/2020).

Com a sobrecarga do trabalho doméstico e cuidado dos filhos, que não é considerado como trabalho, ocorrendo a desvalorização da contribuição social das mulheres na sua totalidade, e essa totalidade do trabalho da mulher, não contabilizada, é vista como sendo de “segunda categoria” (BRUSCHINE, 2000, p.18).

Nesse processo de divisão sexual do trabalho, são ressaltados, no discurso, atributos de feminilidade, destacando-se o cuidado, delicadeza, sensibilidade, como característica inatas às mulheres e, portanto, menos técnicas. É importante destacar, nesse contexto, que esses atributos de gênero são construídos e representados de formas diferentes considerando a localização dos indivíduos e grupos nas relações globais de poder e, assim, deve-se considerar que a “mulher” não é uma categoria unitária, pois, segundo Avtar Brah (2006, p.341):

Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” e mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões.

As configurações históricas das relações dessa divisão sexual do trabalho se apropriam da “polivalência e multiatividade” do trabalho desses vários tipos de mulheres, das suas experiências invisibilizadas na esfera doméstica, utilizando esse “atributo social herdado”, para intensificar desigualdades (ANTUNES, 1999, p.110), ressaltando que não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreendem grupos muito diversos de pessoas, tanto internamente, nas sociabilidades estabelecidas nas relações face a face, quanto entre diferentes formações e espaços sociais (BRAH, 2006, p.341).

Segundo estudo do Instituto de Pesquisas e Estatísticas Aplicadas (IPEA), divulgado em março de 2016, as análises dos dados do IBGE de 2004 a 2014 revelam algumas dessas características das relações de trabalho pautadas na divisão sexual e nos processos de interseccionalidade no Brasil. Homens brancos e negros tinham presença de 80% no mercado de trabalho formal e as mulheres não chegavam a 60%. Algumas categorias consideradas inativas, donas de casa, idosas e doentes e as trabalhadoras rurais, não aparecem nas estatísticas oficiais, embora tenham presença forte nesses espaços, o trabalho que realizam é invisibilizado pois não possuem ou não são consideradas como

pessoas que geram renda. As trabalhadoras rurais, por exemplo, muitas vezes são consideradas como “ajudantes”, recebendo baixa remuneração ou nenhuma (LEONE, 2017, p. 28). Como acrescenta a artesã Maria Antônia, o trabalho na roça, na infância, servia como ajuda, “eu trabalha na roça com minha mãe e o pai, a gente trabalhava pra ajudar o pai” (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

A presença de desigualdades de condições de trabalho entre homens e mulheres, sobretudo, a diversidade e heterogeneidade dessas relações, entre os gêneros, entre as próprias mulheres que, embora tenham fatores em comum que as unem, possuem diferenças que as hierarquizam e que devem ser analisadas.

Entender a natureza sociocultural histórica dessa oposição e desigualdade, e os efeitos que causa, é muito importante, pois não se limita somente as diferenças sexuais construídas e materializadas através do tempo, mas também a fatores como a etnicidade e a formação cultural, que também influenciam na construção e reprodução dessas desigualdades, pois as desigualdades de poder estão organizadas segundo estes eixos de interconectados (SCOOT, 1990).

Mesmo com a ampliação da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho, as mais pobres e com baixa qualificação profissional e de escolaridade continua enfrentando conflitos, sobrecargas e informalização nas condições de trabalho. O mercado de trabalho não incorpora o contingente de força de trabalho disponível e, historicamente, essa parte excedente e marginalizada constitui-se majoritariamente por pessoas com baixo nível de escolaridade, principalmente negras e pobres que têm relações de trabalho super-exploradas e atividades de subsistência:

Em regra, as mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho, produto da acumulação do trabalho remunerado com os serviços de cuidados. Este é o pano de fundo a partir do qual vem ocorrendo a incorporação das mulheres (IPEA, 2016, p. 09).

Nesse aspecto, o processo de precarização do trabalho está inscrito nas diferenças hierárquicas pautadas nessas relações de interseccionalidade, observa-se que mulheres negras possuem relações mais precarizadas de trabalho e estão mais suscetíveis ao desemprego e trabalhos temporários, seguidas pelos homens negros, por mulheres brancas e, por último, homens brancos (IPEA, 2016, p 12).

Os dados contidos através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2019, a respeito da diferença de rendimento do trabalho de homens e mulheres, a partir de dados do IBGE de 2018, mostram que a parcela de desocupados há mais de dois anos no Brasil, no primeiro trimestre (cerca de 3,319 milhões de pessoas), é maior entre mulheres com mais de 40 anos de idade (20,3%) em relação aos homens com a mesma faixa etária (28,8%) (PNAD, 2019). Assim como a diferença entre as rendas domiciliares em relação as classes são extremamente discrepantes, a renda da classe mais alta “é cerca de trinta vezes maior que a observada na faixa mais baixa”, como demonstra a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro (IPEA, 2019, p.01).

Nesse contexto, os conceitos, tanto dos estudos sociológicos e antropológicos dos anos 1970-80, sobre divisão sexual do trabalho, quanto dos estudos mais recentes sobre interseccionalidades e suas implicações teórico-analíticas, são importantes para pensar sobre as interconexões entre o trabalho remunerado (mercado de trabalho formal e/ou informal) e o não remunerado (trabalho doméstico) nas relações sociais de gênero e as diferentes questões sociais de desigualdade, diferenças e relações de poder presentes nas relações de trabalho.

Nesse sentido, para enfrentar as consequências das transformações no mercado de trabalho em âmbito geral, tomamos como recorte a discussão da heterogênea realidade do trabalho artesanal contemporâneo, com enfoque no trabalho associado e nas relações sociais de gênero presente nas dinâmicas cotidianas dessa prática sociocultural e econômica. Toma-se esse segmento como objeto de análise, por ser uma atividade produtiva presente em todo o Brasil, e ter ocorrência registrada em mais de 600 municípios do Nordeste, possuindo diversas tipologias e segmentações, que abrange trabalhadores no mercado informal. Observando os números que se referem ao artesanato no Brasil, prevalece a presença feminina neste ofício. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 pesquisas revelaram que o Brasil possuía mais de 8,5 milhões de artesãos, sendo 87% desse total composto por mulheres artesãs.

Isto posto, destaca-se que o artesanato enquanto trabalho configura-se como alternativa de sobrevivência ao desemprego, e enquadra-se como uma economia de subsistência, majoritariamente realizada e ensinada por mulheres. A atividade criativa desenvolvida pelos artesãos na arte popular, no cotidiano doméstico, deve ser destacada por representar uma rica produção no que tange a geração de renda e subsistência, comércio, cultura e costumes regionais, ações no campo de políticas afirmativas e

pesquisas. Assim, tomamos como base o contexto brasileiro, onde se constrói historicamente e culturalmente o ofício de artesão atrelado a conceitos socioculturais de diferenciação valorativa, a partir da divisão sexual do trabalho, pautado em princípios organizadores: separação, entre o trabalho de homens e mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho da mulher artesã, muitas vezes considerado como inato, é desvalorizado ou visto apenas como “complemento” da renda familiar. Neste contexto, nossa intenção é contribuir para ampliar as reflexões sobre as características que envolvem este ofício “feminino”.

1.4 Práticas, Profissão e Ofício: considerações sobre as formas de organização do trabalhador artesão.

Claude Dubar (2005) afirma que a possibilidade de associar a “oposição entre profissões e ofícios a um conjunto de distinções socialmente estruturantes e classificadoras que se reproduziram através dos séculos” (2005, p. 164 e 165), relaciona-se aos significados atribuídos etimologicamente aos termos, considerando que o termo profissão em francês (“professions”) possui significados distintos quando comparado ao termo em inglês (“occupations” – empregos em geral; “professions” - profissões liberais e científicas), e também ao contexto de origem dos termos no Ocidente, nas corporações. As artes liberais e mecânicas estavam associadas a uma mesma ordem corporativa, mas com o desenvolvimento das universidades elas começam a se fragmentar. As artes liberais passam a ser ensinadas nas universidades, ligadas a ideia de uma produção do “espírito”. Já as artes mecânicas são ofícios relacionados a força braçal.

No contexto histórico do antigo regime, aprender um ofício determinava o lugar do sujeito na sociedade em que estava inserido, ligado a motivações morais, reconhecidas pela comunidade através de juramentos, fidelidades e ideia de pertencimento. Nesse contexto:

O estado de um artesão determinava definitivamente sua posição na ordem social e definia seus direitos, dignidades e obrigações, de maneira bastante semelhante ao pertencimento de um indivíduo a um dos três estados do reino, o clero, a nobreza e o terceiro estado, em um nível mais elevado. O ofício era considerado, pois, um meio de estabelecer sua posição na vida (DUBAR, 2005, p. 167).

O ofício do artesão estava, portanto, ligado a uma diversidade de saberes: teóricos, práticos e profissionais. A prática artesanal, desenvolvida pelas mãos dos artesãos, por meio de técnicas e materiais diversos, produzidos coletivamente por comunidades, marcado pela tradição, ou recentemente inventados, pelo pensamento criativo e também pela inteligência projetual, é um saber que constitui um patrimônio. Neste aspecto, as práticas artesanais, segundo Dubar:

Dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos. Quer sejam chamadas de “ofícios”, “vocações” ou “profissões”, essas atividades não se reduzem à troca econômica de um gasto de energia por um salário, mas possuem uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social. Providas de um nome coletivo, permitem àqueles que as exercem identificar-se por seu trabalho e serem assim reconhecidos (DUBAR, 2005, p.354).

Essas atividades fazem parte de um processo específico de socialização, organizadas por interações que constroem identidades ao longo de todo o processo de formação e construção de si pelo reconhecimento dos outros, considerando o contexto sociocultural e político. Como enfatiza Dona Maria Antônia, artesã de 70 anos, sobre a representação do labor artesanal:

Ah, representa muita coisa, né?, porque eu, há muitos anos, já trabalho com artesanato. Então, é quase tudo pra mim!... Assim, do começo da minha vida, da minha juventude, sempre trabalhei com artesanato, então pra mim é tudo! Porque era dali que eu me vestia, que eu me calçava, dali eu conseguia as minhas coisas. Aprendi a costurar com a minha mãe (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

Como podemos observar na fala da artesã, a atividade laboral do artesão se constituiu por laços familiares, nas relações cotidianas de trabalho e sobrevivência, e posteriormente pela aprimoração da produção como atividade de sustento da família. Pode-se notar, em alguns relatos obtidos nos estudos empíricos realizados para essa pesquisa, que o sentido da atividade que realizam está associada a ideia de “vocação” ou “dom”, um gosto “natural” e criativo nas habilidades para desenvolver o artesanato e a produção dos trabalhos. Nas entrevistas a seguir, as artesãs apontam sobre as condições em que aprenderam o artesanato:

Pra mim, ser artesã é um... ai, acho que tem a ver com dom. Acho que todo artista tem dom, gosta. Eu gosto demais do que faço, principalmente trabalhar com argila, porque a argila a gente modela, tudo cria, tudo transforma. Ali você faz tudo que imagina na argila. (...) A gente começou com artesanato, entendeu

a gente faz, minhas irmãs faz. Nós temos uma loja bem aqui mesmo, aqui na rua, tem a loja e vende cerâmica, vende umas peças daqui que boto lá pra expor e vendo biscuit. Tem, é como que se diz, pintura de cerâmica de jarro, minha irmã faz enxoval de bebê, junta e vende (Artesã Sâmia Matos, outubro de 2019).

Sei fazer um crochê, só meu em casa... costurar, até hoje eu remendo uma roupa, costuro, mas eu não gosto de expor pra ninguém. Mas o artesanato de depois, essa parte da cerâmica, aprendi na associação. Aqui para mim é uma experiência, uma boa experiência, porque eu aprendi e já sei explicar pra alguma pessoa também chegar e pedir minha opinião, sei dar em algumas coisas (Artesã D. Nêga, outubro de 2019).

Pode-se analisar, nos relatos das artesãs, alguns dos sentidos que elas atribuem aos trabalhos que exercem, através das habilidades aprendidas no processo de convívio familiar, e também nos conhecimentos adquiridos através dos trabalhos nas associações das quais fazem parte, os depoimentos são expressivos e refletem bem à vontade em fazer o seu artesanato, sendo destaque o trabalho artesanal considerado como “terapia”, como “dom”, fomentador de relações produção e geração de renda.

As identidades profissionais, que também são culturais e sociais, expressas pelas atividades laborais dos artesãos são construídas por meio de processos específicos e diversificados de saberes, socializações e trajetórias distintas, historicamente contextualizadas, “o artesanato é um dos meios mais importantes de representação da identidade de um povo. Através dele, não só os materiais e as técnicas, mas também os valores coletivos são fortemente representados” (BORGES, 2011, p.217).

A habilidade, o saber – fazer, manual e mental, é manifestada pelo trabalhador artesão como maneira singular desse tipo de labor. O ofício do artesão tem como base saberes práticos, aprendidos no processo de socialização, que envolvem técnicas e experiências com a tradição e também com as novas demandas cotidianas.

A socialização profissional é, portanto, esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse “drama social do trabalho” que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por seu trabalho (DUBAR, 2005, p.358).

Neste aspecto, devido à necessidade que o trabalhador tem de “ser reconhecido e protegido por um estatuto e da constatação de que toda “ocupação” tende a se organizar e lutar para se tornar “profissão” (DUBAR, 2005, 356), destaca-se que a profissão de artesão é uma atividade regulamentada no Brasil, aprovado no Congresso Nacional a Lei n. 13.180, de 22 de outubro de 2015, que “dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras

providências”. Esse reconhecimento do artesão como uma categoria profissional é definido no Art. 1º, como “toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada”, destacando que a atividade é predominantemente manual, podendo contar com o apoio de ferramentas e equipamentos que assegurem qualidade e segurança as produções. O que caracteriza essa “identificação” oficial, segundo a Lei, é a Carteira Nacional do Artesão, válida em todo o território nacional.⁸ (BRASIL, 2015).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁹, os profissionais que compõem a família ocupacional dos trabalhadores do artesanato (rural e urbano), são os artesãos: bordador, ceramista, de material reciclável, confeccionador de biojóias e ecojóias, do couro, escultor, moveleiro (exceto reciclado), tecelão, trançador, crocheteiro, tricoteiro, rendeiro, modelador (vidros), artesão de metais preciosos e semipreciosos, gambista (artesão de vidros), miniaturista (artesã de vidros). Todos esses profissionais criam e confeccionam produtos artesanais utilizando matéria-prima e técnicas diversificadas, são responsáveis pelo tratamento, preparação e transformação dessas matérias-primas. Seus produtos fazem referência a cultura local, e também são os trabalhadores os responsáveis pela comercialização e gerencia da produção. A CBO, portanto, identifica e classifica as ocupações presentes no mercado de trabalho, essa uniformização é de ordem administrativa.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), o relatório de artesãos cadastrados até o dia 31 de março de 2020 aponta um total de 160.945 artesãos cadastrados. E pelo ranking por unidades federativas, o Maranhão ocupava o 21º lugar com 1.473 novos inscritos.¹⁰

No Maranhão, segundo Viviane de Jesus¹¹, (que foi superintendente do Programa Artesanato no Maranhão, SETUR), para que os artesãos possam se regularizar e receber a carteira, é necessário o acesso ao SICAB, e isso se dá por meio da entrega dos documentos que possibilitam a formalização (RG e CPF original e cópia, uma foto 3×4, cópia do comprovante de residência e demonstração da produção artesanal, com até 3

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13180.htm>.

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.artesanatobrasileiro.gov.br/pagina/7>>

¹¹ Entrevista concedida no dia 14 de março de 2019, quando Viviane de Jesus ainda ocupava o posto de Superintendente do Programa.

peças de produção própria). Essa apresentação é feita no CEPRAMA, e em seguida avaliada por uma equipe da SETUR, após aprovação, o cadastro do artesão será inserido no banco de dados do SICAB para que a Carteira Nacional do Artesão seja emitida e entregue ao beneficiário. Essas ações são importantes para o reconhecimento e valorização dos profissionais e melhora as condições de vida e trabalho dos mesmos.

Concomitante à caracterização do artesão de modo geral como um trabalhador diferenciado que expressa um ofício fundamentado em saberes práticos, tem-se a compreensão do trabalhador artesão brasileiro e do trabalhador artesão maranhense. Deve-se considerar também as dinâmicas socioeconômicas da atividade artesanal na contemporaneidade, os impactos das relações de mercado e das políticas de fomento incorporadas nas novas formas de fazer artesanato.

02 O TRABALHO EM ARTESANATO NA CONTEMPORANEIDADE E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS SOCIAIS.

Este segundo capítulo objetiva descrever uma breve história do artesanato através de conceitos teóricos (de sociólogos, antropólogos, artistas, designers, pesquisadores) diversos, caracterizando-o como um tipo de trabalho, imbuído de valores materiais e simbólicos. É importante destacar que o artesanato se constrói historicamente, de acordo com o meio em que o artesão está inserido e a forma como esse meio influencia a criatividade do fazer artesanal. Nesse sentido, a abordagem sociohistórica do artesanato se faz importante para percebermos como os produtos criados revelam hábitos, identidades, contam histórias e o dinamismo das manifestações físicas de tradições e culturas, nos permitindo entender a perpetuação e transformações ocorridas no tempo e os processos de produção artesanal na atualidade no nosso contexto local.

Historicamente feito à mão, fruto de conhecimentos que remetem ao passado e a tradição, também se revela um trabalho que encontra-se no panorama dos fazeres contemporâneos, ressignificado e dando sentido às ações e a vida de pessoas em diferentes contextos, fortemente associado às camadas populares da sociedade.

Destaca-se, aqui, como se dá a execução do fazer artesanal na sua diversidade e no contexto de metamorfoses nas relações de trabalho (apontadas no capítulo anterior) contemporâneas articulada as definições de gênero, que se revelam cruciais para o entendimento das clivagens, dos sentidos das ações e visões de mundo de artesãs e artesãos sobre suas práticas sociais e o fazer artesanal. Como sobrevive a cultura e economia do artesanato nos contextos de metamorfoses e uniformização de produtos pela indústria moderna.

Uma atividade disseminada pelo mundo, com ênfase ao Brasil e América Latina, “de objetos que são feitos em geral coletivamente (por grupos familiares e/ou de vizinhança) e que são ou podem ser reproduzidos em série” (BORGES, 2011, p.25), o trabalho artesanal, articulado às experiências de vida das pessoas e grupos que os fazem, pode ser visto como base de estudos sociológicos e antropológicos e importante instrumento de análise que demarca um universo constituído de muitos atores sociais (individuais, coletivos, anônimos, originais, copiadores, artistas populares, tradicionais ou modernos), que produzem a partir de matérias-primas tradicionais (barro, madeira, fibras vegetais, metal, tecido, lã, algodão, couro etc.) ou renovadoras diversas, com técnicas produtivas também diversificadas (modelagem, escultura, trançado, fiação,

costura, gravura...) permeadas por criatividade e produção de conhecimentos múltiplos, muitas vezes invisibilizados.

A transformação da matéria prima em obra de arte e instrumento da cultura local, faz parte de um trabalho que é elaborado através dessas diversas técnicas que “podem ter sido transmitidas por gerações da mesma família ou por habitantes mais velhos de uma comunidade ou podem ter sido inventadas recentemente por uma ou mais pessoas. Muito raramente essas técnicas foram aprendidas na escola” (BORGES, 2011, p. 25).

Nesse sentido, o recorte dessa pesquisa tem como mote o trabalho artesanal associado realizado e ensinado por mulheres na região metropolitana de São Luís, buscando mostrar o cotidiano e os conhecimentos partilhados, que estão as margens do conhecimento formal, por esses grupos de mulheres artesãs de classes populares, propondo uma reflexão sobre o empoderamento feminino através desse trabalho.

À luz das teorias e conceitos aqui apresentados, busca-se caracterizar essa atividade produtiva. Para isso, utiliza-se uma abordagem sociohistórica sobre as definições de artesanato e sobre as leis de fomento a essa atividade no Brasil. São reconstituídos os fluxos de movimentos, as flutuações de relações de dominação e poder em processos de interdependência entre indivíduos e coletivos, compondo comportamentos e configurações de lutas, para pensar os processos de interdependência mais amplos (como as condições objetivas para demarcação e regulamentação da profissão de artesão, por exemplo), que criam interdependências mais específicas (condições subjetivas) e como se desenvolvem os processos de integração desses fenômenos (ELIAS, 2006).

2.1 Dimensões socioculturais do artesanato: breve histórico das formas de organização do trabalho em artesanato

A partir do estabelecimento do modo de produção capitalista durante a Revolução Industrial, no Ocidente, o principal instrumento de geração de valor, social, simbólico e material, passou a ser o trabalho sob a forma de emprego/assalariado, sendo visto como mercadoria, no qual o trabalhador perde a autonomia do seu saber-fazer-criar, e vende sua força de trabalho em troca de um salário.

Com as diversas metamorfoses do modo de produção capitalista contemporânea, com a reestruturação da produção advinda do processo de Revolução Tecnológica,

ocorreram diversas mudanças: precarização, desemprego em massa, redução dos direitos trabalhistas e mudanças nas leis trabalhistas, informalidade¹², trabalho imaterial etc., como já apontadas no capítulo anterior. Diante disso, surgiram debates no mundo acadêmico que consideram o fim da centralidade do trabalho nas relações sociais e econômicas. Ainda assim, percebe-se que a classe trabalhadora cria estratégias de sobrevivência, através do trabalho, o que permite a reestruturação de si mesma cotidianamente, seja de modo individual ou através de estratégias coletivas.

Nesse contexto, destacamos a importância do artesanato, na contemporaneidade, de apresentar-se como alternativa de ocupação e renda, o que demonstra a capacidade econômica desse setor. A reflexão que se propõe é justamente no sentido de observar que esta alternativa de trabalho está, também, imbricada de uma natureza precária nas condições sociais e nas formas como se manifesta, e que, por outro lado, organiza-se e reinventa-se cotidianamente em suas dimensões sociais, culturais, econômicas, institucionais e políticas. No Brasil e em outros países da América Latina, o crescimento dessa atividade é notável:

Os estudos sobre artesanato mostram um crescimento do número de artesãos, do volume da produção e de seu peso quantitativo: um relatório do SELA calcula que os artesãos de quatorze países latino-americanos analisados apresentam 6% da população geral e 18% da população economicamente ativa. (...) o desemprego é outro dos motivos pelos quais está aumentando o trabalho artesanal, tanto no campo como nas cidades (...) (CANCLINI, 2008, p.215-6).

Assim, o debate é pertinente quando se trata do setor artesanal, considerando que os artesãos estão em sua maioria inseridos no setor informal da economia, sejam como autônomos individuais ou microempresas, ou ainda os trabalhadores coletivos cooperados ou associados.

Não dá, atualmente, pra viver do artesanato apenas...de jeito nenhum. A menos que a gente tivesse mais encomenda. Mais formas de vender. Um centro

¹² O relatório “Mulheres e Homens na economia informal: uma foto estatística”, divulgado em 2018, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata sobre o perfil estatístico da informalidade a nível global. O estudo foi aplicado em 100 países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e apresenta o tamanho da economia informal: empregos informais somam 60% das vagas em todo o mundo, ou seja, mais de dois bilhões de pessoas sem carteira assinada. Essas estatísticas variam de acordo com alguns recortes e as condições socioeconômicas de cada país. Na América Latina o índice de informalidade é de 53%, intensificado nas zonas rurais e também de acordo com determinadas modalidades de contratação, como as de tempo parcial (44%) e temporárias (60%). Quando se refere ao recorte de gênero, idade e formação, percebe-se o quanto influenciam, pois a informalidade é maior entre o sexo feminino, entre jovens (77%) e idosos (78%) e quanto menor o índice de escolaridade/formação, maior o percentual de trabalho informal. (Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf>).

cultural maior. A gente precisa manter o grupo, nosso trabalho. A gente precisa do apoio do poder público. A gente não tem emprego de carteira assinada, é difícil. Mas é difícil também manter o trabalho num grupo sem apoio. E o artesanato é rico, mas a gente não tem tanto apoio. Ou formas de valorização da nossa cultura. É a nossa sobrevivência. É a nossa esperança, uma fonte de renda. É nosso trabalho, nossa, profissão, o que a gente gosta (Artesã Sâmia Matos, 2020).

É um segmento que promove a inclusão social, por sua capacidade de gerar renda e pela abrangência da prática em diversos municípios (no Brasil atividades artesanais estão presentes em cerca de 70,7% das localidades), e em sua grande maioria praticada por mulheres (IBGE, 2013).

Assim, “a relevância do artesanato também se dá na medida em que se apresenta como contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional” (SEBRAE, 2010, p. 08), no entanto, a discussão teórica a respeito do trabalho artesanal na contemporaneidade é bastante complexa, pois o termo apresenta diferentes conceitos e perspectivas teóricas. Como produto artesanal, entende-se, segundo conceito definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no *International Symposium and International Markets*, Manila, Filipinas, em outubro de 1997:

Aqueles confeccionados por artesãos, seja totalmente a mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição direta manual do artesão permaneça como componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com o uso de matérias primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social (BORGES, 2011, p.21).

Para buscar compreender os sentidos dessas relações de trabalho na contemporaneidade, faz-se importante contextualizar os significados e transformações da organização do trabalho artesanal, inclusive como ocorre o processo de autorregulação¹³ dessa produção, no contexto global, nacional e regional, e também no caso específico do estado do Maranhão. Parte-se do princípio de que a atividade artesanal é vivenciada há muito tempo, como afirma o antropólogo Ricardo Gomes Lima (2011, p.189-190):

¹³ Segundo Karl Polanyi (2012, p.74), é toda produção voltada a esfera mercantil, a venda no mercado, da qual todos os rendimentos derivam, pois, “a formação de mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira se não através das vendas”.

Durante milênios foi o único modo que se tinha de fazer objetos. O mundo humano foi feito à mão. Se pensarmos no volume de objetos que já se produziu, manualmente, percebemos que é uma coisa impressionante e incalculável mesmo, porque acompanha o tempo da própria humanidade (...). No decurso de tempo, daquele momento primeiro até hoje, o que se criou na humanidade, de modo artesanal, foi muita coisa. Porque a revolução industrial é muito recente na história, se pensarmos na longa duração que tem a humanidade. Enfim, o objeto feito pela máquina é outro modo de se fazer objetos. Então, se olhamos para o tempo de existência do artesanato, vemos que essa classe de objetos foi crucial para toda humanidade, que foi assim que a humanidade se fez, com objetos feitos à mão, fosse uma casa, uma colher, uma arma, qualquer adorno, ou qualquer outra coisa, até surgir a indústria com a capacidade de a máquina também criar objetos. Então, a importância do artesanato é a importância da própria vida do homem.

Ao contextualizar historicamente o surgimento do artesanato, tomando por base o contexto europeu, por exemplo, remonta-se a pelo menos quatro fases distintas, que servem como um quadro analítico, segundo o historiador Antonio Santoni Rugiu (1998) em “Nostalgia do Mestre Artesão”. A primeira fase, designada como o “sistema familiar” (no início da Idade Média), foi caracterizada por organizar-se de acordo com a vida camponesa, em que as famílias viviam da produção da terra e o artesanato era voltado para a construção de utensílios úteis a organização do trabalho agrícola, para a vida no campo.

A segunda fase, o “sistema de corporações”, foi observada no final da Idade Média e tinha como características a comercialização no meio urbano, o crescimento das cidades, e a diversificação das formas de trabalho (RUGIU, 1998, p. 29). Nessa fase, embora os locais de produção ainda fossem predominantemente domésticos, os processos de socialização se expandem e diversificam, sendo o artesanato diversificado e as potencialidades do artesão destacadas socialmente (SENNET, 2009, p. 75), havendo o surgimento de corporações em que aprendizes e mestres organizaram-se de modo hierárquico através de uma divisão do trabalho rígida, obedecendo a regras que mesclavam o ambiente doméstico ao ambiente de trabalho.

Segundo Sennet (2009), esse trabalho realizado nas residências dos mestres, tinha como característica fundante o valor social e cultural apreendido na organização do trabalho, pois para torna-se um mestre, o aprendiz passava por diversas etapas de práticas e demonstração de habilidades, passando de aprendiz a jornaleiro (ou ajudante), e, posteriormente, a mestre também. Essas relações estavam permeadas por laços de confiança e familiaridade, com caráter coletivo de socialização, tendo em vista que

aprender um ofício demandava tempo e interações cotidianas entre os membros, passadas geracionalmente (SENNET, 2009).

Já a partir do século XV, ocorre a intensificação das relações de produção de mercadorias, o aumento da demanda por meio dos comerciantes e mercadores, que dominavam as técnicas comerciais, cabendo aos artesãos apenas a responsabilidade da produção. Nessa nova fase, caracterizada como “sistema doméstico”, cuja finalidade era a comercialização, os mestres continuavam produzindo, mas tornaram-se dependentes dos mercadores para a obtenção de matéria prima e para o escoamento de suas produções, embora continuassem mantendo a propriedade dos instrumentos de trabalho e a possibilidade de produção nas residências e auxílio de ajudantes/aprendizes, transformaram-se em “tarefeiros assalariados” (RUGIU, 1998, p. 1-2).

E assim chega-se a quarta fase, conhecida como “sistema fabril”, desenvolvida sobretudo durante os séculos XVIII e XIX, que tinha como finalidade a produção em massa, que se desvincula do ambiente doméstico e passa a localizar-se nas fábricas. Ocorre nessa fase o processo de “alienação” do trabalho, em que os trabalhadores perdem o domínio sobre os meios de produção. A produção mecanizada torna-se mais independente das habilidades dos trabalhadores e, nesse contexto, houve a separação entre o trabalho manual e intelectual, e a simplificação do trabalho, em que não havia mais a necessidade do domínio de todas as etapas de produção das mercadorias. Os mestres artesãos foram perdendo espaço, sendo levados a adequarem-se aos novos postos e configurações de trabalhos oferecidos (SENNET, 2009).

Assim, com o passar do tempo, a produção foi marcada por relações de trabalho cuja produção crescia em ritmo acelerado e em grandes quantidades, e a exigência de qualificação dos trabalhadores era pouca e adquirida também de modo rápido.

Já saltando para as últimas três décadas do século XX, destacam-se as transformações ocorridas, cujo modo de produção em massa deu lugar a um modelo de produção mais flexível, voltado a produtividade, e o conseqüente desaparecimento de profissões estáveis e empregos. Emergem novas tecnologias e lógicas imateriais de trabalho. Marcada pela reestruturação produtiva das indústrias (novas formas de organização e inovação tecnológicas) e a flexibilização dos trabalhadores, houve a redução do proletariado fabril, o aumento do desemprego e novas formas de organização de um trabalho precarizado, além do aumento da mão de obra das mulheres nesse contexto de precariedade, expansão do setor de serviços, do terceiro setor, o trabalho em domicílio e a transnacionalização do mundo do trabalho.

Nesse contexto de metamorfoses, o trabalho artesanal, que ao longo da história foi constituído de muitos atores e contextos sociais, apresenta-se como um campo em expansão, marcado pela tradição do passado entrecruzado com as dinâmicas contemporâneas do mundo do trabalho, uma vez que contempla um contingente de trabalhadores e trabalhadoras em busca de sobrevivência e que encontram no artesanato a sua principal atividade geradora de trabalho e renda e, quiçá, um instrumento também de emancipação.

2.2 Artesanato no Brasil: considerações sobre as novas formas de organização das relações de produção na atividade artesanal brasileira

A atividade artesanal no Brasil tem sido reorganizada de diferentes formas na contemporaneidade, considerando as especificidades culturais e locais de cada região. Marcada por relações informais de trabalho, a produção artesanal, assim, é um fenômeno que se destaca por abarcar os indivíduos não inseridos no mercado formal de trabalho, que buscam modos de sobrevivência, seja individualmente ou através de intervenção de programas governamentais. Entende-se que pertencem ao setor informal as unidades “econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias” (IBGE, 2005, p. 16). Nesse contexto, em áreas urbanas e também rurais, serve como forma de sobrevivência econômica, além de estabelecer vínculos de cunho social e cultural.

Considerando as características e transformações atuais do contexto econômico, observa-se que essas transformações históricas também atingiram, de modo diferenciado do contexto europeu, o Brasil. Nesse sentido, cabe resgatar o contexto em que as relações com o trabalho artesanal se desenvolvem e são reconhecidas, traçando um breve recuo histórico que reconstituam essas relações de trabalho a nível nacional.

No período de colonização, havia a presença de “corporações de ofício” – domésticas e mecânicas- inspiradas nos modelos de guildas portuguesas, cujos mestres artesãos executavam ofícios relacionados a interesses religiosos e também coletivos, ligados também as câmaras municipais. Contudo, o artesanato já era praticado pelas populações indígenas que aqui habitavam, e posteriormente o povo escravizado também trouxe conhecimentos e habilidades artesanais, para atender as necessidades dos

colonizadores. Nesse sentido, o trabalho manual artesanal, associado a mão de obra escrava, deixa de ter prestígio, sendo associado a uma categoria “inferior” de trabalho, também influenciada pelo trabalho industrial emergente no século XIX.

Resultante de influências europeias, indígenas e africanas, o artesanato brasileiro se desenvolveu durante os séculos coloniais e até meados do Império, quando foi relegado a uma posição secundária, no final do século XIX, pela emergente atividade industrial do País. Esse período foi marcado pela transição do trabalho escravo para o assalariado devido, principalmente, à Lei Euzébio de Queiroz (1850), que proibia o tráfico negreiro, e à Lei Áurea (1888), referente à abolição da escravatura (SILVA, 2014, p.33).

Posteriormente, durante o processo de industrialização e urbanização do país, houve a necessidade de profissionais que prestassem e executassem serviços diversos de ferrarias, carpintarias e nos pequenos comércios familiares. Observa-se que nesse período histórico:

A herança dos nossos artefatos - numa longa história, que precedeu e sucedeu a chegada dos portugueses e os fluxos migratórios subsequentes vindos de outros países europeus - foi totalmente desconsiderada e desvalorizada. O desejo deliberado de abolir o objeto feito à mão em prol do feito a máquina obedeceu a visão de que a tradição da manualidade era parte do passado de atraso, subdesenvolvimento e pobreza, que o futuro promissor proporcionado pelas máquinas nos faria superar. Em nome do progresso e da desejada inserção do Brasil no concerto das nações desenvolvidas, melhor seria sepultar essas práticas empíricas e substituí-las pelo Novo (BORGES, 2011, p.31).

Saltando para o século XX, as transformações de sociais mudam os paradigmas, e nesse contexto a formação profissional e acadêmica ganham prestígio, tornando o conhecimento formal, acadêmico, mais valorizado que o conhecimento não formal, o que favoreceu a desvalorização de algumas profissões na escala de prestígio social. Nesse cenário, o ideário racionalista da ciência, da técnica e da metodologia, fazia parte de um programa desenvolvimentista do país.

A produção artesanal sofria de uma acentuada perda de significância social cultural. As ricas tradições de produção manual, em que as comunidades faziam produtos para o próprio consumo e o de sua comunidade, começaram a sofrer com a concorrência do produto industrial importado da China, e os artesãos passaram a repetir as formas industriais e/ou a adotar estereótipos em sua produção (BORGES, 2011, p.41).

Como ressalta Adélia Borges (2011), ao se referir ao desenvolvimento do design e sua aproximação com o artesanato, o Brasil teve iniciativas de ressignificação da arte

popular e do artesanato por meio de ações de pesquisadores (com destaque a Lina Bo Bard e Aloisio Magalhães, a primeira geriu o Museu de Arte Popular, na Bahia, na década de 1950 e o segundo, na década de 1970, constituiu o Centro Nacional de Referência Cultural, que buscava mapear a fisionomia heterogênia da cultura nacional) e designers. Contudo, essas iniciativas, no contexto de pouca industrialização e ditadura militar, não foram suficientemente aderentes as reais necessidades do fazer artesanal, representando um período de invisibilização do artesanato tradicional e a homogeneização dos produtos artesanais.

Já na década de 1980, com o fechamento do ciclo de ditadura militar, há um florescimento cultural no país e, com isso, também um movimento de revitalização do artesanato, com a aproximação e incorporação de “novos elementos, formais e/ou técnicos” por meio de pesquisadores e designers, somadas a preservação de técnicas tradicionais. Além da criação de cooperativas e incentivo de instituições de fomento, como o Artesanato Solidário (ArteSol) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Considerando essa breve contextualização histórica sobre as origens da organização das relações de produção da atividade artesanal no Brasil, destacam-se os diversos conceitos atribuídos ao artesanato brasileiro. Partimos da designação segundo o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2012): “o artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas”, essa produção também pode ser auxiliada pelo uso de máquinas, desde que haja o predomínio da atividade manual, através da criatividade e habilidades aprendidas pelos artesãos. Para tal utilizam-se uma diversidade de matérias-primas, encontradas sob a forma natural, processadas industrialmente, ou através de processos de reciclagem. Ou seja:

No artesanato, considera-se matéria-prima toda substância principal, de origem vegetal, animal ou mineral, utilizada na produção artesanal, que sofre tratamento e/ou transformação da natureza física ou química, resultando um bem de consumo. Ela pode ser utilizada em estado natural, depois de processadas artesanalmente/industrialmente ou serem decorrentes de processo de reciclagem/reutilização (PAB/MDIC, 2012).

Assim, o artesanato como uma forma de trabalho contemporâneo que traz consigo uma identidade, ainda que formada em diversidade de segmentos, técnicas, fazeres e

atividades, é visto não somente pelo viés do trabalho manual, mas também pelas possibilidades de complementação pela indústria. É concebido como um “fenômeno heterogêneo, complexo e diversificado (...), uma forma de expressão cultural entre a tradição e contemporaneidade” (KELLER, 2016, p.60).

Contudo, existe, a relação intrínseca entre o fazer e o pensar, “em seus patamares mais elevados, a técnica deixa de ser uma atividade mecânica; as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem” (SENNETT, 2009, p. 30). Existe a capacidade de criar e projetar um objeto e também de executar manualmente o objeto projetado, envolvendo a arte e a técnica, as habilidades criativas e as habilidades manuais (MARX, 1975). Nesse sentido, o artesão tem domínio sobre as técnicas do processo criativo, o domínio das etapas da produção, contextualizado culturalmente, o trabalhador desenvolve habilidades no processo produtivo, através do vínculo entre o pensar e o fazer, o engajamento com a prática da realização da produção. Segundo o sociólogo Wright Mills (2009, p.60):

O artesão tem uma imagem do produto acabado, e mesmo que não o faça inteiro, vê o lugar de sua parte no todo e, por conseguinte, compreende o significado de seu esforço em termos desse todo.

Assim, a maneira de ganhar o sustento interfere totalmente o modo de vida do artesão. Isso pode ser destacado em um estudo sobre o artesanato tradicional brasileiro, publicado pela FUNARTE na década de 1980, que trata sobre as características da arte e do artesanato, do “trabalho de artesanaria” e do “trabalho de criatividade”. Tal estudo considera que existem elementos e critérios importantes para definir objetos de criatividade artísticas, ou uma obra de arte, tais como: o domínio do conhecimento e das habilidades do fazer artesanal, ter coerência temática e critério estético, utilizando linguagens e referências do contexto de seu território cultural, ter originalidade (no caso da obra de arte, que é um objeto único e original, podendo ser tomada como referência e reproduzida como artesanato) e compromisso com a contemporaneidade.

Ressalta-se, de acordo com esta classificação, a diferença entre artesão e artista, sendo o primeiro descompromissado com a “originalidade”, tendo em vista que reproduz modelos e obedece a protótipos, embora a essência criativa individual do trabalhador esteja presente, há também uma demanda social e cultural que deve ser repetida. Nesse aspecto:

O artesanato seria o resultado qualificado pela mão de obra, pela ação direta do homem em elaborar, em manufaturar. É o compromisso de qualidade do labor que vai corresponder, para muitos povos, a significação do artesanato. Artesanato seria o feito à mão, um toque de qualidade humana acima daquele toque, daquela massificação do produto que a máquina imprime (FUNARTE, 1980, p.14).

Essas questões do universo do artesanato, sobre as quais muitos intelectuais se debruçaram, foram marcadas algumas vezes por uma visão romântica nos estudos de folclore aos quais a produção artesanal se inseria. No entanto, percebe-se, ao utilizar as teorias e a metodologia de observação de campo, que o fazer artesanal e os significados das ações dos artesãos, ainda “depende da força e da habilidade e do manejo do trabalhador individual ao usar seu instrumento de trabalho” (MARX, 1975, p. 389), ou ainda:

E a riqueza do artesanato também é impressionante. São muitas técnicas, muitas matérias primas, e ao mesmo tempo muitos campos de significado, muitos contextos em que esses objetos estão inseridos. Por que se faz ou para que se faz um objeto artesanal? Vai desde a necessidade mais imediata de sobrevivência, desde o instrumento que é feito para o trabalho ou para o conforto: como um prato, uma colher, uma cama, até objetos de significados muito mais amplos, como a imagem de um sobrenatural, de um santo, um objeto religioso (LIMA, 2011, p.189).

Já para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a atividade artesanal é vista sobretudo numa perspectiva econômica, segundo os conceitos, tipologias e segmentos que descrevem o setor, encontrados no Termo de Referência de Atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato (2010). Este documento apresenta categorias distintas dos produtos artesanais, segundo a origem e processos de produção (arte popular, artesanato, atividades manuais, produtos alimentícios, produtos semi-indústriais e industriais, artesanato indígena, tradicional, de referência cultural, conceitual), segundo o uso dos produtos artesanais (adornos e acessórios, decorativos, educativos, lúdicos, religiosos, utilitários), das tipologias de acordo com as matérias primas utilizadas (natural, reciclável/reaproveitável, processada) e das formas de organização do trabalho (mestre artesão, artesão, aprendiz, artista, núcleo de produção familiar, grupo de produção artesanal, empresa artesanal, associação, cooperativa).

Porém, essa gama de critérios para classificar os produtos artesanais não deve ser pensada apenas com foco no produto final em si, o que está por trás do artesanato enquanto “mercadoria”, mas ressaltar a necessidade de refletir sobre o processo de trabalho, ou seja, a habilidade do trabalhador, o engajamento com as etapas da produção,

desde a escolha da matéria prima ao processo de comercialização, considerando tanto o artesão individual ou os trabalhos coletivos.

Nesse processo, de reconfiguração do trabalho artesanal contemporâneo, é necessário considerar também:

O maior contato com o mercado, a intersectorialidade do artesanato com o mercado do turismo, e com o mercado da moda/acessórios, o maior contato com ideais do mundo capitalista e o impacto das ações de intervenção de políticas públicas e de agências de fomento no artesanato (KELLER, 2016, p.65).

Assim, a investigação sobre o trabalho artesanal deve girar em torno das relações sociais de produção, de criação de valor tradicional, cultural e econômico, além do valor meramente mercantil, considerado também como uma economia substantiva, apontando que o sentido substantivo refere-se à relação de dependência entre o ser humano e a natureza, um intercâmbio que promove os meios necessários para satisfação de necessidades (POLANY, 2012).

Para a antropóloga Maria Rosilene Barbosa Alvim (1983), em um estudo sobre a arte do ouro em Juazeiro do Norte, no Ceará na década de 1980, a contemporaneidade do trabalho artesanal era mencionada como a soma de relações:

A relação com a tradição faz com que muitas vezes grupos sociais que tiram do artesanato seus meios de existência sejam catalogados como partes de uma sociedade tradicional que se define por oposição a uma sociedade moderna. (...). No entanto, ver no artesanato resquícios de uma sociedade tradicional é esquece-lo como contemporâneo e minimiza-lo em sua importância na medida em que é através das chamadas atividades artesanais que parte significativa da população sobrevive (ALVIM, 1983, p.49).

Esta produção está imersa “em relações de produção, de comercialização e de consumo capitalistas”, que envolvem também relações de poder e de valor (KELLER, 2016, p.69-70). Nesse aspecto:

As dinâmicas da economia industrial capitalista atuaram tanto no sentido de destruir esta forma de produção de objetos quanto de reconfigurar as diversas formas de trabalho artesanal remanescentes, o que explica a natureza marginal e precária da atividade artesanal na sociedade contemporânea (KELLER, 2016, p.69-70).

Assim, pode-se observar, como já destacado, que a atividade artesanal é uma ferramenta de subsistência econômica e também representa uma subsistência de

identidades e tradições que configuram “as práticas sociais e culturais materialmente presentes e que se reproduzem através do trabalho” (ALVIM, 1983, p.50) dos artesãos. Segundo Borges (2011, p.212):

Desde 2001, órgãos do governo vem divulgando a existência de 8,5 milhões de artesãos no país, mas alertando que esse dado é impreciso, porque há um grande número de trabalhadores informais. Trata-se de uma atividade primordialmente feminina: calcula-se que 85% sejam mulheres. Muitas alternam a prática artesanal a outras ocupações, não considerando como a sua principal atividade.

Nesse sentido, existe uma natureza de precariedade nessas relações de trabalho, pois culturalmente esteve associado ao ambiente doméstico, associado as famílias e a atividades de reprodução social, é preciso também considerar que “muitos artesãos - melhor dizer artesãs, pois a grande maioria é de mulheres – dividem essas atividades com outras. Nas áreas rurais, ela é intercalada com a agricultura. Nos pequenos povoados e nas periferias, persistem os “bicos” (BORGES, 2011, p.25).

É também, nesse processo de ressignificação, uma forma de resistência cultural, porque mesmo com a reconfiguração das formas de produzir, na qual as forças do mercado globalizado e de agentes e instituições externos atuam e alteram o significado da produção material e simbólica do produto artesanal (KELLER, 2014, p. 325), legitimado pelo discurso da competitividade que acentua a precariedade e instabilidade do setor, ainda assim se cruzam conhecimentos diversos e fazeres cotidianos palpáveis, pautados em práticas tradicionais que dialogam com a capacidade inventiva da atualidade.

As formas de organização desse trabalho transitam entre a formalidade e informalidade, dependendo de aspectos jurídicos, econômicos e sociais nos quais se inserem, é um setor fundado em uma divisão de trabalho intensiva, baseada em dimensões interseccionais das relações contemporâneas do mundo do trabalho mais amplo.

A dimensão quantitativa dessas atividades laborativas no Brasil é invisibilizada em determinados contextos, pois quando trata-se do setor informal da economia, pesquisas oficiais (como as do IBGE, por exemplo) fazem um recorte urbano. Várias outras atividades do setor informal, além do artesanato, são desconsideradas, como as atividades não agrícolas realizadas nos pequenos domicílios, os trabalhos das “donas de casa”, ou trabalhos de “moradores de rua”, por exemplo, considerados como desempregados ou desocupados.

É importante destacar, neste aspecto, a representatividade das diferentes formas de organização do trabalho, inclusive daquelas cujos princípios diferem dos objetivos capitalistas, sendo valorizadas questões como solidariedade, interações, reciprocidade, autonomia, contrapostas à produção massificada resultante de mecanização e automação. Os artesãos podem se formalizar por meio de cadastros de pessoa jurídica ou microempreendedor/empresa, ou por meio de participação em associações e cooperativas com registro jurídico.

Compreendendo a amplitude de possibilidades de conceitos e o antagonismo inerentes as questões abordadas, destaca-se a seguir, as práticas de intervenção de agentes externos junto aos artesãos e aos grupos de produção artesanal, abordando as dimensões dessas relações, materiais e simbólicas.

2.3 Iniciativas de incentivo ao artesanato: programas e instituições de incentivo.

No processo de incentivo a requalificação do artesanato brasileiro, nas últimas décadas, foram muitos os programas realizados por instituições do governo e da sociedade civil. Dentre as instancias envolvidas e agentes externos estão: órgãos governamentais como Ministérios (da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, Turismo, Trabalho, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social), secretarias estaduais e municipais; instituições de Ensino Superior; entidades privadas (Sebrae, Agências de Turismo, fundações privadas –Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Vale, Petrobrás etc.); lojistas, atravessadores e consumidores.

As políticas são conjuntos de conceitos e orientações sobre um determinado tema, orientam as articulações de programas (ações para resolver um determinado problema e/ou carência social) e projetos (atividades coordenadas para operacionalizar programas, reduzir e eliminar demandas e carências). A política pública organiza ações provenientes de demandas de interesse público e é responsabilidade do Estado.

Por conseguinte, o artesanato praticado predominantemente no setor informal, passou a ter incentivo do Estado, sobretudo a partir da década de 1970, quando começa a ser objeto de investigação e conceituação científica e técnica. Era necessário observar as potencialidades, mesmo na informalidade, de geração de renda e cidadania, além do processo de incentivo a formalização, a partir da ação de políticas sociais e instituições de fomento, como os Bancos e instituições governamentais (CORAGGIO, 2009, p.122).

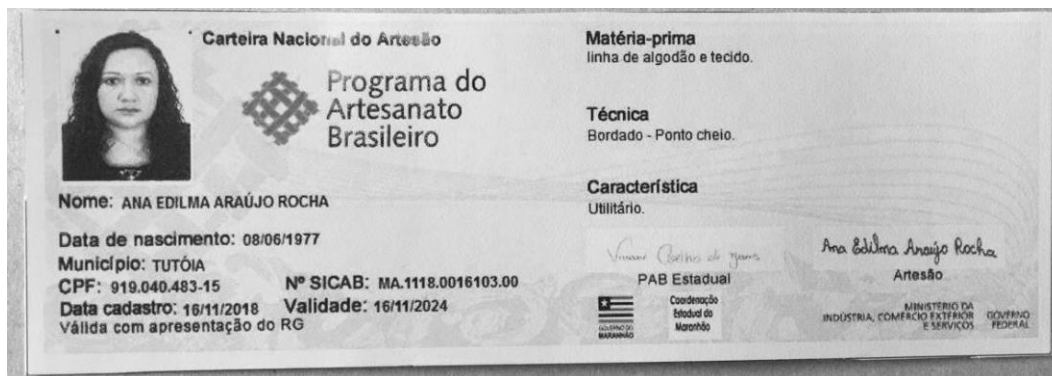
Com o processo de desemprego estrutural que acometeu o país, sobretudo os grandes centros urbanos, observou-se o incentivo à economia do artesanato, sendo respaldada em documentos de órgãos estatais. Dentre as políticas de fomento criadas, destaca-se o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), criado em 1991, originalmente vinculado ao Ministério da Ação Social, integrante da programação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e gerenciado pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, e implementado em 1998, tem representação em todos os Estados brasileiros por meio de coordenações que elaboram políticas para geração de renda dos artesãos das comunidades locais (MDIC, 2012). O PAB tem como objetivo coordenar e desenvolver atividades que visem a valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, além de desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal.

As ações do PAB possibilitam a consolidação do artesanato brasileiro como setor econômico e de desenvolvimento regional, considerando as diversidades e características locais. De acordo com o Decreto n 9.679, de 02 de janeiro de 2019, atualmente o Programa é gerido pela Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, do Ministério da Economia¹⁴.

Outro fator importante foi a possibilidade de emissão de uma carteira para o artesão, emitida pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) com o apoio do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB). A Carteira Nacional do Artesão e a do Trabalhador Manual é uma identificação nacional para artesãos e trabalhadores manuais de todo o Brasil, existente desde 2012, organizada pela Coordenação Estadual de Artesanato local. A carteira contém dados sobre a matéria-prima, as técnicas e as características de uso dos produtos, como pode ser observado na imagem a seguir, (divulgada pela agência de notícias do governo do Estado do Maranhão):

¹⁴ Informações disponíveis em: <: <http://www.artesanatobrasileiro.gov.br/pagina/1>>.

FIGURA 1 – Exemplo de carteira do Artesão



Fonte: Disponível em: < <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=245034.>>

Outras ações importantes de incentivo ao artesanato brasileiro são fomentadas pelo SEBRAE, desde 2002, e estão presentes em 16,6% dos municípios brasileiros e já capacitaram mais de 90 mil artesãos. “O objetivo do Sebrae é fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e promove a melhoria da qualidade de vida”, ampliando a geração de renda e postos de trabalho (SEBRAE, 2010, p.10), e também fortalece comercialização do artesanato brasileiro e agrega novos mercados por meio de alguns projetos: como o Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), como espaço privilegiado de exposição, comercialização e conhecimento; “Projeto Brasil Original”, com a montagem de lojas conceituais temporárias para conquista de novos mercados e o projeto “Desenvolvimento da comercialização do artesanato”, com foco em gestão e desenvolvimento de negócios entre outros.

Destacam-se entre as instituições não governamentais com projetos voltados ao artesanato, o Artesanato Solidário (Artesol), criado em 1998, com objetivo de combater a pobreza em algumas regiões do Nordeste, atua para valorização do artesanato tradicional brasileiro. Em 2002 tornou-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), formando e capacitando artesãos para o empreendedorismo, prestando serviços de consultoria, desenvolvimento de projetos e mostras culturais. Em 2014 foi idealizada a Rede ArteSol – Rede Nacional do Artesanato Cultural Brasileiro, que através de uma plataforma digital conecta, mobiliza e mapeia mestres, artesãos, associações, lojistas e organizações de apoio da cadeia produtiva do setor. A Rede conta com um espaço de negócios, uma loja, um projeto de curadoria que reúne artigos e

produtos dos artesãos (nas técnicas de trançados, rendas, bordados, cerâmicas e tecelagem) envolvidos de várias regiões do país¹⁵.

Também, a nível nacional, existem iniciativas da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil, entidade representativa dos artesãos; e da Associação Brasileira de Exportação de Artesanato (ABEXA), que auxilia os artesãos a exportarem seus produtos, entre outras.

Vale destacar, entre essas iniciativas, possibilidades inclusivas e formas de economia em setores populares, que permeiam uma visão antiutilitarista, englobando a economia da família, economia feminista, economia solidária, economia popular, economias que combinam princípios de integração social e valorização do trabalho “orientada solidariamente pela lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade da vida em sociedade” (CORAGGIO,2009, p.122).

Nesse contexto histórico, também se criaram políticas públicas diversas, voltadas, por exemplo, a Agricultura Familiar, ao Microempreendedor Individual (MEI), e aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que beneficiaram direta ou indiretamente artesãos brasileiros.

A criação, em 2006, da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, amparada pela Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que oferece uma série de benefícios ao pequeno produtor rural (incluindo aqui os artesãos) por meio de programas que propiciam/ facilitam o acesso a crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, comercialização, educação, capacitação e profissionalização, entre outros serviços; e a criação, em 2008, da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) pela Lei complementar no 128/2008, que, entre outros, facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais, além da isenção de tributos federais e da garantia de acesso a diversos benefícios sociais. Essas políticas, apesar de não serem voltadas diretamente para a atividade artesanal, são capazes de inserir os artesãos e proporcionar a eles vários tipos de benefícios. Além disso, apesar de, inicialmente, não terem nenhuma relação entre si, os artesãos acabam se inserindo em mais de uma delas simultaneamente, o que pode gerar benefícios (SILVA,2014, p.45).

Destacamos aqui às políticas de fomento às iniciativas solidárias, experiências que se materializam a partir dos empreendimentos econômicos solidários (EES), grupos de trabalho organizados coletivamente através da cooperação entre os membros. Cabe destacar que, para Laville e Gaiger (2009, p.162), a economia solidária é um conceito utilizado em vários continentes e compreende ações que “giram ao redor da ideia de

¹⁵ Informações disponíveis em: < <https://artesosol.org.br/quem-somos>>.

solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”, representando um conjunto de atividades e experiências diversificadas de trabalho, realizadas coletivamente na produção, consumo e crédito, de forma autogestionária.

Nesse sentido, que muitos desses programas direta ou indiretamente ligados ao fomento do artesanato, foram importantes na construção do setor como possibilidade de trabalho no contexto contemporâneo. Os programas de incentivo e revitalização do artesanato, com a aproximação do trabalho técnico/acadêmico dos designers e consultorias, buscam a melhoria das condições técnicas, aproveitamento das potencialidades dos materiais locais/regionais, objetos que representem a identidade, diversidade e linguagem dos locais onde são feitos, o desenvolvimento de uma identidade visual através da construção das marcas, estratégias para promover os artesãos como fornecedores dos seus produtos. Essas aproximações entre o saber formal e informal, entre a “gente da cidade” e a “gente do campo”, entre o centro e a periferia, com visões muitas vezes discrepantes sobre o enfoque correto a ser dado aos projetos” (BORGES, 2011, p.53) para promoção do empreendedorismo, gerou um impacto social e econômico sem precedentes.

Contudo, é necessário também problematizar as consequências das interferências entre a sabedoria empírica dos artesãos e as pessoas com instrução formal (gestores, designers, consultores, pesquisadores), como esses agentes externos interferem e alteram o significado da produção material e simbólica das culturas tradicionais. Tais intervenções podem ser problemáticas, como afirma Adélia Borges (2011) quando o olhar externo impõe uma identidade cultural ao objeto artesanal, ou seja, essa interferência, quando perde a relação com a dimensão cultural a qual o objeto artesanal está imbuído, com a identidade cultural local, e passa a ser vista apenas como mercadoria e por suas relações com o mercado, pode ser danosa, pois não presta atenção a realidade local e a visão dos artesãos, que tendem a ser vistos como meros fornecedores de mão de obra. É melhor “deixar quieta” uma manifestação artesanal do que intervir sem cuidado, com pretensão. O potencial de “periculosidade” de uma intervenção malfeita é alto e seus efeitos, muito nocivos” (BORGES, 2011, p.155).

Nesse sentido, faz-se importante “refletir sobre os parâmetros éticos a serem observados no encontro entre designers, artesãos e gestores para que haja efetivamente uma melhora, e não a piora, da situação anterior” (BORGES, 2011, p. 155). Destarte, observamos o artesanato como uma forma de trabalho presente na sociedade ao longo do

tempo e na contemporaneidade, revelando-se como um fenômeno composto por uma cadeia de relações de valor social, cultural, político e econômico. Logo, os projetos de incentivo ao artesanato passaram a ter cunho não apenas assistencialista, mas propondo a “organização coletiva dos artesãos, estimulando o empreendedorismo” (BORGES, 2011, p.53).

Essa breve contextualização das ações de fomento ao artesanato brasileiro nos mostra a importância de interconexão entre o tradicional e contemporâneo, para que haja a valorização e dinamismo da produção artesanal que, como já apontado, representa um setor importante também da economia substantiva, observando os significados culturais e históricos dessas produções e as vivências culturais e dinâmicas dos trabalhadores e trabalhadoras que dão vida aos objetos feitos à mão.

2.3.1 Iniciativas de incentivo ao artesanato no Maranhão.

No contexto maranhense, foi criado no ano 2000, por iniciativa dos artesãos maranhenses, o Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense (IDAM), com o apoio do SEBRAE Maranhão e Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Maranhão, que tinha por objetivo promover o artesanato sustentável, organizar o segmento no Estado e incentivar a comercialização de grupos capacitados pelo SEBRAE, além de fomentar projetos e políticas públicas de geração de emprego e renda.

Os trabalhos artesanais comercializados na loja do IDAM, que na época situava-se no centro histórico da cidade de São Luís, eram provenientes de grupos e de artesãos individuais de todo o Estado: utilitários domésticos em cerâmica da comunidade de Itamatatuiá, Alcântara/MA; artigos em fibra de buriti de Barreirinhas, Tutóia e comunidade de Santa Maria em Alcântara/MA; azulejaria do grupo do Centro de Arte Japiaçu, em São Luís/MA; renda de bilro de Raposa/MA; peças decorativas em cerâmica de São Luís, Rosário, Caxias, Humberto de Campos, São José de Ribamar/MA; artesanato em madeira de Timon e Estreito/MA e bordados e rede em linhas, de São João dos Patos e São Bento/MA (IDAM, 2007).

Outro programa atuante no Estado é o Programa do Artesanato SEBRAE/MA, em conjunto com o governo do Estado, com o objetivo de “fortificar o segmento artesanal maranhense por meio da estruturação de associações cooperativas de artesãos, realizando um intenso trabalho de capacitação de seres humanos e de suas atividades”

empreendedoras, o projeto atua em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a capacitação até a comercialização do produto final (SEBRAE, 2016).

Outra iniciativa importante com foco no desenvolvimento econômico estadual, através do investimento na profissionalização e geração de emprego e renda para o setor artesanal, é promovida pelo “Programa de Artesanato do Maranhão (PAM)”, criado pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), através da lei 10.402, de 29 de dezembro de 2015. O Programa tem o intuito de fortalecer a cadeia produtiva associada ao turismo do Maranhão, com capacitação da mão de obra artesã e abertura de espaços para a execução de ações de divulgação e comercialização do artesanato, além da facilitação de acesso a linhas de crédito e criação de negócios, visando a melhoria da qualidade de vida dos artesãos e a preservação da cultura e meio ambiente, através do artesanato, no Maranhão, em consonância com as normas do PAB.

Também foi criado o Comitê Maranhense do Artesanato (COMARTE), responsável por assessorar e orientar as ações do Programa, sendo composto por representantes do poder público (Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); Secretaria de Estado da Cultura (SECMA); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES); Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)), por um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA e mais cinco representantes de entidades dos artesãos.¹⁶

O programa é desenvolvido pelo Centro de Produção do Artesanato Maranhense (CEPRAMA), situado no prédio da antiga Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, no bairro da Madre Deus, em São Luís. O Centro é uma feira permanente, que reúne artesanatos diversos de artesãos individuais e também de grupos, com trabalhos em fibra de buriti, azulejaria, vime, fibra de tucum, em chifre, especiarias, madeira e cerâmica, e também de bebidas regionais. O foco é no desenvolvimento do artesanato maranhense e na valorização da cultura local como ferramenta de atração turística.¹⁷

Em 2018 foi inaugurado, também no centro histórico da capital maranhense, o Centro de Referência Estadual em Economia Solidária (CRESOL), uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (SETRES), que objetiva fortalecer os processos de identificação, capacitação e comercialização dos

¹⁶ Informações disponíveis em: < <http://www.turismo.ma.gov.br/governo-do-estado-sanciona-lei-que-cria-programa-do-artesanato-do-maranhao/> >

¹⁷ Dados disponíveis em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/programa-de-artesanato/>>.

produtos de empreendimentos econômicos solidários do estado, no modo de gestão compartilhada. O prédio conta com salas de reuniões, auditório e um grande galpão para exposição, comercialização de produtos e realização de saraus culturais com artistas locais. Jordânia Pessoa, 35 anos, secretária adjunta da SETRES, destaca:

Ai, assim, se fala muito que o artesanato está acabando, é só trabalho manual. Que o trabalho manual não tem identidade cultural. Não tem incentivo para que esses artesãos passem a trabalhar um artesanato mais com identidade visual, não tem uma política de valorização disso. O artesão acaba fazendo o que dá para fazer, o que ele consegue aprender, porque a necessidade financeira de gerar renda ela é urgente, então se você tem um crochê, uma “costurisse”, muitas fazem “costurisse”, né?... que são alguns tipos de costuras. Fazer necesser, fazer bolsa. É preciso gerar renda, sobreviver, pois muitos vivem disso, né? Então acaba que... de qualquer modo, artesanato ou trabalho manual é uma geração de renda. Se a gente for só nesse grupo (do WhatsApp) aqui, a gente tem cento e poucas artesãs, mas só aqui em São Luís. Se a gente tivesse um levantamento mesmo, um mapeamento desses artesãos, só aqui em São Luís, tem muito! Todo bairro que a gente tem ido, com ação lá pela Secretaria, a gente identifica artesão, tudo quanto é bairro dessa cidade que a gente chega dá de cara com um artesão (Jordânia Pessoa, 17/08/2019).

Em suma, ainda que o avanço nas políticas públicas de fomento direta ou indiretamente ao artesanato tenham sido e sejam importantes para o setor no Estado, é necessário relatar algumas dificuldades encontradas, no mapeamento e no acesso dos artesãos e grupos a essas políticas. Segundo Jordânia Pessoa, secretária adjunta da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), essas dificuldades se manifestam no cotidiano:

Falta muito em termos de política consistente, a nível de Estado, pro artesanato mesmo, principalmente pros artesãos do interior. A gente tem algumas regiões que são polos de produção, mas que não têm uma valorização desse artesanato. Falam muito de Barreirinhas, a fibra, dos bordados de São João dos Patos, tudo mais... mas temos outras regiões que produzem artesanato também e nem conhecemos. Tem exposição de artesanato de Barra do Corda, em madeira, que a gente nem conhece, no Rio de Janeiro, por exemplo. A gente tem ali, pras bandas de Imperatriz, o artesanato com couro, que gente não tem conhecimento aqui, não temos acesso... Então, a gente tem artesanato espalhado por esse Maranhão todo! Mas não temos uma política pública para mapear esse artesanato e dar visibilidade para esse artesanato. Acaba que só concentra muito aqui na região metropolitana de São Luís e municípios próximos mesmo (Jordânia Pessoa, 17/08/2019).

No entanto, a transformação social propiciada por esses programas é notável, colaboram para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento territorial e comunitário. Trazem à tona a noção de sustentabilidade, através do aumento da

politização e formas dignas de trabalho, e contribuem para o fortalecimento das identidades culturais locais e as relações entre artesãos e grupos.

Partindo desse contexto, busca-se compreender as formas de relações de trabalho pautadas na visão e gestão não-utilitárias da produção material e imaterial dos vínculos sociais estabelecidos e nas sociabilidades e identidades produzidas nesses meios sociais, especificamente, na presente pesquisa, nos grupos de mulheres artesãs da economia solidária da região metropolitana de São Luís – MA.

3 O ARTESANATO NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: Economia Solidária um campo em construção.

No caso do estudo sobre a Economia Solidária, parte-se do princípio de que há controvérsias quanto a existência de um conceito único e específico do termo, pois “diferentes pessoas e lugares sociais contemplam sentidos diferentes e se remetem a definições que consideram ordens discursivas e de realidades diversas” (MOTTA, 2010, p.07), compondo um conjunto de relações, dinâmicas e práticas pertencentes a distintas esferas sociais (políticas, econômicas, culturais). Nesse sentido, é importante perceber como as pessoas que fazem parte do “mundo da economia solidária” se organizam, relacionam e pensam.

Também conhecida por outros termos, tais como: economia popular solidária, economia plural, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias, entre outros. Assim, abrange uma multiplicidade de agentes: os empreendimentos, as entidades de apoio (funcionários de causas) e o poder público (instâncias ligadas ao Estado) (MOTTA, 2010).

A origem histórica da economia solidária relembra a história associativa dos trabalhadores do século XIX, o chamado cooperativismo operário, revolucionário, idealizado pelos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Saint-Simon), que apostavam na organização associativista/cooperativista das relações de trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos produtos do trabalho e as cooperativas de consumo, cuja Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844, é o principal exemplo, as cooperativas de crédito, o movimento das comunas entre os outros (SINGER, 2005). Para Singer (2002), a produção coletiva fortalece as relações entre os trabalhadores, e o trabalho pautado na solidariedade seria uma alternativa possível de superação do modo de produção capitalista, não admitindo que possa haver uma dinâmica de acumulação de capital dentro desses empreendimentos. Para o autor:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002, p.10).

Porém, partindo de outro viés, Jacob Lima (2004), enfatiza que o cooperativismo de trabalho e produção é visto sob duas perspectivas, “como alternativa ao desemprego e autonomia do trabalhador, por um lado, e como trabalho participativo e flexível, por outro” (LIMA, 2004, p.06). A constante competitividade do mercado, presente na segunda perspectiva, enfraqueceria os ideais de solidariedade e cooperação contidos na primeira.

Para Jacob Lima (2004), nos últimos anos algumas experiências se mostraram exitosas, e “se constituem em indicadores das possibilidades e limites” (LIMA, 2004, p. 10) contidas no ideário cooperativista de gestão democrática. Assim, estes fatos são positivos, pois demonstram que existe a possibilidade de autonomia através do trabalho autogestionário, contudo, são aspectos limitados devido ao caráter marcadamente informal dessas experiências.

Partindo de um ponto de vista diferente, Gaiger (2009, p.181) aponta que os empreendimentos, sob a forma de associações, cooperativas e grupos de produção autogestionários, “combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativo e cultural, valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram”. Essas iniciativas, segundo o autor, se caracterizam não só pela possibilidade de geração de renda, mas por seu “caráter multifuncional”, por possibilitarem espaços de participação mais amplos no âmbito de reivindicação por direitos políticos, social e econômico, permitindo aos trabalhadores/as o encontro com o sentido da atividade que exercem, da autogestão não só na esfera da produção, mas da organização da vida social.

O conjunto dessas atividades e experiências caracterizadas como solidárias, ganharam maior visibilidade no Brasil na década de 1990, como expressão de luta de trabalhadores/as contra a exclusão, pobreza e principalmente enquanto programa de combate ao desemprego estimulado por entidades de apoio (associações, ONG's, Universidades, gestores públicos), através de iniciativas tais como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), da Cáritas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Com a necessidade de articulação maior entre as várias regiões do país, houve a institucionalização dessas atividades com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em 2003, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES), responsáveis por mobilizações e estratégias de desenvolvimento, reconhecimento e formalização da identidade do “movimento”, através

de plenárias e conferências estaduais, nacionais e em âmbito de América Latina (SINGER, 2005).

Principalmente a partir da criação e organização dos Fóruns, começa haver maior diálogo entre Economia Solidária e o Estado, pois assim os diversos agentes, enquanto atores legítimos com quem o governo deve dialogar, foram construindo uma relação que “além de implicar a criação de diversos espaços de “parceria”, envolve também a possibilidade de que recursos advindos do Estado possam financiar atividades do “movimento” (MOTTA, 2010, p.18).

Assim, é a partir de uma posição crítica da tomada de posição dos agentes, tendo o campo da economia solidária como exemplo e universo de análise, que será possível problematizar os aspectos da mobilização, construção de identidades e utilização de capitais nesse contexto.

Nesse sentido, faz-se importante pensar sobre os diversos significados conferidos a economia solidária, que fazem parte das múltiplas representações sociais que lhe são atribuídas, o que possibilita analisar as diferentes formas de percepção dos agentes que a compõem. Tais representações “podem contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam, ou seja, a realidade objetiva” (BOURDIEU, 1996, p.107), as decisões práticas adotadas, pois as representações são influenciadas pela posição dos agentes, com interesses vinculados as posição que ocupam, consciente ou inconscientemente. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas que podem influenciar as ações sociais dos agentes (disposições sociais, culturais e históricas) e as estruturas subjetivas construídas socialmente, como os esquemas de ação e pensamento (*habitus*).

Eugênia Motta (2010) afirma que as representações sobre a economia solidária estão ligadas a natureza das relações humanas, ao caráter normativo do “dever ser” solidário e assim remetem a ideia de uma transformação social através do campo econômico subordinado “ao valor da vida”. Essas representações são produzidas através de formas escritas e práticas ritualizadas, dando sentido a ação e vidas dos agentes envolvidos nesse universo. Essas representações ou “classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 107). É, neste contexto, que há a possibilidade de desvendar os mecanismos de dominação, das posições e mobilizações desses agentes dentro e fora deste campo, com a intersecção nos diversos espaços sociais.

A economia solidária também costuma ser classificada como movimento social, cujos agentes reconhecem uma causa e atuam como militantes, “o termo movimento passa a denominar justamente as formas institucionalizadas que pretendem organizar as pessoas e entidades em torno da ES como causa” (MOTTA, 2010, p.17). Essas representações objetivas (através da bandeira de movimento) são “estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores” (BOURDIEU, 1996, p. 108).

Por trás da definição de um possível conceito de economia solidária existe um debate acadêmico e político, uma luta em torno da classificação desse fenômeno, em que são produzidas e impostas realidades e “representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito” (BOURDIEU, 1996, p. 117). Nesse aspecto, Eugenia Motta (2010) aborda sobre o processo de objetivação da ES em gráficos e mapas, criando novas realidades e classificações para os agentes envolvidos e sociedade em geral, através de técnicas e instrumentos de mapeamento que possibilitou “colocar em confronto diversas lógicas e capitais” (p.107), através de parcerias de políticas governamentais com empresas privadas e entidades de apoio e fomento como Universidades.

Assim, diversos agentes estiveram envolvidos no processo de sistematização e mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, “especialistas” que intercambiavam entre os espaços da academia ou outras instituições produtoras de conhecimento, do Estado e do movimento, proporcionando um caráter de confiabilidade às pesquisas.

Essas informações objetivas sobre a ES no Brasil, através de um conjunto de dados, construíram novas representações e significados sobre a forma de se pensar e falar da ES, evidenciando “o poder quase mágico das palavras” (BOURDIEU, 1996, p.111), no caso das estatísticas, de intervir sobre as categorias de percepções da realidade. Assim, “a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada” (Idem, p. 122-123).

A representação gráfica da ES, através do mapeamento dos empreendimentos, estabelece uma série de “hierarquias, totalidades e proporcionalidades” da realidade estudada (MOTTA, 2010, p.176), no sentido de que as informações apresentadas estabelecem o que e como devemos ver essas representações, não só através dos número

de empreendimentos econômicos solidários, mas da quantificação do esforço dos especialistas, “protagonistas missionários” dessa “causa”, fazendo existir como realidade através do reconhecimento público.

O Atlas da Economia Solidária (o primeiro apresentado em 2006) é a prova material da existência da ES, suas características, campo de atuação, vínculos entre empreendimentos, distinção entre assessorias, Estado e movimento. Eugênia Motta (2010) destaca ainda que as informações levantadas no mapeamento não coincidem com as evidências empíricas no que tange a quantidade de mulheres nos empreendimentos, pois como a maioria dos empreendimentos foram mapeados como rurais, o trabalho familiar feminino foi invisibilizado, criando sobre o mapeamento uma “questão das mulheres” a ser resolvida (MOTTA, 2010, 193), a fim de estabelecer confiança e legitimidade entre a realidade e sua representação estatística.

Outros aspectos foram somados à questão da identidade dos empreendimentos, como a questão de raça/etnia e região. Logo, o reconhecimento do fenômeno da ES se estabelece em meio a uma arena de lutas, entre velhos conceitos e novas demandas.

Nesse sentido, cabe destacar também que as representações geram identificações. No processo de construção de definições e mapeamento da ES, houve uma articulação de múltiplas identidades construídas, redefinidas e acionadas entre os agentes concorrentes no processo de gerir, fazer existir e reconhecer. Essas identidades podem ser percebidas, por exemplo, através das trajetórias dos “especialistas” envolvidos no processo na formulação de instrumentos e técnicas do mapeamento, principalmente aqueles que articulam o alto capital acadêmico à atributos oriundos da militância nas organizações de base católica ou em outros movimentos, fatores que os tornam politicamente mais fortes (MOTTA, 2010, p.122), na disputa e luta pela posição de porta-vozes e mediadores de causas legítimas.

Essas reflexões em torno da construção da Economia Solidária quanto movimento dinâmico, que articula saberes e agentes diversos, é importante, pois nos permite perceber espaços sociais de ação e confluência de relações sociais objetivas determinadas, como microcosmos com leis e dinâmicas próprias, orientados por disputas ocorridas em seu interior, relativamente autônomos. A Economia Solidária pode ser pensada como um campo, como estrutura de relações sociais objetivas, que atua com determinados tipos de capitais, ou seja, o “campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capitais” (BOURDIEU, 2004, p.26). Os capitais são recursos de poder que definem as posições

dos agentes nos campos, construindo hierarquias entre os vários capitais, campos e formas distintas de dominação.

3.1 Relação de produção e ação coletiva: identidades e engajamentos.

Uma das formas de materialização do fazer economia solidária se dá a partir dos empreendimentos econômicos solidários (EES), que, segundo definições dos “especialistas”, são grupos de trabalho organizados coletivamente através da cooperação entre os membros. Ricardo Antunes (1999) afirma que essas iniciativas servem como:

Um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais veem-se, então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social (ANTUNES, 1999, p. 113).

De acordo com os dados mapeados sobre a Economia Solidária no Brasil (IPEA, 2016), a maioria dos empreendimentos atua na área rural (54,8%), e na região Nordeste do país essa média é de 72%. Outro indicador importante refere-se à distribuição por gênero, que revela o predomínio de homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%), mas nos grupos informais a maioria são mulheres (63,2%). Assim, observa-se que:

As mulheres são majoritárias em várias iniciativas de economia solidária, tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sobre representadas. Essa observação indica que a economia solidária, que baseia a organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios (...) é atravessada por relações de gênero (HILLENKAMP et al., 2014, p.01).

Nesse sentido, além de descrever, classificar, rotular ou quantificar em dados esses fenômenos, é preciso recorrer a um modelo analítico que explique os processos que levam os indivíduos a participar desses espaços coletivos, quais os recursos sociais acionados e os significados dessa forma de engajamento no “movimento” de economia solidária, “como espaço coletivo de deliberação a respeito de questões comuns (...) e suas relações

com o poder público” (BEZERRA, 2009, p.50), através das entradas nos empreendimentos.

Para não cair nas explicações generalizantes, é importante pensar o engajamento como uma participação continuada em alguma organização, quando ocorre uma identificação “com as causas e os objetivos de uma determinada organização, que se constrói a partir dos quadros culturais dos atores, em uma ação inscrita em uma duração” (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p.192) e, além disso, “é necessário buscar a lógica e os condicionantes dos investimentos dos agentes que em nome delas (causas) falam, se relacionam, as modificam e substituem” (REIS, 2015, p.66).

Por esse ângulo, Silva e Ruskowski (2016) refletem sobre modelos explicativos de processos de engajamento através das contribuições de quatro perspectivas. A primeira é a *perspectiva disposicional*, que enfatiza as disposições incorporadas pelos indivíduos nos processos de socialização, o acúmulo de recursos em que baseiam suas práticas e interpretações sobre a realidade. A segunda é a *perspectiva identitária*, que está relacionada ao sentido da ação compartilhada nas interações cotidianas, pois participar de uma ação coletiva é um processo de identificação que produz congruência entre identidades individual e coletiva e que dá sentido ao agir comum, visto que “ é por intermédio do alinhamento identitário que os militantes passam a se identificar enquanto parte de um “nós” particular, cuja ação é orientada por sentidos e/ou molduras interpretativas compartilhados” (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p.217).

Em terceiro lugar está a *perspectiva relacional*, que “enfatiza a centralidade das inserções relacionais na estruturação dos atores e suas ações”, que é uma soma das abordagens interacionista das “carreiras militantes” e uma segunda abordagem referente as redes de relações sociais e suas estruturas relacionais e de significados, operando como círculos de reconhecimento por meio das interações comunicativas. Por fim, a *perspectiva retributiva* problematiza a ideia do engajamento como ação desinteressada voltada apenas ao comprometimento ideológico com a causa. Nessa perspectiva, existem as retribuições materiais, simbólicas, afetivas e emocionais, que recompensam o investimento no militância ou no engajamento, como resultados da ação.

De acordo com os autores, a partir do diálogo com essas diferentes perspectivas (disposicional, identitária, relacional e retributiva) é possível “decompor as condições e os mecanismos do processo de engajamento e, posteriormente, articulá-las na explicação de como tal processo hipoteticamente acontece” (p.210). Deve-se recorrer também ao mecanismo de *mediação*, para explicar “porque nem todos aqueles que possuem

trajetórias similares àquelas de indivíduos engajados apresentam como resultado o engajamento” (p.213), que serve como um mecanismo de vinculação e intermediação de relações entre atores ou locais. Nesse aspecto, os indivíduos estabelecem interações associativas e comunicativas, que constroem laços afetivos e emocionais importantes, além do alinhamento identitário e as retribuições como uma conexão estrutural do engajamento.

Assim, o exercício de pensar sobre os processos de engajamento de mulheres no movimento de economia solidária, através dos empreendimentos econômicos solidários, deve levar em consideração a dinamicidade e complexidade desses processos, “os vínculos e contatos construídos entre militantes, nas representações sobre as “causas” que justificam sua dedicação e nas (in)junções que os autorizam ao seu exercício” (REIS, 2015, p.66). A partir das reflexões e mecanismos propostos pela:

Análise das socializações prévias que constituem as disposições, os recursos e as capacidades dos indivíduos e que condicionam as oportunidades de contato e interação com as organizações, para, depois, analisar como os mecanismos de mediação, de interação associativa, de socialização militante, de conexão estrutural, de alinhamento identitário e de retribuição do engajamento relacionam-se na conformação dos processos de engajamento (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p.218).

Nesse processo de produção do conhecimento científico sobre o fenômeno da Economia Solidária, é importante buscar analisa-lo não como uma realidade dada, mas como uma realidade construída e transformada por seus agentes, numa abordagem interpretativa-compreensiva e relacional da realidade social. Ao considerar a interconexão entre indivíduos e sociedade em seus aspectos históricos e sociais específicos.

Como já mencionado, as mulheres encontram-se em situação de maior índice de intensificação de trabalho precarizado, em relação aos salários, a jornada de trabalho, as condições de trabalho, aos direitos, pois a “persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico” a mulher, através das atribuições de gênero, é fator que condiciona a participação na esfera de trabalho produtivo, no mercado de trabalho. Assim, “as políticas neoliberais do final do século XX atingiram fortemente as mulheres, que passaram a desenvolver atividades no setor informal, em relações de trabalho mais precárias” (GOHN, 2007, p.59) tendo que conjugar os papéis familiares e profissionais, fatores que sobrecarregam e determinam a posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho (BRUSCHINE, 2000, p. 19).

Desse modo, as construções sociais de gênero, raça e classe, que hierarquizam as relações de poder entre as pessoas, expressam-se em desigualdades através da divisão sexual do trabalho, nas atribuições do que é masculino e feminino, limitando a atuação e organização dessas mulheres. Porém:

Para lidar com essas condicionalidades, elas implementam lógicas econômicas, de princípios e valores com uma perspectiva de gênero. Suas atividades levam em consideração o cuidado com os outros, os vínculos sociais, a interdependência e a sustentabilidade. Essas atividades se desenvolvem muitas vezes na intersecção entre o domínio produtivo e o reprodutivo. As mulheres que realizam essas atividades se organizam geralmente em grupos ou tecendo redes nos seus territórios de vida (HILLENKAMP et al., 2014, p.11).

Assim, entre algumas ações coletivas que demonstram o protagonismo das mulheres, destaca-se a inserção das mulheres nestas experiências de economia solidária que, frente às dificuldades de conciliação da vida familiar e doméstica e a vida profissional, se auto organizam (através de clubes de mães, projetos comunitários, movimentos sociais) nas comunidades em que vivem, e buscam no trabalho coletivo uma alternativa ao desemprego e complementação da renda familiar.

3.2 O artesanato nos empreendimentos econômicos solidários no Maranhão.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários surgem como uma oportunidade de inclusão de pessoas que estão desempregadas e/ou na informalidade, como destaca Santos e Silva (2018, p.157):

Os Empreendimentos de Economia Solidária são considerados como toda e qualquer forma associativa que desenvolva a produção, venda e compra e considere as opiniões e participação de todos os membros de forma democrática. A junção dessas pessoas que se unem para atingir objetivos de cunho social, político e econômico pode ser expressa por vários tipos de organização. Esses EES podem ser especificados como sociedade mercantil, associações, cooperativas ou grupos informais de diversas áreas.

Esses grupos seguem princípios e é isso que os caracterizam como sendo de economia solidária, não necessariamente apenas a forma como se constituem, sendo eles: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da

diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente (FBES, 2007).

Segundo dados adquiridos, entre 2009 a 2013 em todo o Brasil, através do mapeamento da economia solidária no Brasil (IPEA, 2016), foram registrados 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Atlas Digital dos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), presentes em todas as regiões do país. Cerca de 1,4 milhão de sócios dedicavam-se a realizar diversas atividades econômicas nesses empreendimentos, destacando-se as categorias sociais dos artesãos (17,9%) e agricultores familiares (55,3%, 10.899 EESs). A região com maior concentração de EES de agricultores familiares é o Nordeste (70,7%).

As atividades ligadas ao artesanato foram mapeadas sobretudo nas áreas urbanas, entre os sócios, 104.278 trabalhavam em atividades artesanais e, desses, aproximadamente 4/5 (78,1%) eram mulheres (81.486 artesãs). A segunda categoria com maior número de mulheres é a de catadores de material reciclável (59,9%), seguida da agricultura familiar em que as mulheres representavam 38,0% do total de trabalhadores. Entre os EES dedicados às atividades de produção artesanal, quase 4/5 (78,9%) operavam em áreas urbanas e, desses, mais de 1/3 (38,8%) estavam em regiões metropolitanas e 26,0% nas capitais. Os EES com atuação marcadamente urbana estão, majoritariamente, na informalidade (mais de 2/3) (DIEESE, 2017).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários ligados a produção artesanal surgem, sobretudo, entre 2004 e 2013, período em que houve uma melhora econômica no país e o desenvolvimento de políticas públicas através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Contudo, a informalidade é um agravante para o desenvolvimento das relações de comercialização, pois dificulta o acesso a crédito e financiamentos, por exemplo. Nesse sentido:

As associações e cooperativas possuem uma grande importância para a comercialização dos produtos artesanais, ajudam os produtores a serem inseridos no mercado, além de capacitarem seus associados por meio de cursos disponibilizados por instituições parceiras e assistência técnica oriunda de organizações que realizam esse serviço (SANTOS et. al, 2018, p.159).

As atividades artesanais servem, muitas vezes, como extensão das atividades domésticas. Logo, muitas das mulheres praticam essa produção de forma individual, ou em associações ou grupos informais, que tendem a flexibilizar os horários e não exigirem dedicação exclusiva.

No Maranhão, de acordo com dados do Atlas Digital do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES do ano de 2013, as organizações coletivas formais (associações e cooperativas) totalizam o número de 838 empreendimentos econômicos solidários, não apenas de artesanato, mas de várias outras formas de trabalho. Destes 838, 651 localizam-se na área rural, 109 na área urbana e 78 em ambas. As principais atividades econômicas realizadas por esses empreendimentos são: consumo, uso de bens e serviços pelos sócios (62%); produção e/ou comercialização (33%), comercialização ou organização da comercialização (4%), prestação de serviços à terceiros (1%).

TABELA 1- Dados dos EES no Maranhão

Dados Gerais dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Maranhão							
Número de EES	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana e Rural	Número de sócios	Mulheres	Homens	Cor/raça dos EES %
838	109	651	78	65.112	32.161	32.951	61% parda 19% preta 4% branca 1% indígena 14% não responderam

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Elaboração da autora.

A maioria dos EES no MA se organizam através de associações (89%), seguidas de grupos informais (8%), cooperativas (3%) e sociedade mercantil (1%). Nota-se que a organização em associações deve-se ao fato desta ser menos “burocrática”, Diferentemente das cooperativas, “as associações não podem exercer atividade econômica, mas por serem formas jurídicas facilmente constituídas, com baixo custo de manutenção e número mínimo de membros para formação, torna-se a melhor escolha para a maioria dos grupos” (SANTOS et. al, 2018, p.161).

Para caracterizar o perfil dos empreendimentos, buscou-se perceber como ocorre a gestão, o acesso a ferramentas tecnológicas, o acesso a benefícios sociais e também a assessorias e capacitações. Quanto aos usos de computador 19% dos EES responderam ter acesso, e 81% não. Quanto ao uso da internet, 17% tem acesso e 83% não. Isso pode ser observado na fala da artesã Sâmia Matos, do grupo de Artesãos de São José de Ribamar, sobre as dificuldades de acesso e uso de tecnologias nos tempos atuais:

Agora, com essa pandemia, a gente tá vendendo muito pouco, a gente não tá quase nem vendendo. Mas para manter a associação não tá sendo fácil, viu? Estamos pagando energia, tendo muita despesa. Quem tá bancando sou eu e buscando ajuda. Em outubro tivemos a nossa única encomenda do ano para não fechar. O grupo desarticulou, temos muitas idosas, pessoas de risco. Passamos seis meses paradas. Não foi fácil. E agora tem muita gente vendendo on line. Pra gente aqui, não dá. Dá pra vender mais é roupa e bijuterias. A gente já colocou peças on line, mas não teve bom retorno. É muito complicado, por questões pessoais no dia a dia, a gente fica dependendo de internet, de ter alguém disponível que faça essas coisa on line, isso é custo e gasto. A gente não sabe, não tem habilidade no computador. Eu não gosto. A associação até tem computador e celular, mas a gente não sabe mexer. Sei muito pouco. Seu eu soubesse, Ave Maria! Eu faria, venderia. Mas pra gente ficar dependendo dos outros “fulano, faz isso pra mim, coloca na internet”, é muito complicado. É bom se a gente soubesse fazer. As reuniões tudo na internet, se presencial o povo já tem dificuldade de ir, assim é ruim que a gente nem participa (Artesã Sâmia Matos, novembro 2020).

Esses dados revelam dificuldades que os EES tem de obter tais ferramentas tecnológicas tão importantes no dia a dia, o que atrapalha na criação de novas possibilidades de contatos, comercialização, desenvolvimento de projetos etc, sobretudo no momento histórico em que o acesso e domínio dessas tecnologias se tornou fundamental para manutenção da comercialização e reuniões entre as pessoas.

Compreender quais as motivações para criação dos empreendimentos também é importante, pois possibilita um quadro geral da realidade desses trabalhadores no MA. 43% dos 838 EES responderam que a motivação para criação dos grupos foi a possibilidade de uma alternativa ao desemprego e também uma forma de fortalecer a comunidade local, 35% foram motivados pelo desejo de ter uma fonte de renda complementar e 23% por motivações religiosas e/ou filantrópicas. Essa relação das motivações é exposta na fala da artesã Sâmia Matos:

O que mantém o desejo de estar na associação não é o econômico por si só. Porque não dá pra sobreviver com o artesanato, ele dá mais para um complemento de renda, principalmente aqui na nossa região. O Maranhão é muito rico em artesanato, mas não tem como a gente viver totalmente do artesanato, se tivesse mais encomendas até que daria. No meu ponto de vista o trabalho na associação é mais um complemento de renda. A maioria das mulheres aqui não vivem daqui, elas são aposentadas pela idade ou são sustentadas pelos filhos e maridos. Além de complementar a renda, a gente vem porque gosta. Eu luto até hoje pela associação (Artesã Sâmia Matos, novembro de 2020).

Já em relação ao acesso a assessoria e capacitação, verifica-se que muitos EES tiveram assistência técnica (49%), qualificação profissional (41%), formações políticas (19%), assessoria para elaboração de projetos (14%), assessoria para formalização do grupo (12%), planejamento de viabilidade econômica (10%), assessoria para

comercialização (6%), assistência jurídica (5%) e incubação (1%). Esses apoios são de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades nos EES, pois contribuem para consolidação dos grupos, no que tange o aspecto de organização do trabalho, gestão e comercialização e a capacitação técnica. Através de ONG's, empresas privadas, Universidades, entre outros.

Quanto as instâncias de participação dos membros dos grupos e direção, 95% realizam assembleias e reuniões, sobretudo mensalmente (56%), 95% possuem uma coordenação, diretoria e conselho, e 5% se organizam através de grupos de trabalhos e comissões. Nesse sentido, é importante destacar que um dos princípios a ser respeitado, na Economia Solidária, a autogestão, tende a ser fator importante para os membros dos EES nos processos de participação e tomadas de decisões coletivas.

Como forma de fortalecer as atividades coletivas, destaca-se que 89% do EES no MA participam de outros movimentos sociais e 28% em fóruns e redes. Este dado é interessante, pois uma das variantes mencionadas como motivação da organização dos grupos provêm do desejo de melhoria nas condições de vida das comunidades e sentimento de engajamento, por meio dos movimentos e também através do engajamento filantrópico e religioso.

A formação de um empreendimento do ramo artesanal surge por diversos motivos, e os principais são: meio de sobrevivência e alternativa por falta de emprego 164 Um panorama dos Empreendimentos formal, complementação de renda devido as constantes crises e incerteza do trabalho e forma de fugir da submissão de padrões por meio da liberdade em fazer seus próprios horários (SANTOS et. al., p.164, 2018).

Desse total de empreendimentos no Maranhão, apenas 7% dos EES são de artesanato, aproximadamente 59 empreendimentos se autodeclaravam como categoria social de artesão. Esses são empreendimentos majoritariamente compostos por mulheres.

Observa-se que:

As mulheres são majoritárias em várias iniciativas de economia solidária, tanto em países do Norte quanto em países do Sul. Tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sobre representadas. Essa observação indica que a economia solidária, que baseia a organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios (...) é atravessada por relações de gênero (HILLENKAMP et al., 2014, p.01).

Nesse aspecto, quanto a caracterização do trabalho das mulheres pertencentes aos empreendimentos, destaca-se, de acordo com a varável que descreve a conciliação de tarefas entre o trabalho nos empreendimentos e o doméstico, que essas são atividades predominantemente destinadas às mulheres:

TABELA 2- Responsabilidade das tarefas domésticas

Por quais das seguintes atividades domésticas as mulheres são responsáveis em suas famílias	%
Limpar casa	74%
Cuidar dos filhos	71%
Acompanhar nas atividades escolares	67%
Manutenção doméstica	52%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Elaboração da autora.

Também é possível destacar que o trabalho das mulheres nos empreendimentos no Maranhão é visto como uma contribuição na renda da família, como pode ser visto na tabela a seguir:

TABELA 3- Renda das mulheres nos Empreendimentos Solidários no Maranhão

	%
É A ÚNICA FONTE DE RENDA NA FAMÍLIA	3%
É A MAIOR PARTE DA RENDA FAMILIAR	10%
É A MENOR PARTE DA RENDA FAMILIAR	15%
COMPÕE DE FORMA IGUAL A OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA	6%
NÃO SOUBE RESPONDER	42%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Elaboração da autora.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 2 e 3, observa-se que a maioria das mulheres nos empreendimentos não souberam responder sobre o impacto do seu trabalho na renda da família, e o trabalho doméstico e cuidado dos filhos como responsabilidade delas também é uma demanda que interfere no trabalho fora de casa. São empreendimentos marcadamente urbanos, atuando na informalidade, informalidade que também dificulta o processo de comercialização e obtenção de uma renda melhor.

Sobre as variáveis de comercialização e vendas, o EES no Maranhão apresentam fragilidades, como por exemplo: dificuldade para encontrar quantidade suficiente de clientes para comercializar, não haver sócios disponíveis para comercialização, não saber evitar “calotes”, preços praticados inadequados, dificuldade em manter a regularidade do fornecimento, falta de capital de giro, falta de registro legal para a comercialização, falta de registro sanitário e alvará, concorrência, atravessadores, monopólios, dificuldade e custo elevado de transporte, precariedade nas estradas para escoamento da produção, estrutura para comercialização inadequada, produtos não divulgados e não conhecidos.

Quando se refere ao destino dos produtos produzidos e aos espaços de comercialização:

TABELA 4- Destino dos produtos produzidos nos empreendimentos no Maranhão

DESTINO DOS PRODUTOS	%
VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR	86% de 279 EES
VENDA A REVENDEDORES/ATACADISTAS	45% de 279 EES
VENDA A ÓRGÃO GOVERNAMENTAL	17% de 279 EES
VENDA PARA EMPRESAS PRIVADAS	6% de 279 EES
VENDA PARA OUTROS EMPREENDIMENTOS	8% de 279 EES
TROCA COM OUTROS EMPREENDIMENTOS	4% de 279 EES

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Elaboração da autora.

TABELA 5- Espaços de comercialização nos empreendimentos no Maranhão

ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO	%
LOJAS E ESPAÇOS PRÓPRIOS	31%
ESPAÇOS DE VENDA COLETIVOS	13%
FEIRAS LIVRES	49%
FEIRAS E EXPOSIÇÕES EVENTUAIS	27%
FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLÓGICAS	29%
ENTREGA DIRETA À CLIENTES	73%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Elaboração da autora.

Esses dados mostram as variadas formas que os membros dos empreendimentos buscam para comercializar seus produtos. Para captar recursos financeiros, a gestão coletiva precisa ser bem organizada, a maioria dos empreendimentos são associações com

finalidade social e não econômica, que não praticam atividades econômicas, e por isso possuem também dificuldades em comercializar e atuar legalmente com fins lucrativos, conceder notas fiscais ou crédito em bancos, por exemplo. Nota-se também que a participação em espaços de venda coletivos ainda é muito tímida na realidade maranhense, o que revela a dificuldade dos empreendimentos em trabalharem através de centros ou redes. No entanto, vale destacar a presença do Centro de Comercialização Solidária, em São Luís, que atua deste modo, sendo, atualmente, uma referência de comercialização coletiva na economia solidária no Maranhão.

Quanto a origem da matéria prima dos produtos, destaca-se que 7% adquirem materiais de outros empreendimentos, 49% de empresas privadas, 56% dos próprios associados, 14% de produtores não sócios, 3% de instituições filantrópicas. Tais dados revelam que os empreendimentos embora não adquiram a de matéria prima entre eles, mas de outros locais, conseguem trabalhar em rede, através das organizações de feiras, das trocas de experiências em cursos e eventos conjuntos. As formas de trabalho em rede estão para além do processo produtivo e de comercialização em si, mas nas relações e parcerias realizadas entre eles em outras atividades também.

A problematização de tais categorias sociais como, representação, identidades e identificações, engajamentos, trazem à tona uma dimensão complexa de mecanismos de relações de poder e lutas para se impor definições legítimas sobre fenômenos do mundo social. É importante para pensar sobre os processos de identificação e engajamento em ações coletivas nos empreendimentos econômicos solidários, não sob o viés da auto evidência ou das prenoções, mas por meio da articulação de perspectivas que possibilitem a investigação das estratégias e condicionantes sociais e históricas específicas, a partir da investigação de trajetórias em determinados contextos, das teias de interdependência formadas, o que possibilitará o desvelamento dessas relações.

Assim, também é importante destacar que 18 de 838 empreendimentos conseguiram pagar despesas e ter uma sobra excedente como resultado da atividade econômica no grupo, 21% pagaram as despesas e não tiveram sobras, 15% não conseguiram pagar as despesas. Pode-se observar que o resultado financeiro nos empreendimentos demonstram que apesar de contribuir com os sócios e também com a manutenção do empreendimento, os ganhos não são suficientes para satisfazer as necessidades dos associados, servindo como uma complementação de renda.

Como principais conquistas os empreendimentos econômicos solidários no Maranhão, destacam-se: conquistas para a comunidade local (65% de 838

empreendimentos), integração do grupo (56% de 838 empreendimentos), autogestão e exercício da democracia (33% de 838 empreendimentos), comprometimento social dos sócios (25% de 838 empreendimentos), geração de renda (23% de 838 empreendimentos), conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores e outras lutas sociais (18% de 838 empreendimentos). Como principais desafios destacam-se: viabilizar economicamente o empreendimento (78%), gerar renda adequada aos sócios (68%), garantir proteção social para os sócios (54%), efetivar a participação e a autogestão (45%), alcançar a politização dos sócios (51%), alcançar maior conscientização ambiental nos sócios (42%), promover a articulação com outros empreendimentos e movimento de economia solidária (47%), manter a união do grupo (53%). Pode-se notar que os empreendimentos valorizam as ações coletivas que trazem melhorias às comunidades nas quais estão inseridos, materiais e simbólicas, contudo ainda há dificuldades para que os empreendimentos gerem renda suficiente para os sócios, e que muitos desses grupos possuem baixo nível de sustentabilidade financeira, por isso também a importância das entidades de apoio com assessorias técnicas e jurídicas, de leis de incentivo do Estado, ou de outras instituições, além do fortalecimento de redes e da coletividade entre os próprios empreendimentos.

Após esse breve esboço com base nos dados levantados no mapeamento dos empreendimentos no Maranhão, e conhecer um pouco mais sobre essas realidades, destacaremos, a seguir, experiências de trabalhadoras artesãs, através de pesquisa de campo, para refutar e/ou ampliar as considerações levantadas aqui. Assim, tais experiências tratam do “saber fazer”, das subjetividades e criação de vínculos e valores, ao analisar as condições econômicas e culturais que constroem as disposições econômicas das artesãs nos empreendimentos econômicos solidários, “de suas preferências, de seus gostos, de suas necessidades ou de suas aptidões” (BOURDIEU, 2005, p.18), o seu “mundo da vida”.

04 ARTESANATO E A PRODUÇÃO DE VÍNCULOS SOCIOCULTURAIS: o trabalho associado de mulheres artesãs maranhenses.

Ao pesquisar a temática das relações de produção e ação coletiva de grupos de mulheres artesãs na região metropolitana de São Luís, considera-se o “mundo da vida” cotidiano no qual essas relações de trabalho e sociabilidades se encontram. Tal perspectiva nos remete às palavras de Schutz (2012), que caracteriza o mundo da vida como “o mundo intersubjetivo que já existia muito antes do nosso nascimento, que já foi experimentado e interpretado por outros, nossos antecessores, como um mundo organizado” (p.84). Nessa perspectiva, cabe reconhecer que na ação do trabalho existem relações intersubjetivas específicas entre os sujeitos que dela participam, um acervo de conhecimento adquirido cotidianamente.

Destarte, a realidade da vida cotidiana, que existe independente da nossa vontade, é construída através de uma diversidade de fatores decorrentes da ação humana. Ao tomarmos esta realidade como objeto de nossas análises sociológicas, podemos “tomar como dados os fenômenos particulares dentro dela, sem maiores indagações sobre os fundamentos dessa realidade” (BERGER & LUCKMANN, 2014, p. 35-36), ou nos indagarmos sobre como esses processos são construídos, por meio da “análise da construção social da realidade” (BERGER & LUCKMANN, 2014, p.14). Dentre as diversas realidades possíveis, a da vida cotidiana se impõe:

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” do meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco da minha atenção à realidade da vida cotidiana (...). A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. Essa zona contém o mundo que se acha ao meu alcance, o mundo em que atuo a fim de modificar a realidade dele, ou o mundo em que trabalho. Neste mundo do trabalho minha consciência é dominada pelo motivo pragmático, isto é, minha atenção a esse mundo é principalmente determinada por aquilo que estou fazendo, fiz ou planejo fazer nele (BERGER, LUCKMANN, 2014, p.38- 39).

Assim, segundo Berger e Luckmann (2014), a significação dos objetos inseridos nessa dimensão da vida e do trabalho é mediada pela linguagem, pelos discursos, que ao ser compartilhada através das interações cria significados e dá sentido as relações cotidianas. A realidade vai sendo construída, através da interação e comunicação, pois a

linguagem ultrapassa fronteiras e torna-se responsável por uma forma de representação simbólica dessa realidade. E ao analisar sistemas de representações e como os significados são produzidos:

É necessário analisar a relação entre cultura e significado. Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições de sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior (SILVA, 2000, p.17).

Nesse sentido, para lidar com nossos diversos mundos e dar sentido as nossas experiências (do trabalho, da família, dos estudos, dos grupos de amigos etc.) armazenamos repertórios, conhecimentos comuns compartilhados nas interações cotidianas, tipificações que dão sentido as ações e relações do dia a dia. Nessa perspectiva, o trabalho associativo de mulheres, enquanto ação coletiva de trabalho com características e sentidos próprios, revela experiências de comunicação e interação por incorporações de tipificações objetivas e subjetivas dos atores inseridos nessas realidades cotidianas socialmente construídas.

E assim, para analisar qualitativamente as questões que esta pesquisa propôs (compreender o contexto de formação e organização de práticas de trabalho coletivo realizado por mulheres em situação de exclusão do trabalho formal e o significado do trabalho realizado por elas), faz-se importante compreender as dinâmicas nas quais as artesãs se inscrevem, as relações de trabalho e os papéis sociais que exercem, através das trajetórias de socialização¹⁸ imbricadas nesse processo. E, nesse aspecto, o gênero é uma categoria útil de análise por possibilitar entender melhor os papéis atribuídos e as relações de poder contidas cotidianamente nessas relações sociais.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar as falas coletadas dos sujeitos participantes desta pesquisa durante as observações em campo, a fim de compreender quais os significados e motivações dos trabalhos realizados por elas e como se organizam no ambiente sócio cultural, o “mundo da vida”, no qual inserem-se.

Assim, com intuito de encontrar os sentidos contidos nos materiais coletados e interpretá-los, a investigação buscou conjugar teoria e prática num exercício constante e processual do pensar cientificamente, reaprendendo a olhar, ouvir, escrever, questionar.

¹⁸ Por socialização entende-se o processo de criação de identidades nos indivíduos, por meio de instrumentos de interação social que permitem aos indivíduos apreenderem normas e valores sociais. Nesse processo vão sendo construídos sentidos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Processo iniciado na infância, no microcosmo familiar, e que perdura por toda a vida do sujeito (BERGER&LUCKMANN, 2014).

Nesse sentido, a construção do conhecimento só é possível se realizarmos a prática da abstração e evitarmos os problemas propiciados pelos obstáculos epistemológicos. Configura-se como obstáculo toda experiência que se pretende concretizar real, natural e imediata, pois, segundo o autor, a experiência científica é plural, deve sempre se reconstruir. É preciso ultrapassar as aparências, não se acomodar com as respostas prontas, mas questionar a realidade dada, pois “para o conhecimento científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (BACHELARD, 1996, p.18).

Para isso, faz-se importante analisar as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo, no contexto da interação e interconexão da prática das trabalhadoras artesãs, desenvolvidas através dos processos de reflexividade e racionalização da ação, ou seja, através da capacidade de criação orientada por razões e interesses diversos, pois o artesão é um agente intencional, a intenção é “um ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho” (GIDDENS, 1989, p. 8), no contexto de suas vivências cotidianas. Essa prática laboral, neste aspecto, recebe influência do meio no qual o trabalhador está inserido, através das interações.

A organização desse trabalho depende de uma prática planejada dentro dessas estruturas sociais nas quais se situam, a ação do “fazer” artesanato cria a especificidade de cada estilo laboral, apresentando aspectos da influência do meio (da família, dos saberes adquiridos, das tradições, das memórias, do processo cultural local) e também da individualidade de cada artesão, das trajetórias biográficas, das construções de identidades. Essas múltiplas interconexões, entre os agentes e a estrutura social, criam as identidades, os estilos, as práticas e ofícios legitimados pela sociedade contemporânea, tendo em vista que o indivíduo não está isolado, ou simplesmente conformado às normas preestabelecidas nos espaços sociais dos quais faz parte, nos circuitos sociais reconhecidos, pois existem configurações históricas que estruturam as ações dos indivíduos e modelam seus comportamentos num sistema de interdependências.

E é essa relação com uma pluralidade de pessoas interdependentes numa rede, compreendendo que “o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas” (ELIAS, 1994, p.26), que cada indivíduo se transforma num ser mais complexo, mas que difere de acordo com os diferentes períodos históricos e tipos de sociedade. Para isso, é necessário pensar

indivíduo e a sociedade relacionalmente, trabalhar com a interconexão dessas categorias.

Nesse sentido, existe uma:

Interdependência das funções sociais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de ato, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa, está presa por viver em permanente dependência funcional de outros; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são laços na cadeia que a prendem (ELIAS, 1994, p.23).

Da interdependência entre as pessoas surgem também os sentidos dos trabalhos realizados pelos artesãos, moldados pelo curso das transformações históricas e a interconexão entre as diferentes dimensões da realidade nas quais se inserem (ELIAS, 1993)¹⁹, o sentido dessa prática laboral, entendida como uma ação social, subjetiva, está moldada também pelo olhar do “outro”. Entender os sentidos, os motivos, as intenções, os interesses por traz dessas ações subjetivas e também profissionais, dessas práticas, é importante, sendo que ação aqui é entendida, segundo conceito weberiano:

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso (WEBER, 2012, p.03).

¹⁹ Norbert Elias (1993) recontextualiza a discussão entre ação individual e estrutura social, afirmando que não existe dicotomia entre indivíduo e sociedade. Também reivindica o domínio e método próprios da Sociologia, buscando desvinculá-la das ciências naturais. Elabora conceitualizações de categorias processuais de longo prazo, através da análise das relações sociais ocorridas entre sociedades (guerreira, feudal, absolutista, burguesa), mostrando as correspondências e transformações sociais e alterações nas estruturas psicológicas dos indivíduos dessas sociedades. Assim, relaciona a reflexão epistemológica das Ciências Sociais com os processos de civilização, distanciamento, alienação, que caracterizam as sociedades ocidentais. A sociedade, para Elias, é constituída por uma rede de funções interdependentes, intangíveis, mutáveis e plásticas. A partir desses estudos de caso, são expostas as interconexões entre conceitos de autonomia, dependência e autocontrole, tentando demonstrar que quanto mais complexas as relações, mais os indivíduos vão se adaptando e incorporando as regras e as instituições. Essa mudança de conduta dos sentimentos não é intencional ou planejada pelo indivíduo, mas segue uma ordem, uma conformidade. Nesse sentido, Elias elabora noções processuais, enfatizando que o sociólogo deve se ocupar dessas transmissões de conhecimento, acumulativos, através de padrões nos contínuos das relações históricas. Conseguir problematizar sobre essas questões é o que pode permitir a autonomia da produção científica nas Ciências Sociais segundo o autor.

Sendo que os sentidos dessas ações, para Weber (2012), podem ser motivados por questões racionais, tradicionais ou afetivas²⁰. A ação racional com relação a fins, o indivíduo pensa numa determinada situação antes de agir, planejando e avaliando os meios e consequências. A ação racional com relação a valores funda-se em crenças em causas, sentimentos, deveres, missões, sem que as consequências sejam premeditadas. Já na ação afetiva, os indivíduos agem estimulados pela satisfação de seus próprios desejos, guiados por sentimentos de qualquer ordem, por paixões momentâneas. E, por fim, a ação tradicional está baseada em costumes cristalizados, habituais, cotidianos. Cabe destacar que esses modelos de ação classificados por Weber não se encontram de forma pura, mas muitas vezes inter-relacionados. Assim, esses tipos de ações são “tipos ideais”, construções teóricas utilizadas pelo sociólogo como instrumento metodológico de análise da realidade social.

Assim, os sentidos das ações laborais das artesãs, considerando a diversidade de subjetividades de cada uma, trazem respostas diferentes quanto a afirmação identitária de cada uma.

Neste sentido, para fazer esta análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as integrantes da Associação de Artesãos de São José de Ribamar (AASJR) e com as artesãs da Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio, a observação em campo durante o segundo semestre do ano de 2019 e visitas a artesãs no segundo semestre de 2020. As questões levantadas²¹ nas entrevistas versaram sobre o histórico e organização do grupo, a história de vida da mulher trabalhadora,

²⁰ Max Weber agrupou as ações individuais em quatro tipos, a saber: “1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como o sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religiosos ou qualquer que seja a sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional; por costume arraigado” (WEBER, 2012, p.15). Assim, esses tipos de ações são “tipos ideais”, construções teóricas utilizadas pelo sociólogo como instrumento metodológico de análise da realidade social, Ou seja, os tipos ideais são construções mentais da realidade, são aspectos selecionados e enfatizados pelo pesquisador, ideias que não reproduzem a realidade como de fato ela é em si mesma, mas servem para dar vida ao objeto de estudo, para classificar, comparar, generalizar e/ou explicar fenômenos históricos variados. Weber (2012, p.18) propõe analisarmos as sociedades e as formas de ação social a partir da análise de regularidades dessas ações. Neste aspecto, a proposta da análise weberiana é tornar compreensível a ação social dos indivíduos e suas relações sociais, que consistem na possibilidade de que as ações sejam dotadas de sentido numa perspectiva de reciprocidade coletiva. Assim, para Weber, os costumes, ordens legítimas, regras e normas estão internalizadas nos indivíduos, os fazendo escolher determinadas condutas de acordo com as diferentes situações.

²¹ Vide roteiro de entrevistas no apêndice.

práticas pessoais e coletivas nos grupos e na comunidade. Foram entrevistadas 02 artesãs da AASJR e 02 artesãs do Rio Grande²².

4.1 Associação de Artesãos de São José de Ribamar (AASJR): histórico, organização e as representações sociais do trabalho artesanal.

O trabalho coletivo em associações e cooperativas, pautado nos princípios de empreendedorismo, solidariedade e autogestão, pode significar uma alternativa de organização das trabalhadoras frente à situação de desemprego e precariedade crescente no mundo do trabalho contemporâneo e, paralelamente, a criação de vínculos sociais, do cuidado com o outro e da valorização da autonomia das mulheres. Segundo Gaiger (2009, p.181) o trabalho associado caracteriza-se por ser promovido por membros de um grupo quando estabelecem entre si vínculos de reciprocidade e cooperação que valorizam “o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram”. Como ressalta Keller (2014, p. 340), o trabalho organizado de forma associativa ou cooperativa se configura como uma alternativa positiva de desenvolvimento do artesão:

A formação de uma associação ou de uma cooperativa potencialmente traz vantagens para o artesão isolado. Índícios de pesquisa apontam que as cooperativas de artesãs desempenham papel de destaque nos termos de referência das políticas de fomento, sendo uma exigência legal que a promoção de ações de fomento seja direcionada para associação ou cooperativa de artesãos e não para o artesão individual.

E foi através de uma interferência de ação de fomento ao artesanato, por meio de uma entidade privada, que os primeiros passos da Associação dos Artesãos de São José de Ribamar – AASJR foram dados. A AASJR está localizada no município de São José de Ribamar, cidade balneária, que fica a cerca de 32 quilômetros de distância do centro da capital maranhense, com população estimada de 177.687 pessoas (IBGE, 2019), pertence a região metropolitana de São Luís. A cidade tem o turismo religioso como principal atração e no mês de setembro é comemorado o festejo de São José de Ribamar, em que centenas deromeiros e visitantes vão a cidade, que também é uma das principais cidades religiosas do Nordeste, homenagear o santo padroeiro. A igreja da cidade foi

²² O uso dos nomes próprios citados no texto foi autorizado, verbalmente, pelas artesãs.

construída de frente para o mar em proteção aos pescadores, e outra atração é a estátua do santo, a terceira maior do Brasil, com 17,5 metros.

E é nesse cenário de devoção que surgem as inspirações dos trabalhos das artesãs da Associação dos Artesãos de São José de Ribamar. Inicialmente, nos anos 2000, os trabalhos das artesãs começaram de forma coletiva, através de um curso ofertado pelo SEBRAE em parceria com a prefeitura. O curso objetivava incentivar a geração de emprego e renda, destinado a aprendizagem de artefatos de argila, feito a partir de moldes de gesso (como imãs de geladeira, vasos para plantas e objetos de personagens de desenhos infantis, como o “Pato Donald”).

A associação foi formalizada em 04 de abril de 2000, por um grupo inicial de 33 artesãos, participantes do curso oferecido na comunidade. A artesã Sâmia Matos, 51 anos, fundadora da AASJR, relata que a ideia de possibilitar a melhoria das condições de vida das pessoas da/na comunidade, através do trabalho com o artesanato, foi a principal motivação para a criação do grupo. Ela soube da ideia do curso por meio de uma amiga de bairro que a avisou e convidou:

Essa amiga minha me convidou para participar deste curso, lá na prefeitura, e eu fui. Nessa época, o professor que dava a oficina pra gente perguntou e informou se a gente não queria fazer uma associação. Aí o grupo, todo mundo, queria fazer: “então vambora fazer!” (...). Começou a organização, nessa época tinha 33 associados quando a gente começou (...), e tinha uma amiga de nosso grupo que ela mesmo fez uma associação primeiro, aí como ela tinha outras pessoas que não era artesão, mas que poderia participar, ela eliminou. E a gente, de outro grupo, eu e outras duas amigas minha, disse que não ia participar dessa associação, que a gente ia fazer outra. Aí a gente montou outra associação e botou todo mundo que tava lá no curso, aí que fundou a associação (Artesã Samia Matos, Outubro 2019).

A partir do curso inicial, ofertado na comunidade por uma instituição de fomento ao artesanato no Maranhão, surgiu um coletivo de artesãos anterior a atual associação, um grupo que não incluía todos os aprendizes. E a partir da ideia de incluir todos que manifestassem interesse em trabalhar coletivamente, as mulheres da comunidade formaram uma outra associação, a atual AASJR.

Segundo relatos das artesãs entrevistadas, uma das dificuldades iniciais para o funcionamento da associação estava relacionado a limitação em relação aos tipos e variedades de produtos artesanais e as técnicas de produção “ultrapassadas” e sem “identidade” produzidos pelos integrantes. Os artesanatos não tinham uma característica definida, algo que representasse a cultura local ribamareense ou os interesses dos próprios artesãos. Os produtos não eram atrativos aos consumidores e turistas que visitavam a

cidade. Isso foi uma dificuldade, pois gerou desmotivação, pela falta de reconhecimento do trabalho como algo de valor e pela falta de remuneração, tendo em vista que não conseguiam comercializar satisfatoriamente os produtos.

Nessa época, dos 33 associados inicialmente, somente 15 artesãs permaneceram. Como a associação não gerava renda para manutenção das despesas e partilha entre os membros, muitas precisaram sair para tentar outras atividades e trabalhos que garantissem o sustento próprio e das famílias. A artesã Sâmia Matos conta que estava triste com a situação, mas buscou ajuda para que “o sonho do trabalho com a arte e em associação” não acabasse. Através de contatos com instituições de fomento ao artesanato no estado, buscou alternativas de manutenção e melhoramento da produção, alternativas de formas de gestão, estratégias para comercialização, contatos com outros empreendimentos.

As artesãs utilizavam matéria prima vinda de outros municípios, e uma mudança estratégica ocorreu quando decidiram mudar o fornecedor da argila, pois a que utilizavam era de baixa qualidade, segundo estudos realizados pelo antigo Centro Tecnológico do Maranhão (CEEFTMA) (atualmente Instituto Federal do MA). Outro ponto importante na história do grupo foi a entrada da mestra-artesã, Maria Isabel Mendes Matos, que trabalhava no SEBRAE/MA, e com ela a possibilidade de novas orientações e processos de produção ocorreram. Primeiro, por meio da aprendizagem do preparo e tratamento da argila, depois na percepção da identidade dos produtos no que tange a técnica (deixaram de utilizar as formas engessadas e passaram a trabalhar com a modelagem, ou o uso da “mão-livre”) utilizada e a valorização da cultura do município no processo de criação das peças que passaram a ser modeladas manualmente.

Desde o início, a associação foi composta majoritariamente por mulheres oriundas da área rural e urbana da cidade, em sua maioria donas de casa, ou “do lar”, domésticas, que buscavam no artesanato uma oportunidade de melhoria de vida e renda, e dedicaram-se ao aprendizado da modelagem do artesanato em cerâmica. Sendo que a maioria delas também sabiam e produziam outros tipos de artesanatos e trabalhos manuais, como enfatiza artesã:

Exatamente. Só tinha um homem que, ele fazia chapéu, trabalhava muito bem chapéu, só tinha um homem na associação. A associação era pra tudo e pra todos, mas infelizmente só tinha um homem... aí, depois que a gente começou, e fez a nova associação, teve dois homens. O outro que era o tesoureiro (...). Sempre só cerâmica, mas todo mundo na área fazia, não só cerâmica, vários tipos de produtos. Só quando a gente ia pra feira que era obrigado, todo mundo, levar as peças de cerâmica da associação (Artesã Sâmia Matos, Outubro 2019).

Os associados passaram a se dedicar mais as atividades do grupo, e a coordenadora da associação, na época Sâmia Matos, ressalta que foi uma fase em que se dedicavam exclusivamente para a associação, fazendo e refazendo as peças, treinando, participando de cursos e oficinas de aperfeiçoamento e principalmente, aqueles voltados a gestão financeira (custos de produção, controle de despesas, controle das vendas, dos lucros, formação de preços etc), diagnósticos participativos. A definição da produção e divisão de tarefas, metas de produção semanal e mensal, tudo isso foi aprendido nesses cursos e capacitações, principalmente através dos que eram oferecidos pelo SEBRAE:

O SEBRAE entrou em 2004 com a gente e ficou até 2013, bastante tempo. Passou 10 anos aí! Então, em 2004, que ele começou a fazer essa formação, trazer o foco, mostrar o que a gente devia fazer: virar designer, gestor, tudo isso... formação de preço, tudo isso, né?! (Artesã Sâmia Matos, Outubro 2019).

Com o passar dos anos, a AASJR conseguiu comprar, através de projetos e apoios de instituições de fomento, a sede definitiva, que possui espaços para produção (duas salas amplas, sala de fornos, sala para depósito de materiais), um banheiro, cozinha, e uma loja para comercialização. Além de possuírem equipamentos modernos (fornos, mesas, cadeiras, computadores).

O grupo já participou de várias mostras, exposições e receberam prêmios, como o “Cultura e Arte em Ribamar” (promovido pelo Banco do Nordeste – Programa BNB da Cultura, em parceria com o SEBRAE e a Prefeitura, em que foi contemplado com o patrocínio de dez mil reais, em 2009) e o “Prêmio Sebrae TOP 100 de Artesanato”, edição 2012 (que tinha como objetivo reconhecer e valorizar o trabalho realizado por artesãos de todo o País, selecionando as 100 unidades produtivas mais competitivas e publicando os trabalhos num catálogo).

FIGURA 2- Catálogo SEBRAE TOP 100 de artesanato 3ª edição, com produtos da AASJR

3ª EDIÇÃO
PRÊMIO SEBRAE
TOP 100
DE ARTESANATO

AASJR
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA
Tel.: (98) 3224-1299 | Cel.: (98) 8843-5026
e-mail: aasjribamar@gmail.com

A associação teve início com uma visão de oportunidade de renda por meio da comercialização de produtos de cerâmica. Como forma de melhorar a comercialização, as artesãs mudaram a técnica de produção para a modelagem manual e fizeram a inserção da cultura local na criação das peças, abrangendo a religiosidade e as manifestações populares. Atualmente, a associação possui 20 artesãs trabalhando, criando e reinventando o artesanato em cerâmica, fazendo surgir da argila arte.

Namoradeira
Matéria-prima principal: Cerâmica
Técnica: Modelagem/pintura a frio
Dimensões: 22cm x 17cm x 13cm
Peso: 800g
Produção mensal: 20 peças

Canoa Oleiro
Matéria-prima principal: Cerâmica
Técnica: Modelagem/pintura a frio
Dimensões: 25cm x 11cm x 24cm
Peso: 1,150g
Produção mensal: 20 peças

Pescador com Rede e Copo
Matéria-prima principal: Cerâmica
Técnica: Modelagem/pintura a frio
Dimensões: 26cm x 15cm x 11cm
Peso: 1,150g
Produção mensal: 20 peças

VOLTAR AO SUMÁRIO

Fonte: Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato, 3ª edição (SEBRAE, 2013).

Realizaram projetos diversos como: “Artesanato em Cerâmica de Ribamar” (no valor de R\$ 20.000,00, Patrocinado pela Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (SETRES) em parceria com o SEBRAE, tinha como objetivo a capacitação e compras de materiais para as associadas, entre 2008 e 2009); “Mãos que Constroem” (no valor de R\$ 25.000,00 – Patrocínio: Programa Caixa de Apoio ao Artesanato Brasileiro, o projeto oportunizou a melhoria do espaço físico da sede e a compra de maquinários, em 2011); “Mãos que Educam e Constroem” (no valor de R\$ 17.500,00, patrocinado pelo Programa Mais Cultura Microprojetos – Amazônia Legal (MINC/FUNARTE), o projeto ofertou oficinas para 03 turmas do curso Empreendedorismo Cultural - Produção Artesanal em Cerâmica, realizado em 2010).

Executaram também o “Arte com as Mãos: Sustentabilidade com Criatividade” (que objetivava divulgar o trabalho da AASJR no espaço físico do Parque Botânico da VALE, tendo como parceiros a VALE e SEBRAE/MA, realizado em 2012); “Navegando 400 Anos de Cultura” (exposição realizada no espaço cultural do Tribunal Regional do

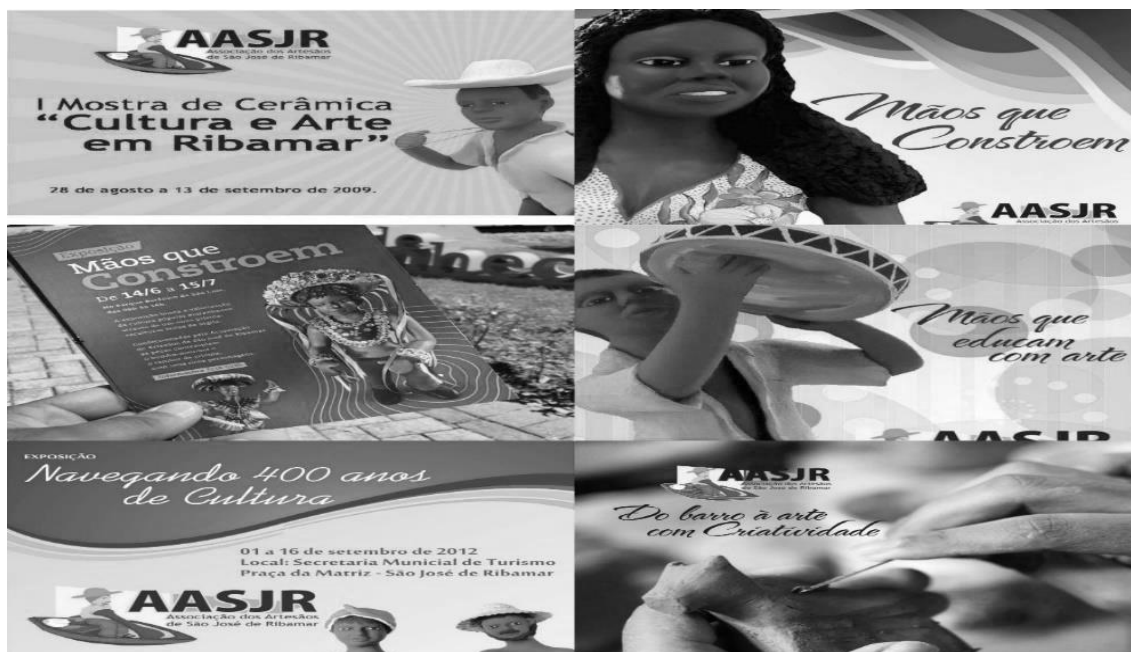
Trabalho (TRT) e na Secretaria de Turismo de São José de Ribamar, teve como parceiros o TRT, SEBRAE/MA e Prefeitura de São Luís, realizado em 2012).

Receberam outros prêmios, como o “Prêmio Economia Criativa - Gestão de Empreendimentos e Negócios Criativos”, em reconhecimento aos trabalhos realizados pela AASJR, no valor de R\$ 23.000,00, patrocinado pelo MINC/FUNARTE-Economia Criativa em parceria com o SEBRAE/MA, realizado em dezembro de 2012.

Executaram o projeto cultural “Um Olhar Em Ribamar” (tinha como objetivo criar cartões postais e camisetas símbolos da cidade, realizado em setembro de 2013) e o projeto “Do Barro à Arte com Criatividade”, que objetivou a melhoria da produção, através de investimentos na estrutura física da sede, e em oficinas de novas linhas de produção de souvenirs, no valor de R\$ 32.000,00, patrocinado pelo “Programa Caixa de Apoio ao Artesanato Brasileiro – CEF”, Edição 2013, em parceria com o SEBRAE/MA, realizado em 2014.

O grupo também participou das reuniões junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária, estando presentes em diversas ações e contemplados com projetos e atividades, através da SETRES. Cabe ressaltar que a rede de parceiros ao longo da história da AASJR foi intensificada, como acima destacado: o SEBRAE/MA, a Prefeitura de São José de Ribamar, o antigo Ministério da Cultura (MINC), a FUNARTE, a VALE, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a UFMA, o UNICEUMA, o INFET/MA, a Secretaria de Trabalho e Economia Solidária do Estado (SETRES/MA) e o SINDUSCON entre outros.

FIGURA 3 –Montagem imagens de divulgações de ações e projetos desenvolvidos na AASJR



Fonte: Arquivo da Associação de Artesãos de São José de Ribamar

A associação foi se organizando e tendo assessoria durante todo esse processo:

Hoje em dia temos caderno de ponto, por exemplo. Desde quando começou, com o SEBRAE, a gente começou a fazer caderninho de ponto. Tem as metas da produção, de horário, de quinze, vinte ou trinta dias para produção. Tudo isso tem e a gente fica tudo organizado nessa parte. Tem a quantidade de peças, já dali fazia a formação de preço. Depois da produção pronta, a gente fazia a formação de preço, tudo isso (Artesã Prudência, Outubro de 2019).

Em relação aos processos e estratégias de comercialização as artesãs afirmam que:

Comercializamos principalmente aqui na loja de Ribamar, na Paróquia. O SEBRAE deixou a gente com as lojas de Alcântara, a gente vende em Alcântara. Todos os grupos do SEBRAE vende nas lojas de Alcântara. Vende aqui em Ribamar, a gente tem dois clientes em São Luís e no CRESOL, no CEPRAMA a gente não tem (Artesã Prudência, Outubro 2019).

A associação, como personalidade jurídica, organiza-se através da distribuição de cargos formais entre as associadas (presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, suplentes etc.), porém, segundo as entrevistadas, as decisões e deliberações são coletivas. As associadas realizam todo o trabalho de produção na sede da AASJR, e cumprem horários e metas estabelecidas em conjunto. Contudo, a produção é individual, cada artesã ganha de acordo com a quantidade de peças que produz e vende, sendo que nas feiras e locais de vendas, todos os artesanatos, de todas as artesãs, são expostos e comercializados.

Uma porcentagem do valor monetário do artesanato vendido é repassado para a manutenção das despesas coletivas na associação:

A nossa associação é assim: tudo que a gente produz é do artesão, o artesão tira vinte por cento pra associação, pra comprar material, pra pagar luz, água, toda a manutenção do espaço. Tudo vinte por cento. E os oitenta por cento fica pro artesão. E todo mundo trabalha individual e vende coletivo. Entendeu? Por que aí, divide a produção. É, divide, ó: fica três peças pra ti, três pra um, três pra outro... aí, na comercialização da mesma forma, tudo é decidido e tudo é dividido (Artesã Sâmia Matos, Outubro de 2019).

Na imagem a seguir encontram-se algumas informações importantes sobre o processo da cadeia produtiva e organização do grupo:

QUADRO 1- Cadeia Produtiva do artesanato em cerâmica da AASJR

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – A.A.S.J.R. CADEIA PRODUTIVA DO ARTESANATO EM CERÂMICA:		
AQUISIÇÃO DE INSUMOS		
DETALHAMENTO		PONTOS CHAVES
MATÉRIA-PRIMA Argila Gesso / Água/ Tintas Filtro / Purpurina / Paetê / Ráfia Fio de Nylon / Folha de Isopor Cola / Fósforo Vaselina / Dissolvente Querosene / Álcool Prego / Taxinha Papel de Caixa / Papelão Compensado/Madeira Molduras / Palito de Picolé Sacolas	EQUIPAMENTOS Balança Forno Torno Batedor de Argila Pincel Espátula Cavador Régua / Estilete / Agulha Escova / Serrote / Martelo Balde / Bacias Formas	Armazenagem da Matéria-prima Fornecedores de Matéria-prima Qualidade da Matéria-prima Tipos e qualidade dos equipamentos: Forno, Batedor de Argila e Torno.
PRODUÇÃO		
DETALHAMENTO		PONTOS CHAVES
ETAPAS DE PRODUÇÃO Preparação da Argila - Bater / Limpar Modelagem ou Prensagem (forma) Acabamento / Acabamento - Escovamento da Peça Queima da Peça Pintura Montagem		Horas dedicadas a produção (compromisso profissional - produtividade) Qualidade final das Peças Embalagem / Armazenagem das peças A marca/etiqueta do produto.
COMERCIALIZAÇÃO		
DETALHAMENTO		PONTOS CHAVES
Venda direta na Tenda da Associação – Praça de Ribamar Parcerias com lojas de artesanato; Paróquia, Alcântara, ASSEMA, Casa do Maranhão, Cohatrac e IDAM Atendimento de Encomendas Participação em Feiras e eventos Exposição em Hotéis e Pousadas Exposição em Restaurantes e Universidades		Controle dos Custos de Produção das Peças Definição do Preço de Venda das Peças Comissão da Associação – taxa definida no regimento interno (5%) Comissão de vendas (parcerias com lojas) Utilização da marca/etiqueta do produto Embalagem dos produtos

Fonte: Arquivo da Associação de Artesãos de São José de Ribamar.

Atualmente, a associação é composta por 09 trabalhadoras associadas (Sâmia, Joana, Prudência, Lisiane, Nasaré, Silvia, Concé, Carol e Sandra). Nos relatos das artesãs entrevistadas observa-se que muitas das associadas que saíram ao longo do tempo declararam como fatores de desistência: mudança de bairro, acesso a outras formas de renda e a consequente falta de tempo para a associação, trabalho de casa e cuidado dos filhos e marido como empecilho, e o fator da idade das artesãs e a consequente

somatização de problemas de saúde e locomoção até a sede da AASJR. Realidade observada pela artesã D. Nêga, quando relata que “ a metade saiu, atualmente estamos só com sete, oito pessoas, que tem duas pessoas que estão doente. Somos sete pessoas. Todas vêm e fazem a produção, tudo que associação tem é da associação, todo material”. Atualmente a sede do grupo conta com sala de produção, almoxarifado, cozinha, banheiro e salão para comercialização. A associação não está executando nenhum projeto específico, com patrocínios.

As associadas identificam como missão do grupo a melhoria da qualidade de vida das artesãs, gerando renda aos artesãos carentes da comunidade, sobretudo a melhoria da qualidade de vida e autoconfiança das mulheres. A valorização da cultura e fé local por meio do trabalho artesanal em cerâmica também é apontado como um princípio fundante do grupo. A associação tem como meta a continuação dos trabalhos, busca por parcerias e realização de novos projetos, adequação as exigências do mercado e a constante qualificação para que haja sempre a possibilidade de ampliação dos canais de produção e comercialização dos produtos.

FIGURA 4- Artesãs reunidas da/na AASJR



Fonte: Arquivo da Associação de Artesãos de São José de Ribamar

Para as artesãs entrevistadas, as dinâmicas de trabalho coletivo, o ato de estar presencialmente na sede da associação no convívio com as outras artesãs, traz sentido as suas práticas cotidianas, e a vida, pois compartilham técnicas que, além de trazerem fonte de renda e ajudar nas despesas com as famílias, são uma forma de deixar registrada as marcas da criação e da produção de si mesmas nos artesanatos que criam.

4.1.2 O trabalho artesanal com a cerâmica.

O trabalho artesanal em cerâmica, trabalhado pelas artesãs da AASJR e artesãos em todo o Brasil, é a produção de artefatos a partir de argilas moldadas após serem umedecidas. Em seguida, passam por processo de secagem, e a peça é submetida a altas temperaturas para que fique rígida e resistente. Segundo a definição feita pela Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2010, p. 22):

Enquadram-se nesta tipologia toda espécie de objeto produzido com argilas, decorados ou não. A argila é caracterizada pela textura terrosa, de granulação fina e que adquire plasticidade quando umedecida com água, rigidez após secagem, e dureza após a queima em temperaturas elevadas (cerâmica). São formadas essencialmente por silicatos hidratados de alumínio, ferro e magnésio.

É classificada como uma atividade artística, cujos artefatos possuem valor estético e também utilitários. Da matéria prima mineral, argila, processada artesanalmente ou industrialmente, derivam tipologias e técnicas específicas, derivam-se trabalhos de cerâmica, porcelana e mosaicos, por exemplo (SEBRAE, 2010).

Classifica-se a cerâmica de acordo com o material e técnicas utilizadas, como a terracota – argila cozida no forno, sem ser vidrada, embora, às vezes, pintada; a cerâmica vidrada – o exemplo mais conhecido é o azulejo; a grês – cerâmica vidrada, às vezes pintada, feita de pasta de quartzo, feldspato, argila e areia; a faiança – louça fina obtida de pasta porosa cozida a altas temperaturas, envernizada ou revestida de esmalte sobre o qual pinta-se motivos decorativos. Não existe uma estruturação única, adequada e detalhada da cadeia produtiva de cerâmica. A sua formatação dependerá do tipo de artesanato desenvolvido e do nível de cruzamento com diversas outras cadeias produtivas (VIEIRA, 2014, p.45-46).

A tradição da arte oleira é uma manifestação cultural muito antiga no Brasil, presente na tradição indígena, e objeto de estudo de diferentes áreas científicas (como a antropologia, arqueologia, história, geografia etc.). Com o processo de colonização novas técnicas foram implementadas também, “qualquer amostragem dessa arte indica que, além de peculiaridades locais ou regionais, a cerâmica é a mais transcendental manifestação da cultura material brasileira” (FUNARTE, 1980, p.29). A cerâmica, além do aspecto funcional, uso utilitário ou decorativo, esses objetos fazem parte de um sistema simbólico, ligadas aos aspectos da vida cotidiana de quem produz (os processos de aprendizagem através de técnicas aprendidas na oralidade, nas memórias, a ligação com o território) e consome:

Se trata de um produto que em sua própria natureza de objeto cultural – feito de forma artesanal, acrescido do fator temporal, - modo de produção que remete a tempos antigos, continua sendo produzido na sociedade contemporânea, resultando em um produto em que as características estão imbuídas de forte apelo cultural. Características essas que agregadas fortalecem o objeto com valores simbólicos, que o enriquecem (LIMA, 2016, p.111).

Os materiais produzidos podem ser os mais variados, dependendo da técnica aplicada, como: materiais de construção (telhas, tijolos), utensílios domésticos (potes, jarras, panelas, filtros para água etc.), criação de peças para decoração (vasos de plantas, animais, imagens de personagens locais), de cunho religioso (imagens de santos, urnas funerárias), entre outros. O barro (massapê, tabatinga, tauá), a argila, que é a matéria prima fundamental para a construção das peças, deve ser escolhida e bem preparada, esse conhecimento do “saber-fazer”, é aprendido e repassado pela tradição dos antepassados.

O barro é para o artesão, matéria prima vital que graças à habilidade de suas mãos o transforma em valor monetário. Significa um bem direto, fruto do conhecimento acumulado ao longo dos anos; representa, sobretudo, os valores culturais da população local. É um bem material – e estético, em função do uso que se dá a ele. A garantia desse bem depende essencialmente da forma como esse conhecimento é gerido pelas pessoas que entram em contato com ele. (...) se ele está presente e é consumido tão intensamente, é porque possui um significado além de sua aparência mercadológica (LIMA, 2016, p.124).

Para que tenha boa consistência, o barro não pode ser “nem muito forte, nem muito fraco”. Essa é a primeira etapa da cadeia produtiva, a tiragem do barro, feito através da extração do barro (por meio da escavação de buracos e retirada do barro limpo) de terrenos, cuja terra esteja seca, que sejam ricos em matéria-prima.

Esse barro, em seguida, é transportado até o local onde será armazenado e beneficiado. O barro é umedecido em um local apropriado (tanque), e em seguida vai sendo retido em pequenas porções e amassado. Para dar consistência ao material é acrescentada areia. No fazer tradicional, para formar a liga de modo que o barro fique mais maleável, é necessário observar o barro, quando estiver “muito forte, abrandam-na com areia fina. Se é fraca há muitas maneiras de robustecê-la: com esterco de curral, pó de cacos de telha, ou quaisquer objetos de barro cozido, cinzas de certas espécies vegetais”, entre outros (FUNARTE, 1980, p.30). O barro, tradicionalmente era amassado com os pés das artesãs, mas atualmente muitas associações já possuem instrumentos ou

maquinários que facilitam esse processo (como a maromba). Após o processo de amassamento, para que fique na textura correta, vem a modelagem.

A modelagem é um processo importante, em que as formas das peças surgem, é o momento de maior contato e interação entre o material e o artesão. A modelagem do barro é feita por meio de diversas técnicas, por exemplo, para criação de potes utilizam-se técnicas de tiras, cordas em espirais (“rolinhos”, “serpentinhas”), fazendo o acabamento, alisando e ligando as tiras. Já peças não simétricas podem ser modeladas a partir de uma bola de barro. Em alguns espaços o torno é um instrumento importante para auxiliar o processo de modelagem.

O acabamento das peças é realizado através do nivelamento das superfícies da peça, das espessuras, acrescentado detalhes a peça, e estas são levadas à secagem. Em seguida, é feito o acabamento das peças: passam por uma raspagem, lixamento, para deixar a peça uniforme e dar polimento; recebem detalhes (riscos, relevos, enxertos diferentes) ou também a cromatização do barro (a partir do uso de barro líquido, ou argila colorida, com pigmentos vegetais: urucum, jenipapo, carvão etc.) que identifiquem as peças antes de serem queimadas ao forno. No processo de queima, outra técnica utilizada é o processo de “vidrar a louça”, obtida “da mistura de gordura de barro, zarcão, areia e água, que se espalha sobre a louça, depois de seca, levando novamente ao forno. Sob a ação do calor, esta mistura se torna numa camada vítrea” (FUNARTE, 1980, p.31).

Após queimadas, as peças de cerâmica são pintadas e selecionadas de acordo com a finalidade a que se destinam: decorativos, religiosos/míticos, utilitários, lembranças/souvenires. Ou seja, “usando-se técnicas variadas, simples e complexas, desde o barro cru, seco naturalmente, até as peças vidradas em zarcão; umas conservando a cor natural do barro, outras pintadas” obtém-se uma tipologia de artesanato que representa a diversidade de saberes tradicionais mesclados as demandas da contemporaneidade. Segundo a definição feita pela consultoria da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2010, p. 22-23), dentre os tipos de argilas mais utilizados estão: argilas de bola (Ball Clay); Grés, argila de grão fino; terracota ou argila vermelha; massa para louça (faiança); argila de polímero e a porcelana.

Nesse sentido, destaca-se o artesanato em cerâmica como uma mistura mágica de “água, terra e fogo”, que só é domada pela “experiência, manha, traquejo” que varia de acordo com a vivência de cada artesão:

Essa mágica mistura é a mais antiga e maravilhosamente simples receita do bolo que produz os objetos cerâmicos. Tendo como ferramentas elementares as próprias mãos, ou ajudados pela cuiπέua, o coco anajá ou, em última instância, pelo torno, os artesãos do barro modelam imagens sacras ou profanas, peças utilitárias e decorativas desde tempos imemoriais. (...). Essa autêntica escritura da matéria encontra sua concretude através do imaginário de pessoas simples, que carregam consigo a fagulha imorredoura da tradição (SOUZA, 2007).

No caso específico dos trabalhos realizados pela AASJR, o processo da cadeia produtiva inicia-se pela produção a partir de encomendas, ou por demanda espontânea, a fim de terem material reserva no estoque, ou na loja que as artesãs mantêm na sede da associação, como destaca a artesã:

A argila vem de Rosário, argila aqui em Ribamar não tem. Tem que pegar em Rosário que é mais em conta, se tá mais em conta quando a gente vai lá buscar, porque só o frete é caro, né? Muito caro. Então, quando a gente arruma um carro para ir buscar é melhor. Sempre dá, todo ano eu pego pelo festejo, que tem um amigo fornecedor, seu Moisés, sempre eu peço no festejo, aí só paga a argila, num pago o frete (Artesã Sâmia Matos, Outubro de 2019).

Pelos relatos das artesãs entrevistadas, as técnicas com a cerâmica foram aprendidas na associação, por meio de oficinas e intercâmbios com outras instituições, associações e artesãos.

Eu no caso foi... eu vim através daquela ali, que é minha prima, mas no dia ela chegou lá em casa e falou: “você sabe fazer um bucado de besteira” (que eu sempre gostei de ficar cortando, inventando), aí ela falou: “a senhora não que ir para associação para fazer curso desse negocinho aqui, esse monumento”, “é pago”, “não, é uma associação” ... Aí, na época, era uma contribuição que dava de dois reais. Aí digo: “então eu vou!”. Aí vim atrás, aí quando eu cheguei, logo Sâmia, ela sempre foi a chefe, né, botou pra mim modelagem, um monumento desse daqui, era um tamanho maior assim que tinha, aí era pra mim modelar, fui modelar ele, alisa. Aí depois que o Marcio, que fez nosso grupo, foi o nosso designer, aí foi formar mais pecinhas de pregoeiro pequeno, aí foi desenvolvendo. Começamos a pintar, mas a minha área mais em si, além da prensagem que eu tirava que era manual como antigamente, era restauração. A parte de restaurar. Jogavam tudo pra cima de mim, pois diziam que eu tinha mais habilidade a restaurar, que as vezes ficava uma falha, uma coisa, aí eu fazia o processo (Artesã Prudência, Setembro de 2019).

Não era muito vocada nessa área aqui, eu fazia biscuit na época, e veio um curso que uma amiga patrocina pra gente, que tava fazendo aqui, pela prefeitura e o SEBRAE, dá essas instruções. Aí uma amiga me convidou e aí... vai, fui aprendendo (Artesã Sâmia Matos, Outubro de 2019).

Podemos observar, na fala das artesãs, que o trabalho com a cerâmica foi objetivado através de conhecimentos trazidos pelo Sebrae, um saber especializado e

técnico, aprendido e incorporado com intuito de gerar renda e sustento, criando e aprimorando formas de produção e venda. A cerâmica produzida na AASJR tem dimensões de valor no aspecto funcional, construído para o consumo, o uso, e voltados ao turismo, não necessariamente ligado a experiências tradicionais do passado, como artesanato ligados a memórias e a territorialidade, mas está adequado ao gosto dos consumidores, as demandas do contexto mercantil. Por outro lado, também há dimensão de valor simbólico e emocional, ligada ao fazer, ao processo de criação e trabalho com o barro, a modelagem de algo que representa a identidade da cidade e pode ser contemplado e reconhecido pela qualidade. Podemos observar essa questão na fala da artesã:

Eu gosto demais do que faço, principalmente trabalhar com argila, porque argila a gente modela, tudo cria, tudo transforma. Ali você faz tudo que imagina na argila. Então, eu gosto demais!... Pra mim é muito gratificante, tá fazendo aquilo que gosto... Não tem definição, assim, do que faço, do meu trabalho, eu gosto demais daquilo que eu faço! (Artesã Sâmia Matos, Outubro de 2019).

No local de trabalho associado, as artesãs alternam seus horários entre a casa e a associação. Elas partilham seus conhecimentos, conversam sobre assuntos diversos que isoladas em suas casas não teriam. Moldam suas identidades e vivências, constroem laços e afetos também.

4.2 Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio: histórico, organização e representações sociais do trabalho artesanal associado.

Fundada em 23 de novembro de 2002, com Sede na BR 135, KM 10, Rua Estrada da Vitória nº 204 - Rio Grande, Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, a Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio está localizada na zona rural, região formada por um conjunto de bairros ligados ao núcleo urbano da capital pela BR 135, também conhecida por abrigar um grande complexo de indústrias e empresas do chamado “Distrito Industrial”.

No início do ano 2002 lideranças comunitárias do bairro organizaram ações que objetivavam contribuir na diminuição de mazelas sociais e na melhoria da qualidade de vida familiar e comunitária dos moradores, em especial das mulheres desempregadas moradoras do bairro e das comunidades circunvizinhas. O Clube de Mães, entidade de

mobilização popular organizada pelas mulheres da comunidade para o desenvolvimento de ações de filantropia de cunho educativo, assistencial e reivindicativo, era o espaço em que as reuniões, palestras e cursos eram articulados e realizados, impulsionando a participação ativa das mulheres.

As entrevistadas relatam que muitas mulheres da comunidade estavam desempregadas, tendo como principal ocupação atividades relacionadas aos cuidados com os filhos e a casa e que a violência doméstica era comum, muitas eram vítimas constantes de algum tipo de violência por parte dos companheiros/maridos/namorados. Segundo os relatos das artesãs, a violência doméstica ainda é presente na vida de muitas mulheres da comunidade.

Após participarem de oficinas e cursos de aperfeiçoamento de trabalhos artesanais, organizados e oferecidos pelas lideranças e mulheres da própria comunidade, com intenção de encontrar alternativas à situação de desemprego, elas começaram a se organizar, unir habilidades e trabalhar juntas com artesanato de fibras vegetais, pois muitas já faziam trabalhos artesanais individualmente em casa. Portanto, de forma embrionária, as mulheres artesãs iniciaram o trabalho coletivo na comunidade, aprendendo e aprimorando as técnicas do trabalho com a fibra do buriti, palmeira da qual se extrai a matéria prima para confeccionar os produtos produzidos na Comunidade Rio Grande (bolsas, sandálias, sacolas, brincos, estojos, toalhas de mesa, acessórios entre outras peças).

Segundo relatos das artesãs, no início algumas reuniões para produção aconteciam em locais diversos, nas suas próprias residências e nas casas dos vizinhos, período marcado por algumas dificuldades: não possuíam locais fixos para produção, para comercialização dos produtos, faltava patrocínio para compra de materiais, local para armazenar a produção. As artesãs comercializavam em feiras e por encomendas na vizinhança, para produzir revezavam-se nas casas e quintais umas das outras, dessa maneira, seguiram trabalhando com artesanato, de modo informal, participando de cursos, oficinas e trocas com artesãs de outras comunidades. Para comercializar, se juntavam em grupo de mulheres e levavam os produtos para a Praia Grande, no Centro Histórico da cidade. No relato a seguir, a artesã Maria Antônia, 68 anos, fundadora da associação, relembra como os trabalhos na comunidade iniciaram:

Aí quando deu em 2002, a gente assim... Quase assim sem fazer nada, aí eu reuni umas 50 mulheres onde a gente chegou um ponto de fazer o artesanato. A gente se reuniu pra bater ideia e conversar. Tivemos cursos de diversas

coisas: com a bananeira, tem gente que sabe com a fibra do tucum, mas nós sempre foi com o buriti. Aí como eu e mais outras pessoas, que já tinham vindo de Barreirinhas, sabe fazer com a fibra de buriti. Reuni as mulheres e corri atrás, a gente tava sem ocupação. A gente reuniu e chegou à conclusão pra ter mesmo uma fonte de renda (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

Com o objetivo de promover uma organização efetiva do grupo, as artesãs procuraram o SEBRAE, para ministrar cursos e oficinas de aperfeiçoamento, e também conseguiram, através desse apoio, a carta de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, e junto com a Fundação Banco do Brasil, financiamento para a construção da sede própria.

A gente começou como um grupo de mulheres pra aprender artesanato, aí eu fui no SEBRAE e chegamos à conclusão de formar uma associação de mães, como era só mulher na época. Nós fundamos uma associação de mães e fomos trabalhar com o artesanato. Muita gente aprendeu... e outras não tiveram muito interesse, mas acompanhavam. Eu fui trazendo cursos, cursos diferentes. Fui no SENAC, no SEBRAE. Nesse tempo nós não tinha local pra trabalhar, aí nós ficava nas biqueiras, embaixo das arvores e quando tinha uma casa desocupada a gente ia pedir pro dono, pra gente ir pra lá pra ficar trabalhando com o artesanato (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

Posteriormente, com o apoio da ALUMAR, conquistado a partir da aprovação de um projeto, conseguiram adquirir os maquinários e equipamentos.

FIGURA 5- Fachada da sede e placa de identificação da Associação do Rio Grande



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2019.

No início, para que as artesãs, a maioria mães de crianças pequenas, pudessem trabalhar tranquilas na Associação, fizeram da sede local e trabalho e espaço para seus filhos e filhas, através da implementação de uma “escolinha” para as crianças de 02 a 06 anos, tendo em vista que na comunidade não havia creches. A escolinha ao longo dos

anos atendeu crianças de toda a comunidade e bairros vizinhos. Como destaca dona Maria Antônia “a escola aqui foi importante porque ajudou muita mãe, muita gente que não tinha onde deixar os filho. A gente queria trabalhar e podia deixar eles aí”. É importante destacar que a dificuldade de encontrar espaços de inserção de crianças pequenas, é determinante quando se trata da possibilidade do engajamento produtivo das mulheres mães, como salienta Bruschini (2008, p. 538):

“a permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos e outros familiares indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, sobretudo as que são mães de filhos pequenos”

Portanto, a criação da creche na sede da associação permitiu, por alguns anos, que mulheres das comunidades pudessem conciliar trabalho e família. Tem importância também na diminuição das desigualdades no mercado de trabalho em relação aos homens, por exemplo. Pois a disponibilização desse serviço, embora tenha sido feito de modo comunitário e voluntário, sem ajuda do governo, foi uma importante ferramenta para a amenização dos conflitos relacionados a possibilidade das mulheres trabalharem, a inserção das crianças em atividades educativas, o aumento da renda familiar através do trabalho das mães. Após cinco anos de funcionamento, a escolinha fechou, por falta de recursos e também por dificuldades internas de gestão da mesma.

As mulheres, na associação, trabalhavam diariamente com artesanato. O grupo iniciou trabalhando com a técnica do macramê e depois, com o auxílio do SEBRAE, desenvolveram novas técnicas, sendo a de tranças uma característica do trabalho do grupo, que consiste em uma trama realizada com as mãos sem auxílio de maquinários, que será utilizada na confecção das peças. A artesã Maria Damiana Reis, 65 anos, demonstra como é montada a peça após a produção da trança: sobre um molde de madeira, que é o formato da bolsa, ela tece a trança, com ajuda de uma agulha também de madeira. Praticamente todo o processo de produção é manual, apenas o forro da bolsa é costurado à máquina.

FIGURA 6– Artesã tecendo trança sobre o molde/fôrma de madeira



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2019.

Cabe ressaltar que é um grupo fundado e composto por mulheres, a participação delas é plena: ocupam todos os cargos, coordenação e responsabilidades pela produção e comercialização. A associação como personalidade jurídica, organiza-se através da distribuição de cargos formais entre as associadas (presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, suplentes etc.), e as decisões são coletivas. Quanto a organização do trabalho coletivo na associação:

Tem umas que vem só a tarde e tem umas que trabalham mesmo só em casa mesmo, aí quando a gente vai mandar pras feira é que vem todo mundo pra cá, aí nós faz e manda de todas que vem e trabalha com o artesanato que são associada, né, aí a gente manda junto pra ir pra feira. Cada qual que tem a sua mercadoria, o dinheiro é dele. Se ela tem dez bolsa, ela vai receber o dinheiro das dez bolsas e deixa uma porcentagem na associação e o outro é dela. Eu costuro. As outras associadas tem outras rendas, a aposentadoria. Temos a carteira do PAB (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

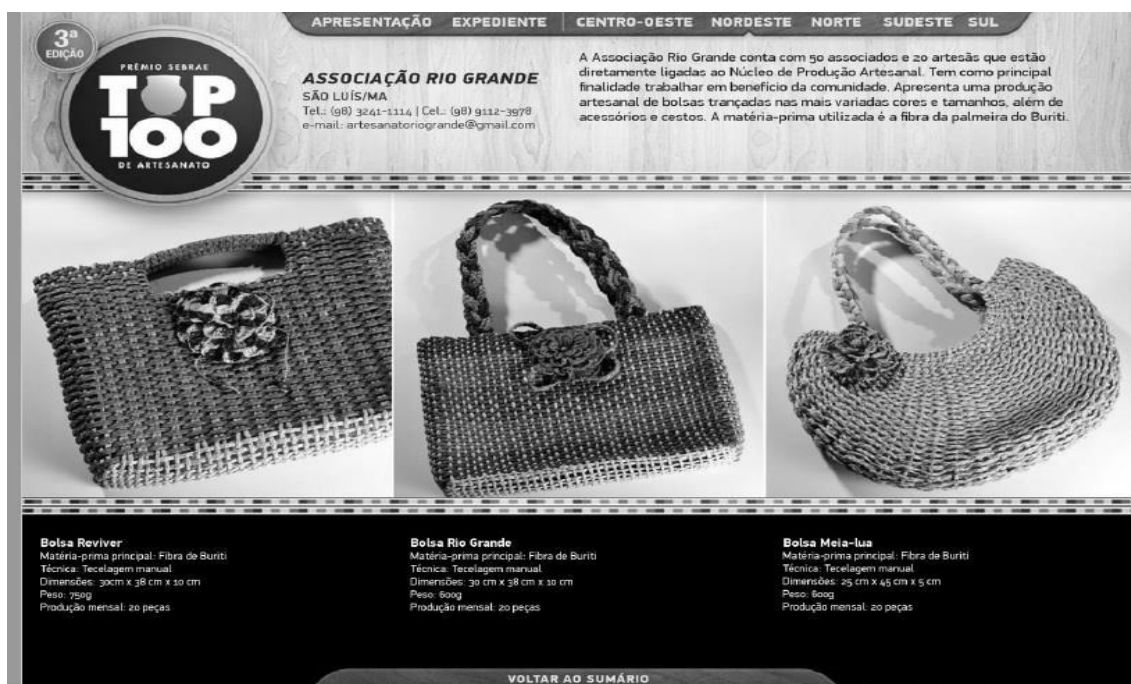
Todo o processo de produção, atualmente é realizado na sede do grupo, que foi conquistada através da aprovação de um projeto. Toda a matéria prima e os processos de produção são realizados no local.

Nós temos facilidade de venda porque a associação já é conhecida no Brasil inteiro, todo mundo conhece. No começo a gente vendia só no Reviver, aí depois no Ceprama a gente já teve loja, tão querendo reativar e se melhorar tô

pensando em voltar pra lá pro Ceprama. Através do Ceprama, naquela época que teve aquele jogo da copa do mundo, nós mandamos produtos pra cinco estado: foi pra Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Curitiba. Hoje a gente já fez outros projetos, e já tamo mandando pras feira, até pra fora do Brasil. Em maio teve em Brasília, em julho teve em Pernambuco, agora em outubro vai ser em São Paulo, final de novembro em Minas Gerais. Aí dá uma parada e vai em março em São Paulo novamente. Então agora a gente já tem essa rede de locais para comercialização. A gente mandava pra CRESOL, e na feirinha da benedito leite, mas agora a gente não botou mais porque a gente tava mandando pras feiras e a gente tava quase sem dar conta, né. Mas a gente tem lá o espaço. Botamos também muito tempo no IDAM. Agora a gente tá só fazendo e mandando pra fora (Artesã Damiana, 22/09/2019).

A associação ao longo dos anos participou de diversos eventos, feiras, projetos e encontros a nível regional e nacional. No ano de 2013 receberam o Prêmio TOP 100 SEBRAE, em reconhecimento a qualidade dos produtos e adequação ao mercado consumidor.

FIGURA 7– Catálogo SEBRAE TOP 100 de Artesanato 3ª edição com produtos da Associação do Rio Grande



Fonte: Prêmio SEBRAE TOP 100 de artesanato, 3ª edição (SEBRAE, 2013).

Atualmente a escolinha para as crianças não está em funcionamento, e as artesãs não estavam executando nenhum projeto específico. Segundo as entrevistadas o principal desafio que encontram diz respeito a manutenção das atividades na associação, no sentido da renovação das associadas e no ingresso dos jovens.

Atualmente hoje nós só somos oito frequentando mesmo, que faz o artesanato. Porque muitas já... umas já morreram, outras já envelheceram bastante e não pode mais trabalhar e a juventude não valoriza. Eu tenho 68, tem uma outra de 70, tem uma de outro bairro que tem 77 anos (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

A associação é composta em sua maioria por mulheres idosas, e a juventude da comunidade ainda que participem de cursos, não demonstram interesse pelo artesanato, uma fragilidade que ameaça o futuro da associação, e na visão das artesãs, fragilidade que ameaça o futuro do artesanato de modo geral.

FIGURA 8- Artesãs na fachada da sede da Associação no Rio Grande



Fonte: Arquivo da Associação, 2019.

4.2.1 O trabalho com a fibra de buriti (*Mauritia Flexuosa*)

Segundo a definição feita pela consultoria a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2010, p. 23), a tipologia do artesanato, a partir da matéria prima, classifica as fibras como:

Denominação genérica de qualquer estrutura filamentosa, geralmente sob forma de feixe, encontrada nos tecidos animais e vegetais ou em algumas substâncias minerais. São matérias-primas moles e flexíveis e que, trançadas, possuem diversos usos, principalmente na manufatura de cestarias e móveis.

É da contribuição das populações indígenas que surgiram diversos utensílios e objetos importantes feitos com as fibras vegetais: cofo, abano, esteira, redes, tipiti (utensílio utilizado no preparo da farinha), peneiras, chapéus, cestos, bolsas, toalhas etc. Das palmeiras nativas no Maranhão destaca-se o buriti e o tucum, das quais se fazem artesanatos de rara beleza. A produção tem base na tradição indígena, porém também

recebe influência de outras culturas e demandas do mercado, num processo dinâmico que, no entanto, ainda resguarda e alimenta a autenticidade de uma expressão nativa e característica de nossa região (SOUZA, 2007).

A fibra do buriti é a base da atividade artesanal predominante nos municípios de Barreirinhas, Tutóia, Alcântara e São Luís. A prática artesanal tem origem na tradição indígena, cujo domínio da técnica do trançado das fibras e das folhas das palmeiras é ancestral, aliás “no Nordeste e no Norte, o imenso potencial das fibras vegetais das palmeiras começou recentemente a ser mais bem explorado. Piauí e Maranhão estão entre os estados com maior diversidade” (BORGES, 2011, p.89).

O processo de produção artesanal com a fibra vegetal do buriti, especificamente, demanda algumas etapas, como: a extração do linho/fibra, beneficiamento, tingimento e confecção das peças. Assim, é feita a identificação das palmeiras, a coleta do olho (broto), que é realizada no alto da palmeira, com auxílio de uma “peia” (instrumento feito com as palhas das folhas adultas do buriti), um laço que fica entrelaçado nos pés e mãos do extrativista, e um facão. Seguida da extração do olho, vem a extração do linho de buriti (parte fibrosa da palha é separada da parte externa, a borra), e o tratamento, cozimento e também tingimento (com pigmentos naturais – urucum, açafrão etc., ou artificiais – anilinas, e mordentes, que são substâncias para fixar a cor nas fibras), secagem (ao sol ou à sombra), desfiamento do linho, junção das fibras e formação de novelos.

QUADRO 2- Corantes vegetais mais utilizados pela Associação do Rio Grande:

Nome popular da planta	Cor	Parte da Planta	Mordentes
Açaí/Juçara	Lilás	Polpa	Sabão em barra Cinzas de Madeira
Gengibre/Açafrão	Amarelo	Raiz	
Pariri	Rosa	Folhas	
Urucum	Laranja	Caroço	
Pequi/Jenipapo	Preto	Casca do fruto verde	
Salsa	Verde	Folhas	

Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo 2019.

Após o processo de tingimento, o linho é colocado no tear (objeto composto de duas madeiras paralelas na horizontal) e enlçado (formação dos desenhos e tramas, através da disposição do linho no tear com auxílio de régua e vareta) e compactado. Por fim, são realizados os acabamentos, diferenciados de acordo com o tipo de produto.

Neste processo de produção é possível observar a existência de uma divisão sexual do trabalho, condicionada por práticas diferenciadoras da vida social entre “masculino” e “feminino”, em que os homens se encarregam da extração da “matéria-prima da natureza (extração do ‘olho’ do buriti)”, que exige muita força nas pernas e braços de quem a desempenha, e as mulheres produzem o artesanato em si, “extração e beneficiamento da fibra e confecção do produto” (KELLER, 2011, p.34).

Quem tira o olho aqui, só tem duas pessoas. Antigamente, era um senhor chamado Francisco, porque ele já sabia como que tira. A gente não vai mandar qualquer um porque vai matar o buriti. Então, ele tirava na época certa, quando a lua tava boa de tirar, porque agora a lua tá boa de tirar a fibra, né, a fibra sai forte, então a gente só pedia naquela época. E outra coisa, ele não tirava dois olho em seguida, no mesmo mês, do mesmo buriti. No outro mês ele já tirava de outro, deixava aquela palha, deixava o olho abrir, aí no outro mês ele podia tirar. Quem faz é só homem porque sobe no buriti, na palmeira. Mas ele caiu de uma juçareira e não pode mais tirar. Quem tira agora é um sobrinho meu, fazendo a mesma coisa, sem tirar o olho da capemba, só quando o olho sai o pé é que pode tirar, aprendeu tudo isso pra não prejudicar a palmeira. A gente não deixa qualquer um (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

De acordo com a fala da artesã, observa-se que as relações de trabalho com a fibra do buriti perpassam por relações simbólicas, do cuidado com cada etapa da produção, da relação com a natureza e com o lugar. Por se tratar de um bairro com tradições rurais, destaca-se a importante relação de equilíbrio entre os elementos da natureza, vista não como propriedade mercantil, mas como patrimônio das famílias que lá residem e trabalham. Dentre as principais técnicas desenvolvidas e produtos confeccionados, destacam-se:

QUADRO 3- Resumo de técnicas utilizadas e Produtos confeccionados pelas artesãs do Rio Grande

TÉCNICAS	PRODUTOS
Crochê	Bolsas, Sacolas, Carteiras, toalhas de mesa, jogo americano, tapetes, chapéus, redes, caminho de mesa, pufes etc.
Malha Cascudo	
Malha Batida	
Trança	
Macramê	

Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo 2019.

Assim, o saber popular, presente na produção artesanal, em consonância com os princípios de equilíbrio entre trabalho e natureza, expressam não apenas dimensões

técnicas, mas também princípios morais, que revelam uma lógica simbólica do labor, numa relação de reciprocidade com o sistema local. Assim, como destaca Ellen Woortmann (2009), os diversos saberes dos trabalhadores locais, relacionados ao uso e técnicas de cuidado com a terra, o plantio e colheita, estão relacionados a princípios éticos e morais, pois o trabalho com as matérias primas da terra implica respeito, espera-se da natureza “aquilo que “ela pode e quer dar”, em especial os alimentos que é capaz de produzir. O homem não pode forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação”.

Nesse sentido, tem-se “como que uma humanização da natureza, uma concepção etno-ecológica holística”, sendo necessário considerar o ciclo da planta, o período de descanso, a sua dimensão temporal, em que o “governo da Lua” deve ser observado e obedecido. A lógica simbólica expressa como uma lógica de equilíbrio e reciprocidade, entre o sustento e o trabalho, envolve uma diversidade de saberes e tradições de cuidado com a natureza, desde o cuidado com “a mata e as nascentes de água até a terra cultivada” (WOORTMANN, 2009, p.123).

O processo de produção artesanal, nesse contexto, caracteriza-se também por acontecer de modo predominantemente informal entre familiares, homens e mulheres que colaboram na produção, e vizinhos, mesmo os que não estão necessariamente vinculados à associação, como é o caso dos homens que tiram o olho da palmeira, por exemplo. O produto desse trabalho não representa apenas uma mercadoria, mas uma arte com valor cultural, emocional e social agregado.

A gente tira a fibra, cozinha, põe pra secar, depois trabalha ela. Faz a bolsa de praia de macramê , chapéu, faz a bolsa que é da trança, faz tapete batido, faz rede, sandália e várias coisas. Nós tivemos muitas ajudas... mas é nós mesmo que modifica nossas peça quando elas não tão mais saindo. A gente pensa em outro modelo e faz diferente, a gente cria com amor (Artesã Maria Damiana Reis, 22/09/2019).

Por se tratar de um recurso natural a “consciência ambiental” é um fator importante quanto ao manuseio da fibra do buriti, conforme afirma Lima (2011):

O buriti é uma palmeira muito impressionante, porque dela se aproveita tudo, do caule à folha, do fruto à flor. (...) Grande parte das comunidades, quase que a totalidade, que trabalha com buriti, tem um conhecimento muito grande sobre o manejo da espécie. A história do olho do buriti, de onde sai o linho ou a seda, que só pode tirar um, depois tem que deixar nascer e crescer outro, senão morre a palmeira.

Essa orientação para que não se retire o linho do buriti de forma abusiva, pode ser notada nas falas das artesãs, que ressaltam a importância da consciência ambiental para preservação da palmeira e para a continuidade dos trabalhos. Enfatizam a falta de preservação dos buritizais na comunidade:

É daqui mesmo que a gente tira os materiais, daqui mesmo do Rio Grande, ninguém nunca pediu de outro lugar, só daqui mesmo. Tem bastante. Só não tem mais porque a Vale acabou com o buritizal que tem aqui. Onde a estrada da VALE passou acabou com o buritizal, tinha muito buriti. Aí vem vindo... agora mesmo taparam um rio que tinha aqui desse lado aqui, que tinha uma área que só é buriti, mas eles estão enfraquecendo de uma terra amarela que desceu. Acho que vai morrer aquele buritizal. Aí o rio tá secando e desceu um barro amarelo, não sei de onde é, e aterrou. Quer dizer, o povo não ligam pra essas parte aí, não se importam. Daqui uns anos não vai ter mais (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

A preservação do meio ambiente, das palmeiras e do ecossistema no geral, é destaque nas falas das artesãs, que identificam as mudanças surgidas devido aos processos de industrialização nas regiões, que impactaram as áreas de buritizais. Dentro da cidade de São Luís, também conhecida por abrigar um grande complexo de indústrias e empresas, entre elas o Porto do Itaqui e a Vale do Rio Doce, construídas a partir de 1970, comunidades tradicionais e formas de relações sociais e culturais, ambientais, foram fortemente impactadas nesse processo de industrialização.

Segundo Sant’Ana Junior (2016, p.284), as características do litoral de São Luís, como a profundidade das águas, “proximidade com os mercados estadunidense, europeu e asiático, através do Canal do Panamá, que permite o acesso entre os oceanos Atlântico e Pacífico, foram acionadas como argumentos” para escolha do espaço e instalação desses “projetos de desenvolvimento”, transformando a cidade em “um corredor de exportação ou de produção voltada para o mercado externo” (p.291). Assim, segundo esse mesmo autor, os projetos de desenvolvimento instalados no local:

Excluem comunidades, alteram modos de vida e comprometem a conservação ambiental. Como resultado mais palpável, segundo dados do IBGE (2016), a cidade de São Luís é detentora do 15º Produto Interno Bruto Municipal (PIBM) do Brasil, e o Maranhão detém o 16º Produto Interno Bruto (PIB) entre os estados. Esses signos de crescimento econômico (mesmo em momento de uma crise econômica no país), não correspondem a uma efetiva melhoria de vida população da cidade e do estado. Ao lado de números expressivos do crescimento econômico, encontra-se a permanência de índices vergonhosos do chamado desenvolvimento humano. Altos índices de migração, de trabalho escravo e de pobreza demonstram que, entre desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida, não existe uma correlação necessária (SANT’ANA JUNIOR, 2016, p. 291-2).

Todo esse “desenvolvimento”, no caso das diversas formas espaciais construídas dentro do espaço da cidade de São Luís, como problemática urbana, ligado ao fenômeno da industrialização que aqui ocorreu, traz consigo inúmeras mazelas: inchaço populacional, ocupações desordenadas na cidade, aumento do índice de criminalidade. Concorde-se com Carvalho (2009, p.49) quando afirma que “[...] a sociedade e o ambiente são alterados direta ou indiretamente por todo processo industrial, então alguns meios são impactados, em maiores graus, outros em menores, uns positivamente, enquanto outros negativamente [...]”. Assim, tem-se o processo de caracterização dos bairros da cidade, de acordo com as dinâmicas econômica e política, social e cultural. Em decorrência dos conflitos identificados, nos bairros e comunidades da zona rural, por exemplo, ocorre impactos ambientais irreversíveis, como a diminuição das áreas de vegetação, a diminuição e poluição dos recursos hídricos, a poluição do ar. E outro aspecto refere-se aos impactos na qualidade de vida da população local/ tradicional dessas comunidades, retiradas de seus territórios e feridas no que tange seu modo de vida e relação com o lugar, em decorrência das indústrias nestas áreas.

Essas relações e impactos são apresentadas nas falas das artesãs da comunidade do Rio Grande, na zona Rural de São Luís:

O Rio Grande, antigamente, era uma ilha. Tinha água, cercado de rios maravilhoso, que a gente tomava água desses rios, tomava banho, você pulava e quebrava juçareira pra ficar pulando. Lá dentro d'água tu olhava as piabinha lá no fundo, a água era cristalina!... Hoje onde tem comércio, aqui na rua, era uma lagoa, um lago enorme. Você via os peixinhos no fundo. O matadouro acabou com rio dali. Aí veio a Norte Brasil e começou derramar coisa no rio, aqui a Vale do Rio Doce. No Rio Grande não existe rio, acabou... Só o nome. Mas, em 1975, tinha muito! A água era maravilhosa! Hoje não tem nada, acabou. E quem acaba é o próprio homem, essas firmas, essas coisas que acabam com os rios o meio ambiente e tudo. Eles não se importam porque o dono da firma tem dinheiro. Eles ganham dinheiro (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

Em decorrência dessas mudanças nos estilos de vida e organização do espaço social, a artesã apresenta uma visão pessimista quando pensa sobre o futuro do artesanato com a fibra de buriti na região, tanto pelos impactos ambientais e também pelo desinteresse dos mais jovens em prosseguir com a tradição, segundo dona Maria Antônia, o “destino é acabar. O artesanato vai acabar. Aqui, no Rio Grande, os jovens não valorizam. O buriti a gente ainda consegue ainda pra muitos anos, porque vai caindo um pé e vai crescendo outro pé novo, né. O que cai nasce novamente, mais vai acabar”. Nesse aspecto, o local, o território da comunidade é “concebido como uma entidade

multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas” (ESCOBAR, 2005, p.72).

Nesse sentido, o trabalho artesanal com a fibra do buriti nessas comunidades, no contexto da sociedade contemporânea, legitimado pelo discurso da competitividade que acentua a precariedade e instabilidade do setor, também se caracteriza como uma forma de subsistência das famílias envolvidas e de resistência cultural no contexto de metamorfoses das formas de produzir e das relações sociais e econômicas no espaço da cidade.

4.3 Trajetórias de socialização das artesãs: retratos das mulheres artesãs.

Ao tentar compreender as relações de trabalho e os sentidos que essas mulheres artesãs dão a ele, é necessário também contextualizar os percursos dos espaços sociais ocupados por elas, suas trajetórias familiares e profissionais. Cabe ressaltar que a noção de trajetória é conduzida à luz da análise crítica da história de vida de um agente ou de um grupo e se refere às sucessivas posições destes num espaço social, sempre em mutação. Assim, a trajetória deve ser compreendida pela sucessão de estados do campo na qual é construída, nas relações objetivas que unem o agente ao conjunto de outros agentes no mesmo campo. Assim, é preciso fazer uma construção prévia da superfície social, que são as posições simultâneas ocupadas por um indivíduo (BOURDIEU, 1996).

Para analisar as dinâmicas das identidades biográficas, olhando a realidade da vida cotidiana, a soma das tipificações e como os indivíduos mobilizam essas representações na prática, podemos nos referir a uma abordagem de dimensão interacional mais complexa, observando as teias de interdependência entre esses indivíduos e grupos. A abordagem situacional contribui no processo de reconstituição do contexto social de formação e organização dessas mulheres, do sentido dos trabalhos empreendidos por elas, da gênese dessas relações de trabalho e formação de grupos.

Assim, a análise relacional e processual contribui para pensar o processo de profissionalização do trabalho artesanal no contexto das relações e recrutamento dos indivíduos envolvidos nessas dinâmicas, de onde vem, como adentram nessas carreiras (ELIAS, 2006). Esse exercício reflexivo sobre os processos de identificação no trabalho em artesanato, organização e engajamento em ações coletivas nos empreendimentos

econômicos, por meio da articulação de perspectivas que possibilitem a investigação das estratégias e condicionantes sociais e históricas específicas a partir da investigação de trajetórias em determinados contextos, das teias de interdependência formadas, possibilita o desvelamento dessas relações, a fim de evitar as armadilhas de uma “sociologia espontânea”.

Neste sentido, destacamos que tais trajetórias estão inscritas nos diversos campos e arranjos sociais, nos processos de socialização vivenciados no microcosmo familiar, na aprendizagem de regras e valores que determinam normativamente o lugar dos sujeitos na sociedade. Quando falamos da relação da mulher artesã com o trabalho, é preciso destacar também como elas definem o ser “mulher artesã”, como esse lugar simbólico é ocupado, os comportamentos e expectativas exercidos. Assim, a própria dimensão do ser “mulher”, como oposto ao “homem”, está também pautado em uma diferença sexual que não é apenas material, mas também, ao mesmo tempo, formada por práticas discursivas nos processos de socialização (BUTLER, 2001), baseadas na visão naturalizada de atividades masculinas e femininas:

A força física relacionada ao trabalho masculino e o capricho e detalhe ao feminino são antes características adquiridas um processo de socialização diferenciada segundo o sexo do que intrinsecamente de homens e mulheres. Esta lógica atua como se tais características fossem determinadas pelo sexo biológico em vez de construídas socialmente, reforçando as representações sociais de gênero, o que, por sua vez, se translada para o trabalho (LEITE, 2015, p.354).

Muito da dinâmica cotidiana das relações de trabalho, no artesanato, estão pautadas também na construção de papéis sociais, essas experiências das artesãs estão incorporadas de uma identidade que é adquirida através da construção de significados históricos, que condicionam a materialização de corpos, através de símbolos, valores e práticas.

Isso pode ser observado na fala das artesãs, sobre o “papel” que desempenham como mulheres artesãs e sobre as diferenças entre gêneros no processo laboral. Essa divisão de práticas e papéis é construída através de processos históricos e políticos, “no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle” (SCOOT, 1990, p.28), controle que materializa e viabiliza certas “identificações sexuadas” (BUTLER, 2001, p.155) como “parte da ordem natural ou divina”.

Nas relações de trabalho, tais identificações naturalizadas, reforçam-se pelo princípio separatista e hierarquizante que perpassa a divisão do trabalho social decorrente

da relação entre os sexos (HIRATA, 2011, p.599). Importante destacar que o “sexo” aqui, à luz do pensamento de Butler (2001, p.155), é entendido “não mais como um dado corporal sobre o qual o construto de gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos”, o que é observado nas trajetórias das mulheres aqui entrevistadas, condicionadas por relações que reiteram o lugar da mulher ao trabalho doméstico e a esfera do cuidado.

Nesse sentido, a família, como núcleo de socialização primária, estabelece práticas iniciais de papéis sociais de gênero diferenciados aos meninos e meninas. E o indivíduo é então socializado a fim de atender ao modelo idealizado de atribuições que são fixadas discursivamente sobre a feminilidade (ou masculinidade). Observa-se isso na fala das artesãs sobre as identidades do papel da mulher e a relação com o trabalho, que começou para muitas ainda na infância, no núcleo familiar.

Maria Antônia Aguiar Lima, 70 anos, nasceu em Baixão, interior de Barreirinhas. É sócia fundadora da Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio, a artesã relata que sempre trabalhou, desde criança, na roça para ajudar em casa e contribuir com os pais na criação dos irmãos mais jovens:

“Vim pra cá no ano de 1972. Vim pra trabalhar, passei dois anos trabalhando em casa de família e me casei com uma pessoa aqui do Rio Grande” (Artesã Maria Antônia, setembro de 2019).

Maria Antônia estudou até o ensino fundamental maior, não pode concluir os estudos devido as demandas de trabalhos e afazeres domésticos que lhe eram obrigações. Ela relata que gostaria, na época, de ter estudado mais, porém entendia que não seria possível devido a precariedade da oferta de ensino que havia na cidade na sua infância e que não era comum as pessoas, principalmente as meninas pobres, estudarem naquele período, essa era uma realidade distante de quase todos ali.

A artesã destaca em suas falas a sua relação com o trabalho. Trabalhos diversos que fez ao longo da vida, que sempre estiveram atrelado ao sentido da busca pela sobrevivência. Quanto ao contato com o artesanato, ela enfatiza que sempre houve, na sua cidade de Barreirinhas, na sua família nuclear, a necessidade de se produzir peças e utensílios domésticos com as fibras de buriti e outros materiais.

É importante destacar, aqui, que a cidade de Barreirinhas é na região dos Lençóis Maranhenses, é a região onde existe a maior concentração de artesãos do Estado, e muitas famílias produzem “objetos artesanais utilizando como matéria prima a fibra das folhas

da palmeira do buriti. Nesta região, trata-se de uma atividade predominantemente exercida por mulheres” (KELLER, p. 71, 2013).

Maria Antônia, seguindo a tradição da cidade onde nasceu, aprendeu o artesanato com a fibra do buriti aos 10 anos, com a mãe. Para a artesã, ser mulher é ser responsável por tudo, “fazer de tudo um pouco, cuidar dos filhos, da casa, do marido. Trabalhar dentro e fora da casa. Ajudar as pessoas”.

Maria Antônia se casou, ainda jovem, e veio morar na cidade de São Luís, na região rural da cidade. Conta que logo começou a ter filhos, mas mesmo assim sempre trabalhou “fora” para ajudar no sustento da família. Concomitante ao trabalho com o artesanato, exerceu várias funções ao longo de sua juventude e da vida, a maioria de suas ocupações atreladas aos seus atributos de gênero, atividades relacionadas ao cuidado (merendeira, faxineira, costureira, entre outras). Dona Maria, quando se mudou para a capital, ainda alcançou a região rural da cidade muito preservada, na região ainda haviam buritizais e rios, brejos, uma área rica em matéria prima para a execução dos artesanatos. E ela sabia todas as técnicas necessárias para tal.

A artesã foi a responsável por juntar as mulheres da comunidade para trabalhar com a fibra de buriti e o artesanato. Ela destaca que na região tinha “muita gente que morava e nasceu em Barreinhas”, que se mudaram para a capital à procura de melhores condições de vida. Muitas mulheres da comunidade já tinham habilidades com o artesanato também e, a grande maioria, não tinha renda, apenas os maridos. Esse foi o cenário que a motivou unir as mulheres e mães da comunidade do Rio Grande.

Atualmente, Maria Antônia, com suas mais de sete décadas de vida e muitas experiências, destaca que trabalha com artesanato para se “manter ocupada”. Vai todos os dias a sede da associação, de manhã e à tarde. E aos finais de semana trabalha em casa com encomendas de costura e reparos de roupas. Atualmente é aposentada, foi funcionária pública numa escola, trabalhando de serviços gerais, mas, segundo ela, já fez “de tudo um pouco na vida”, mas, acima de tudo, é artesã, “o artesanato faz parte da minha infância, da terra onde nasci, do lugar pra onde vim morar. Eu fui e sou artesã até hoje e até quando aguentar vou ser” (Artesã Maria Antônia, novembro de 2020).

Maria Damiana, artesã de 65 anos, também pertence a Associação de Mães do Rio Grande Proteção de Santo Antônio. Nasceu em um povoado do município de Barreirinhas e aprendeu também com a mãe a trabalhar com o artesanato, produzindo utensílios domésticos de fibras, palhas e linhas para utensílios de pesca. A artesã conta que na infância, as atividades domésticas eram sempre destinadas a ela e suas irmãs, a família era

grande, composta de mais de dez irmãos, todo o cuidado com o preparo dos alimentos e manutenção da casa era destinado as meninas, e essas também eram “ajudantes” do trabalho na roça com o pai.

A artesã relata que toda a gestão do dinheiro que entrava na casa, tramites de formas de comercializar e trocar produtos, ficava por conta do pai. Ele era o chefe da casa. Na época da infância, no interior da cidade de Barreirinhas, ela conta que havia muitos modos de sobreviver: através de trocas de alimentos entre vizinhos, através da compra e venda de produtos em cidades próximas, das trocas entre alimentos e utensílios importantes do cotidiano e etc. Todos eram pobres, mas nada faltava, destaca.

Maria Damiana veio para São Luís, o motivo foi o casamento. Ela casou e o seu marido era ludovicense, logo, precisou mudar para onde o esposo a levou. Vieram para a região rural da cidade, na qual conseguiram “levar a vida”. Ao longo de sua trajetória na capital, trabalhou de costureira, faxineira, manicure e sempre manteve as atividades de agricultora. Ela fala com orgulho sobre as formas que manteve sua vida, os filhos, o casamento. Como a vida cotidiana esteve sempre, intrinsecamente, relacionada as formas de trabalho que conseguiram executar (ela e o marido).

Ela destaca que o artesanato aprendido com sua mãe na infância sempre esteve presente em sua vida e que ela nunca esqueceu. Ela relata que comprava muitas coisas que precisava através do trabalho com artesanato, que ajudou a criar os filhos. Que fez sua vida, de muitas formas e muitos trabalhos, mas que sempre, desde sempre, foi o artesanato que a salvava na hora do “aperreio”, ser artesã para ela “é bom. Eu gosto do que eu faço. Hoje é a minha vida, uma forma de terapia, de ocupação”. Atualmente, a é viúva, mãe e avó. A artesã trabalha na associação sempre que pode, ajuda nas encomendas, gosta de preparar as fibras e tingi-las. Embora a idade as vezes traga dificuldades para maior participação, inclusive nos eventos, ela conta que essa é a sua vida, o artesanato que esteve desde a infância presente e que se tornou uma terapia na velhice.

A artesã Sâmia Matos, 52 anos, da Associação de Artesãos de São José de Ribamar, nasceu na cidade de Icatu, mas foi registrada pelo pai na cidade de São José de Ribamar. Sempre morou e trabalhou na região metropolitana do Estado. A artesã aprendeu habilidades manuais como o crochê, costuras em geral e biscuit com a mãe e as irmãs em casa, ainda na adolescência.

Sâmia destaca que sempre trabalhou como autônoma, vendendo peças artesanais produzidas por ela e pela irmã. “A gente não tinha emprego de carteira assinada, a gente

teve que vende informalmente mesmo, de boca em boca. Pra sobreviver”. Sâmia teve contato com o artesanato em barro ao longo de sua vida, em uma das andanças que fazia, quando conheceu e teve oportunidade de participar de um curso.

O trabalho em grupo iniciou através da oportunidade, por meio de um curso na comunidade, para a união de mulheres em prol da melhoria da qualidade de vida e aquisição de renda. Ao longo do processo de trabalho na associação, Sâmia destaca o quanto sua vida se transformou: “eu conheci muita gente, aprendi com muita gente. Viajei, fiz amigo. Minha vida sem o artesanato não seria assim”.

A artesã estudou até o ensino médio. Não casou e não teve filhos, é a mais velha de cinco irmãos, e todos de sua família trabalham com artesanato. Mas ela é a única que trabalha com o barro. Atualmente, além de ser membro da associação também é comerciante. Para Sâmia “ser mulher artesã é ter um dom e vontade de aprender fazer muitas coisa ao mesmo tempo. A mulher tem delicadeza nos detalhes”. Ela diz que embora não seja fácil viver do artesanato na cidade, pois a renda não é suficiente, as relações de trabalho em grupo são importantes, a solidariedade, a ajuda. O artesanato “é o motor” da “luta” da sua vida.

A artesã Prudência, conhecida no grupo de Artesãos de São José de Ribamar como Nêga, tem 65 anos. Nasceu no interior e veio pra cidade “procurar melhor forma de sustento pros filho”. A artesã vem de família humilde, e todos de sua família vieram embora pra cidade à procura de emprego. Ela conta que, na infância, trabalhou muito com a mãe e os irmãos, na roça, e que foi nesse período que teve contato com o artesanato, na época usado como ferramenta de geração de renda, mas, sobretudo, como forma de facilitar as atividades domésticas e ter utensílios em casa.

A artesã conta que ao procurar a “cidade grande” em busca de melhores condições de vida, precisou trabalhar de “quase” todas as coisas. Já foi empregada doméstica nas “casa de família”, trabalhadora rural, costureira, cozinheira, babá. Aprendeu a costurar com a mãe na infância. Casou ainda jovem, teve cinco filhos. Está viúva.

Participa da associação desde 2004, mas faz artesanatos desde a juventude. Para ela ser mulher artesã é importante, porque a mantém ocupada, ajuda na memória:

“É uma terapia e o mais gratificante é quando tu termina que vê o resultado... Fica belo, nem acredita que foi você que fez. A gente faz tudo com jeito. Acho que tudo que a gente tem o dom é perfeito, né?! ” (Artesã Prudência, outubro 2019).

As representações simbólicas apreendidas no espaço familiar, revelam uma relação também de conflito entre reconhecimento e invisibilidade do trabalho da mulher. Em todas as falas e relatos, o trabalho doméstico faz parte de um “saber fazer” naturalizado como a atribuição feminina, como uma obrigação. Quanto ao trabalho com artesanato, também considerado como uma habilidade feminina, a artesã Maria Antônia salienta as relações entre meninos x meninas no fazer artesanal com a fibra de buriti, revela que os meninos da comunidade:

“Fazem escondido. Eles vinham fazer aqui, quando a gente pega encomenda (de bolsas, baúzinhas) pra eventos. Esses meninos vêm fazer, os amigos que viam eles fazer ficavam perturbando, aí eles deixaram de fazer com vergonha” (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

A jornada de trabalho dessas mulheres, artesãs, mães, avós, é ampla. E elas não conseguem definir em horas o tempo de trabalho gasto entre a associação e o trabalho doméstico. O trabalho doméstico foi apontado na fala de todas as artesãs como obrigações que foram dadas a elas desde de criança, e é “normal” que façam isso, mesmo estando cansadas. O fato é que o trabalho doméstico e o fora de casa, estão intimamente relacionados no cotidiano dessas mulheres, e se configura, sim, como um “denominador comum e uma condição de toda vida humana em sociedade”. (FRIEDMAN, 1973), trazendo aspectos variados de sentidos e sensações. Na concepção de Friedman 1973, p.23:

A subjetividade vivida por ocasião das atividades de trabalho vai desde os estados de insatisfação, de tristeza e mesmo de depressão, de neurose, até estados de auto realização, de satisfação, de desafoço (...). Essa série de estados afetivos que corresponde às atividades de trabalho oferece matizes numerosíssimos, que se manifestam de maneira variada, de acordo com os contextos sociais e culturais.

No contexto em que essas artesãs estão inseridas, cabe destacar que a naturalização de habilidades manuais como algo inato a figura feminina (ligados ao cuidado e capricho), acaba sendo um elemento de diferenciação e invisibilidade ao trabalho das mulheres, pois não seria um trabalho resultante de uma qualificação profissional adquirida, e sim uma característica natural das mulheres, inerente a natureza feminina.

Em relação ao perfil socioeconômico das artesãs associadas foram observados dados respectivos a idade, condição conjugal, maternidade, raça, renda familiar e escolaridade. Assim, de acordo com os relatos, as 04 entrevistadas se identificaram como

negras ou pardas e três são mães e possuem, em média, 03 filhos, e três delas são avós. Apenas uma delas concluiu o ensino médio, nenhuma das entrevistadas ingressou no ensino de nível superior. Todas possuem renda familiar entre 01 e 1½ salário mínimo mensal, pois somam as atividades na associação com outras fontes de renda:

“Elas têm atividades paralelas, uma tem um bar, muitas aposentadas pela idade, tem um pouco de cada aqui. A gente aqui gera renda, mas só daqui não dá. Tem um complemento” (Artesã Sâmia Matos, outubro de 2019).

As duas associações são compostas por mulheres com mais de 40 anos. As presidentes das associações discorreram sobre o perfil das demais associadas. Na AASJR, das sete mulheres que atuam diretamente na produção, quatro são idosas. Todas possuem outras fontes de renda além da associação, mas também relacionadas ao trabalho artesanal, ou através de aposentadorias (como trabalhadoras rurais ou pela idade) ou são sustentadas pelos filhos. Todas possuem a carteira de artesã.

Já a Associação do Rio Grande é composta por mulheres idosas, algumas são aposentadas (quatro delas) pela idade e/ou tempo de serviço em outras funções que exerceram ao longo da vida. Todas elas têm a carteira de artesãs, e também fazem trabalhos paralelos autônomos e informais (ligados ao artesanato e habilidades manuais) para complementar a renda da família e pra “ocupar” o tempo. De acordo com a fala das presidentes das associações, poucas delas já tiveram as carteiras de trabalho assinadas ao longo de suas trajetórias individuais de trabalho.

Essas artesãs relatam trajetórias circunscritas por trajetórias familiares marcadas por hierarquias presentes nas relações sociais de gênero, por histórias de pobreza e experiência de trabalho infantil no passado. Relatos que demonstram como manifestações de desequilíbrios na esfera doméstica implicam negativamente no processo de inserção no mercado de trabalho formal, na possibilidade de acesso ao estudo formal, e ausência de direitos. Assim, a trajetória ocupacional das mulheres associadas revela que a maioria desenvolveu atividades domésticas e no setor de serviços, que iniciaram o trabalho ainda jovens, o que influenciou na baixa escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho formal foi interrompido, para algumas, pelo casamento e a maternidade.

Como já assinalado no capítulo anterior, às mulheres negras e pardas recai o peso maior das relações precarizadas nas condições de trabalho, demonstrando “as posições historicamente diferenciadas das mulheres” (HARAWAY, 2004, p.229). São as que possuem os menores índices de escolaridade, estão mais suscetíveis ao desemprego, são

consideradas inativas muito mais cedo que as mulheres brancas e os homens (negros ou brancos) e têm como principal ocupação a esfera o trabalho doméstico. Herança de um passado escravocrata em que a delegação de atividades em situação bastante precária era atribuída às mulheres negras, sobretudo o cuidado do lar, dos filhos e adultos da casa, como ressalta Hirata (2014, p.148):

Embora registre-se um aumento das taxas de atividade femininas, observa-se a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes. Partimos do ponto de vista segundo o qual as relações sociais de gênero, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis. Postulamos tanto a interdependência desses conceitos enquanto categorias de análise, quanto a indissociabilidade dessas categorias na prática dos movimentos sociais.

A atração para o trabalho associado se deu devido à dificuldade que essas trabalhadoras tinham de se inserir no mercado forma. O desemprego é um problema social que se acentua diante de trajetórias de precariedade, estar desempregado, sem ter um “trabalho remunerado” numa ocupação reconhecida, pode afetar a vida dos sujeitos tanto em termos financeiros quanto em termos emocionais, na dimensão de valorização social e autoestima (GIDDENS, 2005, 334). Contudo, muitos sujeitos registradas como desempregadas exercem diversas formas de atividades produtivas na informalidade, como é o caso das artesãs, que embora estivessem desempregadas, buscavam formas autônomas, de sobrevivência, em atividades por “conta própria”, que se referem às “transações que ocorrem fora da esfera do emprego regular, as quais às vezes envolvem a troca de dinheiro por serviços prestados, mas que geralmente também envolvem a troca direta de mercadorias ou serviços” (GIDDENS, 2005, p. 306).

Nas falas das artesãs sempre se destacam o trabalho relacionado ao bem-estar da família, e como principais funções e papéis que exercem como “mulheres”, cotidianamente, estão os de artesãs, “donas de casa” e mães/avós/bisavós. Os trabalhos que realizam em casa, cuidado dos afazeres domésticos e dos filhos, ainda que sejam indispensáveis para o bem-estar de toda a família, permanecem invisibilizados. A maternidade, especialmente quando os filhos eram pequenos, também representou um fator limitante das possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal, tendo em vista que nas comunidades em que residem não havia creches e não tinham com quem deixá-los, pois cuidar dos filhos era “obrigação” primeira.

A frequente junção dos papéis familiares e profissionais gera uma sobrecarga às mulheres, que permanecem em desvantagem, especialmente as mulheres mais idosas. A

visão do trabalho de sustento e cuidado da família e da casa como prioridade na vida dessas artesãs é reflexo do modelo naturalizado da posição reprodutora dessa força de trabalho no espaço privado e a invisibilidade do mesmo. Para lidar com essas condicionalidades, as artesãs inserem às lógicas econômicas, a intersecção entre o domínio produtivo e reprodutivo, considerando a dinâmica do cuidado, dos vínculos sociais e do cuidado com a natureza. As mulheres que realizam essas atividades tecem redes de relações nos seus territórios de vida (HILLENKAMP et al., 2014, p.11).

As representações sociais que as artesãs entrevistadas possuem de si mesmas estão assentadas na concepção da multifuncionalidade do feminino: mulher trabalhadora, mulher mãe, mulher avó/bisavó, mulher cuidadora. Em vista disso, as trajetórias de socialização familiar reafirmam o papel da mulher como reprodutoras, no entanto, ao adentrarem na esfera produtiva, estas artesãs elaboram novas identidades, o que as permitem recriar espaços de vínculos sociais e autovalorização.

4.4 Trabalho artesanal associado: sentidos, limites e possibilidades

Em relação ao trabalho com artesanato, os dados coletados permitem observar a diversidade de motivações que as impulsionaram ao trabalho coletivo: possibilidade de geração renda, ter uma ocupação para além da esfera doméstica, como terapia.

Reuni as mulheres e corri atrás, a gente tava sem ocupação. A gente reuniu e chegou à conclusão pra ter mesmo uma fonte de renda. Individualmente, a diferença é pouca, assim. Você pode trabalhar, forma um grupo de 4 ou 5 pessoas pra trabalhar e fazer o material. Mas pra mandar pras feiras, você vai no CEPRAMA e se inscreve individual. Mas na associação, você tem mais força do que você ser uma pessoa individual, a diferença é que a associação é mais valorizado. Tem a possibilidade de ter intercâmbios, conhecer outros espaços, que o artesão só não consegue (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

As artesãs entrevistadas afirmaram que possuem muitos motivos para trabalhar associativamente, destacando o trabalho artesanal coletivo como: fonte de renda, uma forma de socializar e ocupar o tempo, “terapia” e espaço de solidariedade, trocas e cooperação. Uma forma de “ganhar a vida e sustentar a família”, como destacou a artesã Damiana, e, além disso, as artesãs também “aproveitam a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo do tempo (...) e reproduzem a cultura, a tradição e os costumes regionais” (KELLER, 2011, p. 31), criando e fortalecendo vínculos sociais e culturais.

Como destaca o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2005, p.33):

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

Para Jacob Lima (2004), o cooperativismo de trabalho e produção é visto sob duas perspectivas contraditórias, “como alternativa ao desemprego e autonomia do trabalhador, por um lado, e como trabalho participativo e flexível, por outro” (LIMA, 2004, p.06). Nesse contexto, ao tratar de falsas e verdadeiras cooperativas, o autor reitera o caráter contraditório que os empreendimentos econômicos solidários, associações e cooperativas, têm, porque podem possibilitar uma fonte de renda e relações de autonomia aos associados, mas funcionam para o sistema capitalista, pois muitas dessas cooperativas e associações se organizam para atender demandas e empresas terceirizadas, por exemplo, o que reduz e precariza as relações e direitos dos trabalhadores.

As cooperativas “falsas” não estariam de fato comprometidas com os princípios do cooperativismo. No entanto, embora haja a possibilidade de autonomia aos trabalhadores, por meio da autogestão, essa autonomia é frequentemente perturbada frente à competitividade e exigência do mercado, o que ameaça e compromete seu caráter autogestionário das cooperativas “verdadeiras”. Ainda que apresente aspectos contrastantes desses modelos de trabalho coletivo, o autor ressalta que algumas experiências se mostraram exitosas no século XX, configurando-se “em indicadores das possibilidades e limites” (LIMA, 2004, p. 10) contidas no ideário cooperativista de gestão democrática. Ainda assim, esses fatos permaneceriam contraditórios, apresentando aspectos positivos, pois demonstram que existe a real possibilidade de experiências em diferentes locais de formas de produção que prima pela autonomia do trabalho autogestionário, porém, são caminhos limitados devido ao caráter marcadamente informal que caracterizam essas experiências:

Para os trabalhadores, o trabalho associado termina significando, em grande medida, em falta de opções de emprego, ou uma opção frente ao desemprego, mas do que uma procura militante por autonomia ou democracia no trabalho. Em grande medida, o trabalho associado tem-se tornado uma atividade complementar e temporária enquanto os trabalhadores procuram emprego como assalariados.

Já para Gaiger (2009, p.181) São experiências que possibilitam a sobrevivência, por meio de uma fonte de renda, mas também por terem múltiplas funções da autogestão na esfera da produção e reprodução e organização da vida social dos sujeitos: espaços de participação no âmbito de reivindicação por direitos políticos, social e econômico, permitindo aos trabalhadores o encontro com o sentido da atividade que exercem. Para as mulheres, esses empreendimentos possibilitam a organização do tempo, a conciliação de tarefas que lhes são atribuídas, a auto-organização nas comunidades em que estão inseridas, seja por meio de clubes de mães, mutirões comunitários, engajamentos em movimentos sociais entre outros. As mulheres são maioria em várias iniciativas de empreendimentos solidários.

A predominância da força de trabalho feminina desse setor se deve, entre outros aspectos, a flexibilidade do trabalho nas associações, porque existe uma compreensão sobre as faltas dessas mulheres para resolução de problemas domésticos destinados às mulheres, “na impossibilidade de conseguir outro tipo de ocupação, as mulheres chegam às cooperativas e associações em busca de trabalho e renda”, a maternidade torna-se, no caso de mulheres das periferias, um aspecto que impossibilita a obtenção de um emprego fixo formal (LEITE, 2015, p.351).

A vista disso, o trabalho associado, ao considerar as dimensões de gênero que perpassam as relações de trabalho e econômicas, pode ser uma alternativa em prol da valorização de novas perspectivas do papel social da mulher e das identidades que adquirem e reinventam, do reconhecimento das atividades produtivas e reprodutivas que desempenham, por meio da caráter e do sentido positivo que dão ao trabalho com artesanato e associado, principalmente como forma de sustento material e simbólico através das diversas práticas de reciprocidade e laços de sociabilidade construídos ao longo dos anos, na convivência cotidiana. A fala da artesã Sâmia Matos retrata um pouco da história da AASJR no contexto de empreendimento econômico solidário:

Em 2006... é... aí que a gente começou a primeira oficina na primeira Feira de Economia Solidária que teve aqui em São Luís. A Mariana e Angélica que levou a gente, a gente se inscreveu e a gente ficou lá, e aí gente ficou assim participando... tudo que eles convidavam, participavam, não era totalmente estar lá dentro do Movimento da Economia Solidária, né? (...). A oficina aqui, de vez em quando, todos os projetos que gente já fez, sempre abre alguns pontos pra oficina, eles patrocinam as oficinas e a gente dá gratuitamente as oficinas, atende a comunidade... aí dão tudo: dão equipamento, eles mandam todo material necessário, roupa, as fardinha pra as pessoas participar, todo

material pro artesão participar, artesão tem apostila tem tudo... (Artesão Sâmia Matos, outubro de 2019).

Contudo, desafios e limitações foram destacados pelas mulheres nos trabalhos que desempenham: a desvalorização da profissão de artesã, o baixo rendimento, dificuldades de comercialização, a falta de preservação dos bunitais na comunidade do Rio Grande, o fator da idade avançada e a preocupação com a falta de novos aprendizes nas comunidades, a falta de apoio e insegurança quanto as entidades de fomento. O relato a seguir esboça essas fragilidades enfrentadas por elas:

Pois é... algumas pessoas querem fazer um projeto pra comercialização e não querem investir, como é que os grupos vai? Não dá! Aí é muito complicado. Se é pra comercialização, como é que a gente vai fazer um projeto sem recurso? Tem que ter o recurso. Outra coisa é quando as política muda, dão espaço pra comercializar e depois tiram, o CRESOL, lá aquele espaço, o Estado deu o espaço pra gente, né? E se depois vim outro [governo] e tirar? Se você já deu aquele espaço pro grupo, quer ajudar misturando com partido político, confunde, e o grupo, qualquer lugar que for, acaba... Aí, se vai pra um partido você quer agradar todo mundo, por que política quer agradar todo mundo, mesmo assim se não pode agradar todo mundo, ou você pode ajudar ou ajudar outro. É muito complicado essa parte de política (Artesã Sâmia Matos, outubro de 2019).

Essa fala da artesã que o papel dos gestores, ainda que muitos tenham boas intenções, “vêm com uma visão de gabinete, são insensíveis as nuances de cada local e estão mais preocupados com cifras polpudas para colocar em seus relatórios do que com mudanças qualitativas” (BORGES, 2011, p.152). Outra dificuldade presente nas falas das artesãs, sobretudo na associação do Rio Grande, formadas majoritariamente por mulheres idosas, é justamente a manutenção dos trabalhos na comunidade:

Todas já estamos de idade. Quando a gente que já tamo de idade não puder mais trabalhar, aqui já dói tanto isso aqui [os ombros], quando a gente não puder mais fazer, se os jovens não querem, vai acabar. A tendência é acabar. Aqui dentro desse lugar os jovens não querem aprender. Essas meninas passam por aí e fazem é criticar. A gente convida e elas fala “pra trabalhar com o quê, com aquelas palha velha? Não vou, não”. Desse jeito... a gente fica até com vergonha. Muita gente pesquisando, mas outros não valorizando. A gente faz oficina, se a pessoa quiser aprender, a gente ensina. A gente dá curso. Já dei muito curso pelo Senac, Casa do Governo, SEBRAE, em Urbano Santos, Anapurus, Anjo da Guarda, Camboa, Coroadinho. Curso hoje não dá mais pra mim... tô cansada! (Maria Antônia, 09/09/2019).

As mulheres idosas ao mesmo tempo em que demandam cuidados específicos, no ambiente doméstico e de assistência do Estado, continuam com as responsabilidades pelo cuidado das famílias. O processo de envelhecimento, do cansaço do corpo, está inscrito

num contexto socioeconômico vivido, e esse aspecto sociocultural é importante na forma como vivem diferentemente a velhice de uma geração para outra, e na construção de suas identidades.

Contudo, é preciso destacar que a flexibilidade na associação, embora seja um aspecto de inserção, revela também uma condição específica de exploração frequente, pois embora haja a possibilidade de compatibilidade entre as esferas domésticas e extra domésticas, mas na associação que conta com um caderno de ponto, as artesãs podem sair para resolver seus “problemas”, mas ficar sem produzir naquele dia implica e instabiliza a sua remuneração.

Como pontos positivos do trabalho associado, as artesãs destacam o trabalho coletivo como um elemento importante no que tange as possibilidades de organização do tempo de trabalho entre elas, respeitando as vivências e particularidades de cada uma. O uso da sede da associação, com os maquinários e instrumentos, também é muito importante para a produção, que individualmente seria mais difícil. De acordo com a visão das artesãs entrevistadas:

Tem mais vantagens, com associação ela tem mais vantagens, ela tem o nome na associação, quando uma associação ela bem desenvolvida, ela tem visibilidade ela bem organizada ela tem mais estrutura, ela tem mais espaço de crescer, entendeu, frente o mercado pra outras pessoas, que as pessoas a associação de São José de Ribamar tem uma credibilidade incrível, por que ela é, que ela cresceu, é um grupo que cresceu nossa associação, grupo que quando a gente começou, a gente não tinha nada, a gente só tinha produto mais a gente não tinha... tinha vontade, tinha grupo, tinha vontade de crescer, mas não tinha produto, não tinha sede, não tinha nada...hoje a gente tem produto tem sede e tem os próprios artesão, então a vantagem é muito melhor de crescer em grupo do que uma pessoa só (Artesã Sâmia Matos, outubro de 2019).

Na associação, você tem mais força do que você ser uma pessoa individual, a diferença é que a associação é mais valorizado. Tem a possibilidade de ter intercâmbios, conhecer outros espaços, que o artesão só não consegue (Artesã Maria Antônia, 09/09/2019).

Através da associação eu tive essas oportunidade de aprender, saber mais. Vê como era as coisas, pra você andar, conhecer, eu aprendi. Essa parte aí, pra mim, foi boa, até hoje lá em casa eu digo isso, agradeço muito sobre isso. Porque também se não fosse através da associação, meu documento não valia nada. Eu não tinha importância, mas fui tendo valor e atenção. Porque talvez não tinha passado vários lugares que já fui, né? Isso tem uma importância tanta pra mim, hoje em dia de reconhecer muitas coisas e também, saber o porquê das coisas. Eu, lá da roça, pode se dizer meu trabalho era só roça e não tinha um conhecimento assim, eu já vivo aqui um tempo, né? Mais chegar assim, ter a convivência com as pessoas, se juntar, de conversas e bater papo, de dar uma nova ideia assim um pro outro, foi na associação. A aprendi decorar coisas, aprendi responder as coisa em público, sei me apresentar... Através da associação eu aprendi isso ai (Artesã Prudência, outubro de 2019).

As artesãs associadas puderam, ao longo da jornada nos grupos, participar de eventos, intercâmbios com outros grupos, viagens a outras cidades. Os trabalhos na esfera da produção artesanal avançaram na direção da qualificação, através das parcerias externas por meio das instituições e políticas de incentivo ao artesanato. Nesse aspecto:

Não é incomum encontrarmos nas falas das mulheres cooperadas que elas aprenderam a falar, que aprenderam a expressar sua opinião, aumentaram as suas redes de contatos e solidariedade, bem como aprenderam novos conteúdos antes impensáveis em suas vidas como domésticas ou nos trabalhos presentes em suas trajetórias profissionais. Entre esses conteúdos destaca-se a discussão ambiental, o conhecimento da cadeia produtiva, conhecimentos administrativos e de gestão coletiva, aperfeiçoamento de leitura e escrita, leitura de planilhas, capacidade de liderança, politização entre outros (LEITE, 2005, 355).

As associadas, através o apoio de inúmeros agentes externos à associação, conseguiram ter uma fonte de renda, construir e reformar as sedes das associações, e foram tomando as rédeas da vida: aprendendo e ensinando e protagonizando suas histórias, viajando, dando entrevistas, trabalhando as identidades culturais locais, que estão atreladas as origens e a vida cotidiana de cada artesã. Neste aspecto, as relações de produção artesanal no contexto do trabalho associado se configuram, na contemporaneidade, como uma alternativa de autonomia a essas mulheres ou apenas como uma maneira de abrandar a situação de instabilidade e informalidade em que viviam/vivem? As artesãs, ao assumirem formas democráticas de gestão e participação coletivas, por meio do associativismo, estabelecem relações de empoderamento?

As respostas a essas indagações passam pelos elos de cooperação e solidariedade vivenciados no interior do grupo, pois representam um avanço no processo de aprendizagem e questionamento das identidades adotadas pelas artesãs. Segundo Guérin (2003) “facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de rendas não é suficiente para garantir uma igualdade real”, pois esse acesso esbarra em obstáculos como “o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, enfim, a distribuição desigual das obrigações familiares” (GUÉRIN, 2003, p.76), fatos construídos historicamente nas relações socioeconômicas e culturais.

Como consequência do processo de inserção nas atividades coletivas desenvolvidas entre elas, diversas mudanças positivas foram observadas: de “desempregadas”, “donas de casa” e “mães”, passaram a assumir uma ocupação e identidade de “artesãs” associadas e empreendedoras, sendo reconhecidas e partilhando suas experiências Maranhão à fora. Participar dessas atividades laborais de modo

associado produziu novas relações sociais na família, na associação e na vida comunitária: maior confiança, autoestima e autonomia, que não se resumem aos aspectos materiais, de superação de um estado de dependência financeira do marido ou algum outro membro da família, mas também na redefinição de suas práticas e papéis sociais cotidianos.

Embora as relações de trabalho com artesanato não garantam grandes rendimentos econômicos, haja visto que muitas delas têm outras fontes de renda além da associação (algumas são costureiras, aposentadas, comerciantes), possibilitam experiências de empoderamento, aqui entendidas “como processos coletivos de questionamento das relações desiguais de poder e como a construção de práticas políticas e de espaços econômicos de defesa de direitos” (HILLENKAMP et. al., 2014, p.8). A associação como um espaço econômico não funciona inteiramente pautada no interesse pelo lucro, ou dentro de um modelo de racionalidade moderna economicista. Esse universo econômico é composto de vários “mundos econômicos” com lógicas e racionalidades específicas, alguns mundos criam condições objetivas (materiais) em que os agentes tem interesse²³ no “desinteresse”, pois é uma economia não econômica, no sentido de que não é voltada para a economia do cálculo apenas (BOURDIEU, 1996, p.158). Desse modo, podemos destacar vários tipos de economias (da família, do trabalho, feminista, moral, economia para a vida, plural, popular, social, solidária etc.) (HESPANHA, Pedro et al., 2009) presentes na vida social, que produzem bens materiais e simbólicos, imateriais, presentes na cultura e nas relações humanas.

Nesse sentido, destacamos, resumidamente, algumas das principais perspectivas sobre o trabalho artesanal e associado e a identificação desse trabalho como referência na vida dessas artesãs:

²³ Cabe ressaltar que a noção de interesse em Pierre Bourdieu seria a importância que se dá ao jogo social, sendo necessário conhecer as estruturas do jogo, do espaço social, ligado ao conceito de *illusio*, o interesse “é estar em, participar, admitir, portanto que o jogo merece ser jogado (...) é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (1996, p.139). Bourdieu trata sobre as propriedades da economia das trocas simbólicas, destacando as “verdades duplas” como as ambiguidades entre a verdade subjetiva e a realidade objetiva vivida através de uma “self deception – automistificação” e uma “self-deception coletiva – desconhecimento coletivo”, estruturas mentais (modos de agir) e estruturas objetivas (lógica da honra). Além do “tabu da mistificação”, um modo de recusar o calculismo, relacionado a verdade da troca, em que conscientemente se reprime e dissimula a taxa/preço da troca. E também ressalta sobre a disposição dos jogadores no jogo, através das ações, “a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo” (BOURDIEU, 1996, p.164). O que Bourdieu (1996) ressalta, portanto, é que nestes atos de troca existe um interesse em parecer desinteressado, explicando lógicas de trocas mercantis diferentes daquelas teorizadas pelos economistas, pois nem toda ação se reduz à racionalidade instrumental.

QUADRO 4- Resumo das ideias centrais sobre artesanato e trabalho associado das artesãs da AASJR e do Rio Grande

Defina seu trabalho de artesã em uma palavra	O que significa trabalhar em grupo
Palavras: Esforço; Dom; Sustento; Beleza; Terapia; Ocupação.	Ideias centrais: Respeito; Ter uma renda; Amizade; Conhecimento; Oportunidade; União;
Defina potencialidades e fragilidades da Associação	
Pontos fortes: <ul style="list-style-type: none"> • Geração de renda; • Intercâmbios com outros grupos; • Auxílio de instituições de fomento; • Aprendizados e oficinas na comunidade • Oportunidade de aprender e ter uma profissão; • Ter uma sede para trabalhar com instrumentos para trabalhar; • Poder tirar carteira de artesã. 	
Pontos fracos: <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em trazer novos membros; • Desvalorização do trabalho com a fibra dentro da comunidade (Rio Grande); • Impactos ambientais que ameaçam os buritizais e a cadeia produtiva do artesanato no local (Rio Grande); • Trocas frequentes dos cargos dos funcionários e das chefias dos técnicos e gestores públicos, o que fragiliza programas em prol do artesanato e conquistas que simplesmente podem deixar de existir (AASJR). 	

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo, 2019.

As narrativas das artesãs exprimem conhecimentos sobre a realidade e os significados dos trabalhos empreendidos cotidianamente, como elementos estruturantes da vida dessas mulheres. A “ocupação” com o trabalho artesanal, especificamente através do associativismo, constitui um impacto positivo tanto no âmbito material, através da geração de renda, quanto nos aspectos dos benefícios pessoais adquiridos: a consciência e valorização de si, como sujeitos protagonistas das suas histórias, a satisfação pela ocupação do tempo na criação de novos vínculos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender o artesanato enquanto trabalho e forma identitária que remete, por um lado, a tradição e cultura local, e, por outro lado, está inserido nas relações de produção e consumo contemporâneas, pautados na exigência de um mercado globalizado. Aqui buscou-se caracterizar os atores que protagonizam essas experiências (artesãos, poder público, instituições privadas), no contexto sociocultural em que se inserem. Enfatizou-se o papel social das mulheres artesãs no processo de organização do trabalho associado como forma alternativa de sobrevivência as crises do mundo do trabalho contemporâneo.

Partiu-se do pressuposto de que o trabalho é uma característica estruturante das relações sociais cotidianas, e é o que possibilita a produção e reprodução de diversos aspectos da vida em sociedade (MARX, 1975). Na sociedade capitalista contemporânea, tem-se relações de trabalho marcadas pela informalidade, insegurança e desemprego. Nesse contexto, os sujeitos que vivem do trabalho, que têm no trabalho o modo de ganhar a vida, são compostos por mulheres e homens plurais, produtivos e improdutivo, que vendem sua força de trabalho para sobreviver. As diversas metamorfoses nas formas de organização do trabalho, como resgatado no primeiro capítulo, trouxeram novas dinâmicas e maneiras de relações sociais, demarcando hierarquias e funções aos sujeitos, que variam de acordo com o gênero, a classe, a raça, a idade, a nacionalidade, entre outros aspectos.

Destacamos nesse cenário teorias que tratam das relações sociais de gênero no mercado de trabalho e as relações de interseccionalidades, para ajudar na compreensão do quadro das diversas desigualdades e hierarquizações estabelecidas na sociedade, materializadas nas esferas do trabalho, produtiva e reprodutiva. A contextualização histórica desses eventos e mudanças na sociedade do trabalho contemporâneo, foi importante para pensar como a atividade artesanal está inserida como um trabalho praticado em sua maioria de modo informal, e como uma fonte de renda ligada a subsistência das famílias. No caso do artesanato a questão da divisão sexual do trabalho se apresenta na característica do ofício, pautado nos princípios de organização de separação do trabalho masculino e feminino, e pelo princípio hierárquico, pois o trabalho feminino visto como menos qualificado, por ser naturalizado como um dom, ou algo sem qualificação específica (LEITE, 2015).

Pensar o cotidiano ordinário de grupos de mulheres artesãs da Grande Ilha, é importante para mostrarmos os conhecimentos produzidos por esses grupos de mulheres, que endossam a cultura local e a tradição, conservando e, ao mesmo tempo, modificando formas e relações de ser e viver o território e retratar o mundo em que estão inseridas, através do trabalho de suas mãos. Pois este trabalho tem duplo caráter, “é uma mercadoria por um lado, mas também um produto cultural resultante do significado da vida” desses sujeitos (LIMA, 2011, p.191). O saber fazer artesanato, para essas mulheres, está imerso de suas lutas diárias, pela recriação de saberes e visibilidade ao que fazem e como fazem. As experiências de vida e trabalho, refletem conhecimentos técnicos adquiridos ao longo de horas de trabalho e dedicação. Assim, o artesanato sendo uma prática milenar, é na atualidade produzido pelas pessoas mais pobres e, em alguns segmentos e regiões, praticado principalmente por mulheres. O artesanato produzido pelas mulheres, sobretudo aquelas que vivem na zona rural, historicamente é invisibilizado por pertencer a esfera privada e ser visto como um ofício menos complexo, como algo “inato” ao feminino.

Mulheres com trajetórias profissionais marcadas pela instabilidade e informalidade. Mães, avós, com baixa escolaridade, algumas vivendo a velhice. Quais os sentidos e motivações de suas práticas como artesãs associadas? Buscou-se identificar as possibilidades do trabalho artesanal associado realizado por mulheres vindas de trajetórias de precariedade representar experiências de empoderamento, tais como maior autonomia financeira, geração de renda, elevação da estima, possibilidade de construção de identidades e autovalorização.

Como observado nos capítulos dessa dissertação, atividades não mercantis voltadas para produção de bens e serviços na esfera privada e doméstica, na economia de subsistência, não são consideradas socialmente e oficialmente como “trabalho”, obedecendo a lógica dos princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as atividades de acordo com a ideologia naturalista de que o trabalho produtivo, extra doméstico, tem mais valor que o reprodutivo, na esfera privada. Essas formas de trabalho, não contabilizadas nos dados estatísticos oficiais, marcam o lugar secundário da força de trabalho das mulheres, tendo em vista que essas mulheres também estão imersas em relações de desigualdades entre si. Sobretudo as mulheres negras, das periferias, zonas rurais, que tradicionalmente ocupam postos de trabalhos relacionados a esfera reprodutiva do cuidado (costureiras, domésticas, babás, cozinheiras, lavadeiras, manicures etc.), como demonstraram as pesquisas e os dados quantitativos apresentados.

As narrativas das artesãs entrevistadas, apontaram trajetórias marcadas por processos de precarização, as associações são compostas por mulheres que se autodeclararam negras ou pardas, pessoas que vieram a capital em busca de melhores condições de vida (porque casaram e precisaram acompanhar os maridos que vinham para trabalhar, por exemplo). Elas fazem múltiplas atividades para ajudar o orçamento da família, e em média possuem renda familiar inferior a 02 salários mínimos mensal, baixa escolaridade, com limitações quanto ao acesso ao mercado de trabalho formal de “carteira assinada”. Desde a infância, as artesãs entrevistadas estiveram ativas no trabalho, seja na roça (apenas uma delas não trabalhou na roça) ou com os afazeres domésticos. Período marcado fortemente por relações de divisão dos trabalhos, em que o trabalho das mulheres e dos homens eram bem definidos, embora o trabalho na roça envolvesse todos da família. Estas vivências foram determinantes para caracterizar as identificações que elas estabelecem sobre si mesmas e o trabalho atualmente.

Outra característica diz respeito a idade das artesãs, os dois grupos são compostos em sua maioria por mulheres com mais de 40 anos e idosas, revelando também que ao atingir uma faixa etária com mais de 40 anos, somado a inexperiência em outras atividades laborais e a baixa escolaridade, essas pessoas ficam em desvantagens que impedem o acesso a formalidade (LEITE, 2015, p..351). Outra característica presente na fala das artesãs é assumirem a esfera do cuidado com a casa, os filhos e netos, com o artesanato, com a comunidade, como elemento norteador de suas vidas

Tais relatos de experiências, representam falas contemporâneas de uma sociedade que classifica os sujeitos através de atributos socialmente construídos no discurso institucionalizado. Por isso a importância do uso da categoria gênero para análise das relações que se fazem presentes na dinâmica da vida social dessas trabalhadoras, por contribuir no processo de significação das relações de poder (SCOTT, 1990) presentes também na esfera material da vida social através da divisão sexual das relações de trabalho. Neste aspecto, saber o significado para estas mulheres sobre o trabalho que desenvolvem, sobre o ser artesã e artesã associada a outras, pode articular aspectos sobre a divisão sexual do trabalho no âmbito da cultura material,

O desenvolvimento do trabalho associado tornou-se uma alternativa de organização de formas de sobrevivência financeira, mas também de possibilidade de criação de vínculos sociais e engajamentos. Através do trabalho associado em artesanato, as artesãs relatam que conseguiram se sentir mais valorizadas, amparadas e seguras. As

associações são vistas como espaço de geração de renda, crescimento profissional através das parcerias, viagens e cursos, e também como lugar de reciprocidade e terapia.

O trabalho associado demonstra a capacidade de gerar dinamismo tanto no aspecto econômico quanto nos aspectos qualitativos: adaptação e flexibilidade da jornada de trabalho de acordo com as necessidades das artesãs, maior participação na vida comunitária e formação política por meio dos encontros, fóruns, feiras, projetos, parcerias, exposições e trocas. Assim, o exercício de pensar sobre os processos de engajamento de mulheres no associativismo e no contexto do movimento de economia solidária, através dos empreendimentos de associações econômicos solidários, deve levar em consideração a dinamicidade e complexidade desses processos, “os vínculos e contatos construídos entre militantes, nas representações sobre as “causas” que justificam sua dedicação e nas (in)junções que os autorizam ao seu exercício” (REIS, 2015, p.66). Esse exercício reflexivo é importante para pensar sobre os processos de identificação e engajamento em ações coletivas nos empreendimentos econômicos solidários, não sob o viés da auto evidência ou das prenoções, mas por meio da articulação de perspectivas que possibilitem a investigação das estratégias e condicionantes sociais e históricas específicas, a partir da investigação de trajetórias em determinados contextos, das teias de interdependência formadas, o que possibilitará o desvelamento dessas relações, afim de evitar as armadilhas de uma “sociologia espontânea”.

As duas associações desenvolvem mecanismos internos de gestão democrática, embora esse também seja um desafio a assimilação dessa responsabilidade coletiva da gestão por todas as integrantes, o que acaba levando o poder de decisão a apenas algumas associadas e um processo de organização hierárquica, em que há pouca ou quase nenhuma rotatividade de lideranças. As artesãs também ressaltam que sempre participam das formações e capacitações oferecidas pelas entidades de fomento. Fato crucial na vida dessas associações é o diálogo estabelecido com as instituições de fomento ao artesanato, as políticas públicas e o Estado, pois assim as artesãs, enquanto atrizes legítimas com quem os agentes externos devem dialogar, foram construindo uma relação que “além de implicar a criação de diversos espaços de “parceria”, envolve também a possibilidade de que recursos advindos do Estado possam financiar atividades, sendo importantes para a construção da associação em seus diversos aspectos (melhoria das condições técnicas, melhoria das sedes, organização das artesãs em associação, criação de marcas, entre outros).

Quanto a comercialização dos produtos, as artesãs dependem de encomendas, de feiras e projetos específicos que financiem suas atividades. A chegada e a presença de instituições de fomento, como o SEBRAE, marca diversas transformações na vida dessas artesãs e no trabalho das associações. Tais interações geraram interferências que introduziram novos elementos na forma de produzir e comercializar, melhorias das condições técnicas, identidade e diversidade pautadas no uso das matérias-primas locais, construção de marcas, caracterização do artesanato como um produto do turismo local. Em alguns momentos faltou capital de giro, ocorreram dificuldades no transporte das mercadorias, a atuação na concorrência direta com atravessadores e produtos importados e o acesso a crédito ou financiamentos também não foram problemas simples de resolver. Mas os contatos com as distintas instituições parceiras contribuíram de forma efetiva na história desses grupos, segundo as artesãs

Os resultados da pesquisa apontam novas formas de relações no trabalho artesanal desenvolvido pelas mulheres da Associação de São José de Ribamar, mudanças que ocorreram ao longo dos anos: as artesãs obtêm a matéria prima através da compra em outro município, foi necessário que houvesse assessoria de profissionais do designer para que conseguissem encontrar uma identidade para o grupo, realçando as técnicas de produção e as lógicas do empreendimento associativo.

Já na Associação das Mulheres do Rio Grande, as mudanças ocorridas ao longo dos anos, sobretudo os impactos ambientais na comunidade, modificaram bastante a forma de ser do local. As artesãs dominam todas as técnicas e da costura, ainda tem acesso as palmeiras do buriti, contudo este é um acesso ameaçado pela devastação ambiental da zona rural. Elas mantem relação com outras artesãs da região metropolitana, distribuem as fibras. A importância do trabalho artesanal com a fibra do buriti, no cotidiano dessas artesãs, está para além da dimensão econômica, visto que também representa e possui um valor social, cultural, ecológico e simbólico agregado. Todas elas fazem esse trabalho há no mínimo três décadas.

A busca por melhores rendas e direito ao “emprego de carteira assinada”, o desinteresse das mais jovens pelo artesanato de “velhas”, foi também causas apontadas para o afastamento de algumas artesãs ao longo dos anos das associações. As experiências empíricas dessas mulheres permitem supor que o trabalho coletivo em artesanato, com a possibilidade de flexibilidade de horários é positivo, pois permite que elas conciliem suas atividades domésticas e extra domésticas, gerando renda e possibilidades de interação e

crescimento, e por outro lado, é um trabalho pouco rentável, e algumas vezes invisibilizado.

As experiências positivas vivenciadas pelas artesãs, através do trabalho organizado na associação e do apoio das agências de fomento, manifestam-se através da manutenção das associações em atividade, ambas têm mais de 10 anos de funcionamento, e no conseqüente reconhecimento desse trabalho pela comunidade, através dos prêmios e tantas contemplações de projetos aprovados. Embora o número de associadas tenha diminuído consideravelmente com o tempo, a associação é um local que mescla a vida da esfera privada e produtiva dessas mulheres, elas buscam apoio entre si para superar as dificuldades vivenciadas no cotidiano. Como espaço intermediário também de relações monetárias e não monetárias, elas buscam conciliar seus trabalhos, suas demandas pessoais e familiares.

Elas afirmam-se capazes de apresentar ideias, lutar por seus direitos, organizar ações coletivas junto a outras mulheres, através da partilha cotidiana no espaço do empreendimento. O trabalho com artesanato é uma tática de sobrevivência e resistência, econômica e cultural, que gera renda, impulsiona o turismo, agrega o desenvolvimento cognitivo, político, psicológico e econômico dessas artesãs. Nesse sentido, elas têm oportunidade de reconhecer suas forças, exercer o poder de tomadas de decisões, partilha de responsabilidades e autonomia. Dessa forma, o trabalho associado e solidário, contribui, para uma possibilidade em construção, sobretudo para as mulheres mais pobres, de novos laços de reciprocidade e autovalorização.

Essas mulheres adotaram o artesanato como forma de vida, pela necessidade de criar, de ocupar o tempo, de socializar. São desafiadas cotidianamente para inovar peças que se adequem as exigências do mercado, mas que também retratem a cultura e tradições locais, que preservem a natureza. Em meio ao cotidiano sobrecarregado de atividades múltiplas, elas se tornam e definem como “mulher artesã”, com o desenvolvimento de sentimentos de autoconfiança e estima, fortalecem a consciência e identidade profissional, que o trabalho artesanal oferece. Construção permanente de práticas, artes e trabalhos que desafiam o jogo da subordinação e possibilitam espaços de empoderamento.

Nas relações de trabalho associado com o artesanato, entrelaçadas por relações e experiências de identidades de gênero, materializadas na divisão sexual do trabalho, elas encontram possibilidades de reinventar o mundo da vida cotidiano. As artesãs vão moldando suas práticas solidárias, buscando formas de inserção produtiva, gerando valores de troca.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. R. B. Artesanato, tradição e mudança social: Um estudo a partir da “arte do ouro” de Juazeiro do Norte. In: RIBEIRO, Berta et al. *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1999.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Salamandra, São Paulo: EDUSP, 1981.
- ARTESOL, Artesanato Solidário. *Quem somos*. Disponível em: <URL: www.artesol.org.br>. Acesso em: set. 2019.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 07-28.
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de S. Fernandes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- BEZERRA, M. O. “Mobilizações de bairros, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais”. *Antropolítica*. V. 23, 2009.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BORGES, Adélia. *Design + Artesanato: o caminho brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. São Paulo: Ática, 1988, p.03-63.
- BOURDIEU, Pierre. *O campo Econômico*. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política. Florianópolis, SC, UFCS, V.1, N.6, 2005 (p.15/57).
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 01, 02 e 03, p.42-107.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. In: *Cadernos PAGU*, n. 26, 2006.

BRASIL. Lei n. 13.180, de 22 de outubro de 2015. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13180.htm>.

BRASIL. PORTARIA Nº 1.007-SEI, DE 11 DE JUNHO DE 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. Diário Oficial da União: Publicado em: 01/08/2018 | Edição: 147 | Seção: 1 | Página: 34. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (org.). *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.13-58.

BRUSCHINI, M. C. A., e A. M. RICOLDI. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Departamento de pesquisas educacionais, 2008.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.153-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira: 2003.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A constituição da Sociedade do Trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no distrito industrial de São Luís – MA. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al (Org.). *Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CORAGGIO, José Luís. Economia do Trabalho. In: HESPANHA, Pedro et. al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

DIEESE. *A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres.* Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017. (Cadernos de Debates do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo, 2).

DUBAR, C. *A socialização*. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. Cadernos de Pesquisa, v. 42, n.146, p.351-367, maio/ago.2012.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: NEIBURG, F. e WAIZBORT, L (orgs.). *Escritos & Ensaio*s. Vol. I: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, p.69-111.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ESCOBAR. Arturo. O lugar da Natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In.: *A colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.

FAVILA, Clara et. al. *Artesanato Brasil*. Brasília: SEBRAE, 2016.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Economia solidária, outra economia acontece*: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 17ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

FRIEDMAN, Georges; NAVILLE, Pierre. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

FUNARTE. *Artesanato Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte. 1980

GAIGER, L. I. G.; LAVILLE, J-L. Economia Solidária. In: CATTANI. A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, 2009, p.162-168.

GAIGER, Luís Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI. A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, 2009, p.181-187.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrol*e: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.17-29.

GIDDENS, Anthony. *Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989

GIDDENS, Anthony. Trabalho e Vida Econômica. In: *Sociologia*. 4ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 305-340.

GOHN, M. G. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. In: Revista Política & Sociedade, n.11, 2007, p. 41 -70.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

Governo entrega carteira de artesão a novos 100 beneficiários no Maranhão. *Governo do Estado do Maranhão*, 27/03/2019. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=245034>>. Acesso: janeiro de 2020.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia Econômica e Relações de Gênero. In.: *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.71-88.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu* n. 22, 2004, p.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso: dezembro de 2018.

HESPANHA, Pedro et. al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HILLENKAMP, Isabelle et. al. *Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária*. 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf>> acesso: 2019.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, nº132, 2007, p. 595-609.

HIRATA, H. *Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão*. Cadernos CRH, Salvador, v.24, n. 01, 2011, p. 15-22.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In.: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, jun. 2014, pp. 61-73. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>>. Acesso: março de 2019.

HOLTON, Robert J. *Economia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992 (Cap. 1 – Definir economia: Uma abordagem histórica e multidimensional, pp. 19-38).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades. Brasil/Maranhão/São José de Ribamar*, 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar/panorama>>

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Perfil dos Municípios Brasileiros: Cultura 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia Informal Urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IDAM. Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense. *Catálogo de Artesanato Maranhão – Brasil*. 2007. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/02AA7BAA818B2FC28325737D004AB53A/\\$File/NT00037236.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/02AA7BAA818B2FC28325737D004AB53A/$File/NT00037236.pdf).

ILO. *Women and men in the informal economy: a statistical picture* (third edition) / International Labour Office – Geneva: ILO, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf>.

IPEA. Carta de Conjuntura. Seção VIII Mercado de Trabalho. n. 43 – 2º trimestre, 2019

IPEA. *Mulheres e trabalho*: breve análise do período 2004-2014. Brasília, março de 2016.

IPEA. *Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil*: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos, relatório de pesquisa. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriospesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf > Acesso: 01/10/2019.

IPEA/MDCI. *Distribuição Espacial da Atividade Artesanal segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC/2009 do IBGE*. Trabalho elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica IPEA/IBGE. Brasília: IPEA, 2012.

KELLER, Paulo Fernandes. O artesão e a Economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, n.41, 2014, p. 323-347.

KELLER, Paulo Fernandes. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.14, n.1, jan.jun. 2011, p.29-40.

KELLER, Paulo. O artesão e a Economia do Artesanato. SANTOS, D. M. et. al. (organizadores). In.: *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. São Luís: EDUFMA, 2016. pp.59-87.

LEITE, Márcia de Paula et. al. *O trabalho na Economia Solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume, 2015.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: PAUGAM, Serge (org.) *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 33-52.

LEONE, Eugenia Troncoso. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. KREI, J. D. et. al. (organizadores)– São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP. Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017, p.13-38.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em Debate: Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. *Revista Pós Ciências Sociais*. V. 8, n.15, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/593/339>>.

LIMA, Rosilene Martins de. A cerâmica artesanal de Rosário na contemporaneidade. In: *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. SANTOS, D. M. et al. (organizadores). – São Luís: EDUFMA, 2016, p.109-131.

LIMA, Jacob Carlos. *Trabalho, autogestão e mercado: como ficam os trabalhadores?* VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16,17 e 18 de setembro de 2004.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs*. São Paulo, v.19, n. 56, 2004.

MARANHÃO (Estado). Lei Complementar n. 161, de 3 de dezembro de 2013. *Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA)*. Poder Executivo, São Luís, MA, 12 DE Dez. 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/64049901/doema-executivo-12-12-2013-pg-1>>. Acesso: janeiro 2020.

MARANHÃO (Estado). Lei Nº 10402 DE 29/12/2015. Dispõe sobre a criação do Programa Artesanato do Maranhão, e dá outras providências. *Diário Oficial do dia 29 de dezembro de 2015*. Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/governo-do-estado-sanciona-lei-que-cria-programa-do-artesanato-do-maranhao/>>.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1- O processo de produção do capital*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MILLS, Wright. O ideal do artesanato. In: *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MONTALI, Lilia. Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. LEONE, E. G. et. al. (organizadores). In.: *Mundo do Trabalho das Mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres/ Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, 2009, p. 26-30.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. *Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em Antropologia/UFRJ. (Tese de Doutorado em Antropologia) 2010. 294 f.

NORONHA, Raquel. Corpo e saber-fazer: Da cosmologia à política. In: *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. SANTOS, D. M. et al. (organizadores). –São Luís: EDUFMA, 2016, p.17-43.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006. Capítulo 01.

ONU MULHERES. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf>. Acesso em: 2019.

PAB. PROGRAMA DE ARTESANATO BRASILEIRO. Base conceitual do artesanato brasileiro. Brasília: PAB, 2010. Disponível em: <<http://www.artesanatobrasileiro.gov.br/pagina/1>> Acesso: janeiro de 2019.

PAB. Programa do Artesanato Brasileiro. Sistemas de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB. Relatório de Artesãos Cadastrados até 30 de março de 2020. Disponível em: < <http://www.artesanatobrasileiro.gov.br/pagina/7> >. Acesso: Março de 2020.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. In: PAUGAM, Serge (org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015, p.17-32.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Diferença de Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos grupos ocupacionais*. IBGE, 2019.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.293-329.

POLLAK. Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, Vol.05, n.10, 1992, p.200-215.

REIS, Eliana Tavares dos. *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política*. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015, p.65-82.

RUGIU, Antônio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Tradução de Maria de Lourdes de Menon. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. In: *Caderno CRH*, Salvador, v.29, n.77, p. 281-294. Maio/Ago. 2016.

SANTOS, Mônica de Almeida; SILVA, Daciane de Oliveira. Um panorama dos Empreendimentos Econômicos Solidários formais do ramo de artesanato do estado da Bahia. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC*, Santa Maria, v.5, n.10, p.153-174, Jul./Dez. 2018

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 65-88.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Rio Grande do Sul, v. 16. N° 2, jul/dez, 1990.

SEBRAE. *Artesanato de São Luís, São José de Ribamar, Alcântara e Raposa*. São Luís-MA: SEBRAE/MA, 2007.

SEBRAE. *Catálogo de Artesanato da Grande São Luís*. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/sebraemaranhao/docs/book-vers_o_digital> Acesso: março de 2019.

SEBRAE. Prêmio SEBRAE TOP 100 de artesanato. 3ª edição, 2013-2014. Disponível em: <<https://www.top100.sebrae.com.br/publications.html>> Acesso: janeiro 2020.

SEBRAE. *Termo de Referência: Atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato*. MASCÊNE, D. C. et. al. (organizadores). Brasília: SEBRAE, 2010. 64 p.

SENNETT, R. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo. Programa do Artesanato. *Secretaria de Turismo*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/programa-de-artesanato/>>. Acesso: setembro de 2019.

SIES. Sistema de Informações em Economia Solidária – Atlas Digital da Economia Solidária. Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). SENAES: 2013. Disponível em:< <http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso: julho de 2020.

SILVA, Flávia Leão Almeida. *Trabalho artesanal e suas inter-relações com o universo doméstico: estudos de caso em Viçosa*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, M. K. e RUSKOWSKI, B. de O. “Condições e mecanismos de engajamento militante: um modelo de análise”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.21, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: Velho (org): *O fenômeno urbano*. RJ: Zahar Editores, 1973, p. 11-25.

SMELSER, Neil J, & SWEDBERG, R. (editors) *The Handbook of Economic Sociology*. Second Edition. Princeton and Oxford : Princeton University Press; New York : Russel Sage Foundation, 2005.

SINGER. P. *Introdução a Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solitária no Brasil. In.: SANTOS, B de S. (Orgs). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp.81-126.

SOUZA, Paulo M. *Arte nas Mãos: Mestres Artesãos Maranhenses*. São Luís, MA: SEBRAE Maranhão, 2007.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: Hoje e Amanhã. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. 2004, V.16, N.2, p. 07-34.

TEM- Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. Busca por título: Artesão. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso: 07 de março de 2020.

UNESCO. Consultoria da UNESCO para o Ministério da Cultura. 2014, p.01-114. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/430884/RE_SPOSTA_PEDIDO_Consultoria%20UNESCO%20%20PRODUTO%201%2%20DIAGNOSTICO%20ARTESANATO%20-%20SELMA%20SANTIAGO.pdf> Acesso: setembro de 2019.

UNESCO. International Symposium on “Crafts and The International Market: Trade and the custos codification”. Manila, Philippines – 6/8 October, 1997.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VIEIRA, Geruza Silva de Oliveira. *Artesanato: Identidade e Trabalho*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2014.

WEBER, Max. *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: *Economia e Sociedade*, vol.1, 1º parte Teoria das Categorias Sociológicas. Brasília: Editora UnB, 2012. Cap.1, p 3-35.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In.: *Diversidades do campesinato: expressões e categorias – vol. II- Estratégias e reprodução social*. GODOI, E. P. et. al. (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 119-129

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS ARTESÃS

DADOS PESSOAIS

- (Nome, estado civil, idade, escolaridade, naturalidade, renda familiar, profissão...).

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

- Como o artesanato surgiu na sua vida?
- Que tipo de artesanato você trabalha? Há quanto tempo trabalha com o artesanato? Você se identifica com o trabalho que faz com o artesanato? Como isto acontece?
- Como você definiria artesanato?
- Qual o seu principal motivo em trabalhar com o artesanato?
- De onde surge a inspiração que motiva suas criações?
- Tem outra atividade de trabalho além do artesanato (se sim, qual)?
- Qual o significado desse trabalho para você?

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO

- Qual história da formação do grupo?
- Há quanto tempo está no grupo? Como chegou até aqui? Quais motivações para participar?
- Como funciona a organização do grupo (rotinas, gestão, tomadas de decisões, comercialização, finanças, parcerias, relação com a comunidade, renda etc.)?
- No seu grupo: quais são as prioridades, o que deve melhorar, quais dificuldades você percebe?
- Você acredita no trabalho do seu grupo? Por quê?
- Como é sua participação/atuação, como se sente no grupo?
- Qual significado desse trabalho em grupo para você?
- O trabalho no grupo gera renda para você? Qual sua contribuição com o orçamento da sua casa?
- Quantas horas você trabalha por dia? Você vê seus afazeres domésticos como trabalho? Explique.
- Trabalhar é importante para você? Por quê?

- Como você organiza seu tempo entre trabalho de dona de casa e o trabalho fora de casa? Como é sua relação com a organização da sua família?
- Você acredita que existe uma divisão sexual no trabalho com o artesanato? Ou uma divisão por materiais?
- Sobre a questão ambiental, o grupo possui essa preocupação na composição de suas artes?
- Quais são as metas, objetivos, planos, atualmente e para o futuro da associação?